Maio de 2009 • Ano 6 • nº 50
www.desafios.ipea.gov.br

desafios

do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Números da crise

Há previsões para todos os gostos. Umas catastróficas, outras nem tanto. **Ipea** recomenda cautela

ipea 45 anos
Por um Brasil desenvolvido

LADISLAW DOWBOR

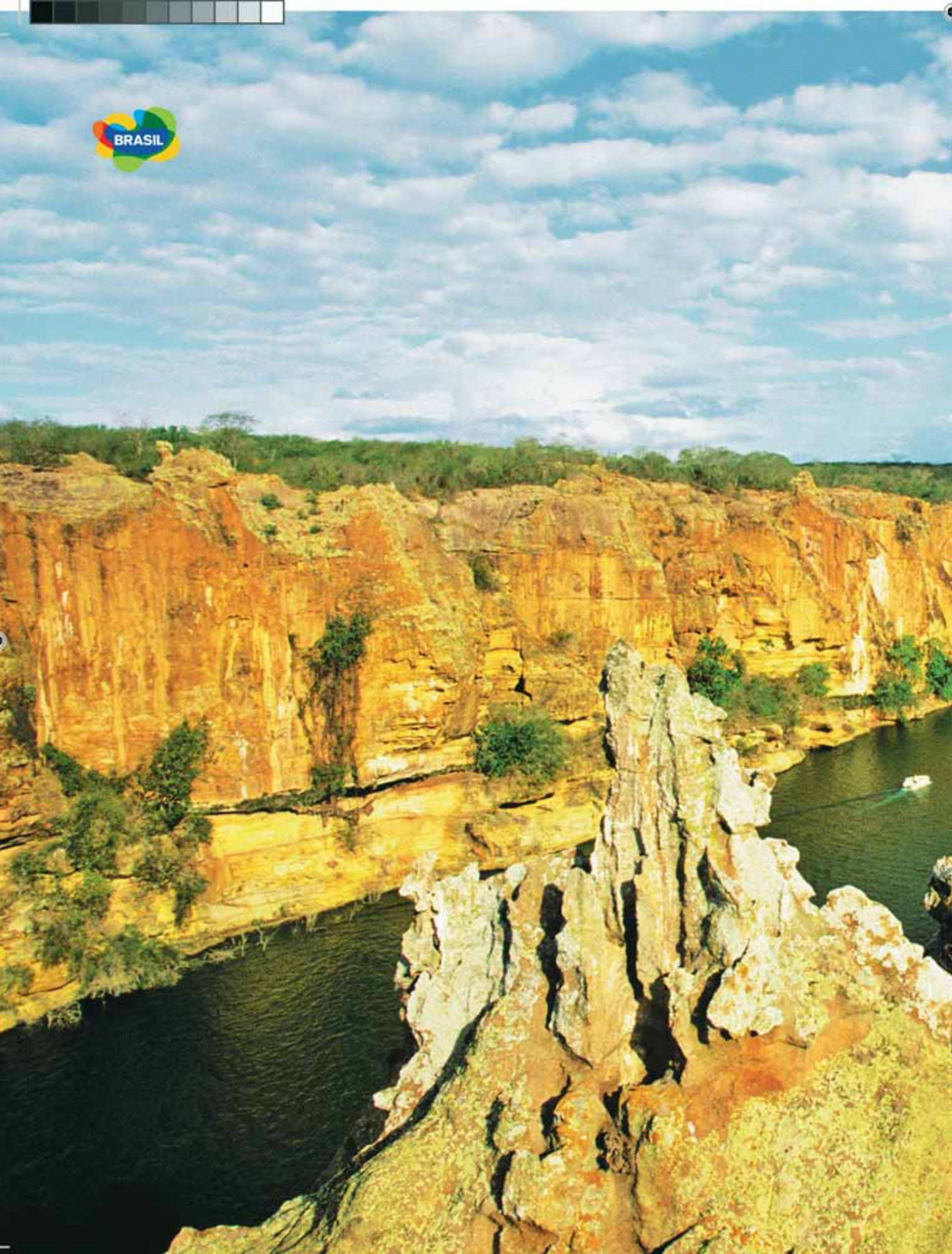
Bancos comerciais praticam juros extorsivos. Setor público precisa intervir para corrigir esta distorção

FRUTICULTURA

Produtores têm competitividade reconhecida mundialmente, mas esbarram na comercialização

NOVA PUBLICAÇÃO

Ipea lança "Radar", que se propõe a medir, também, a qualidade do desenvolvimento brasileiro


BRASIL

Aproveite o feriado e conheça o Brasil.

Para ver esta linda obra da natureza neste feriado, aonde você deve ir?

A ( ) Canyon do Rio São Francisco, SE
B ( ) Chapada Diamantina, BA
C ( ) Jalapão, TO
D ( ) Chapada dos Veadeiros, GO

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

RESPOSTA: A – CANYON DO RIO SÃO FRANCISCO, SE

VIAJE NO FERIADO.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O BRASIL.

Ministério do Turismo

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br

desafios
De olho no futuro
DNA
INVESTIMENTO
Brasil dividido
TIJOLO por tijolo
ÁGUA no sertão
O gordo e o magro
Brasil Ligado
Crescimento Sustentado
Ordem na casa
O futuro da educação
Os riscos da Previdência
Jogo pesado
Agenda trancada
Novo empresário
Democracia
Povos indígenas
Ações em ação
Construindo o país
Ação social
Transgênicos
Pedágio urbano
Telecomunicações: cada fio em seu lugar
S.O.S. Museus
Culturas protegidas
Os custos da violência
O dilema da repetência e da evasão
Tão perto da meta, tão longe das soluções
A juventude quer participar
Tecnologia ainda longe dos pequenos empreendedores
Um salto de qualidade
Um sinal de alerta
Onde mora o perigo
As incertezas de 2009

Carta ao leitor

No momento em que publicações de todo o mundo, institucionais ou não, enfrentam algum tipo de crise, seja financeira ou de credibilidade, a revista Desafios do Desenvolvimento chega à sua 50ª edição com olhos e páginas voltados para o futuro. Nesses 50 meses de circulação, a revista tem colocado ao debate da nação os mais importantes e variados temas que de alguma forma influenciam o nosso desenvolvimento.

Em permanente transformação, a cada novo número a revista chega ao leitor desafiando a velocidade da informação diante das novas tecnologias e estabelecendo com seu conteúdo editorial novos paradigmas da comunicação institucional. Isso tem sido conseguido com a sincronia da sua pauta com os estudos desenvolvidos pela equipe técnica do **Ipea** e com o debate franco e aberto que os redatores da revista promovem ao transformá-la em reportagens com a participação das mais diferentes correntes de opinião da sociedade brasileira.

Esta edição nº 50 que chega às suas mãos dá continuidade ao dinamismo e à isenção editorial da revista Desafios do Desenvolvimento. Neste número, trazemos ao debate a questão da estatização dos bancos que vem ocorrendo em diversos países de tradição liberal, cujo modelo parece sucumbir diante da maior crise financeira que o mundo assiste desde 1929.

Aliás, essa crise não podia ser diferente, é tema permanente em quase todas as reportagens da revista. Ela permeia toda a nossa pauta, como a que aborda a questão das previsões econômicas em meio a crise, ou a que mostra como o governo colocou os investimentos em sua agenda prioritária. E como a crise chegou às contas dos estados e municípios, e a receita para sair dela diante da queda da arrecadação.

Você, leitor, ainda vai se deleitar com os artigos de especialistas sobre temas que estão no centro do debate mundial e uma nova seção sobre países da América Latina, que mostra como vivem e os desafios que enfrentam os nossos vizinhos.

Boa leitura.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PRESIDENTE Marcio Pochmann

http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

desafios
www.desafios.ipea.gov.br **do desenvolvimento**

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL Daniel Castro
CONSELHO EDITORIAL Jorge Abrahão de Castro, Daniel Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Carlos Sávio G. Teixeira, Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro, Marcello Cavalcanti Barra, Adelina Lapa Nava Rodrigues, Marina Nery e Pedro Libânio

Redação
EDITOR-CHEFE Marco Antônio Moreira
EDITOR-EXECUTIVO Gilson Luiz Euzébio
EDITOR DE ARTE Zelito Rodrigues
BRASÍLIA Débora Carvalho, Márcio Falcão, Pedro Henrique Barreto e Ana Carolina de Oliveira
RIO DE JANEIRO Paulo Márcio Vaz
SÃO PAULO Fernando Taquari Ribeiro
JORNALISTA RESPONSÁVEL Marco Antônio Moreira

Colaboradores
FOTOGRAFIA Josemar Gonçalves / Gustavo Granata (Ascom/Ipea)
TEXTO Lúcia Berbert / Adelina Lapa Nava Rodrigues (Ascom/Ipea) / Marina Nery (Ascom/Ipea)
ILUSTRAÇÃO Zelito Rodrigues
FOTO DA CAPA Fotomontagem sobre imagens

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

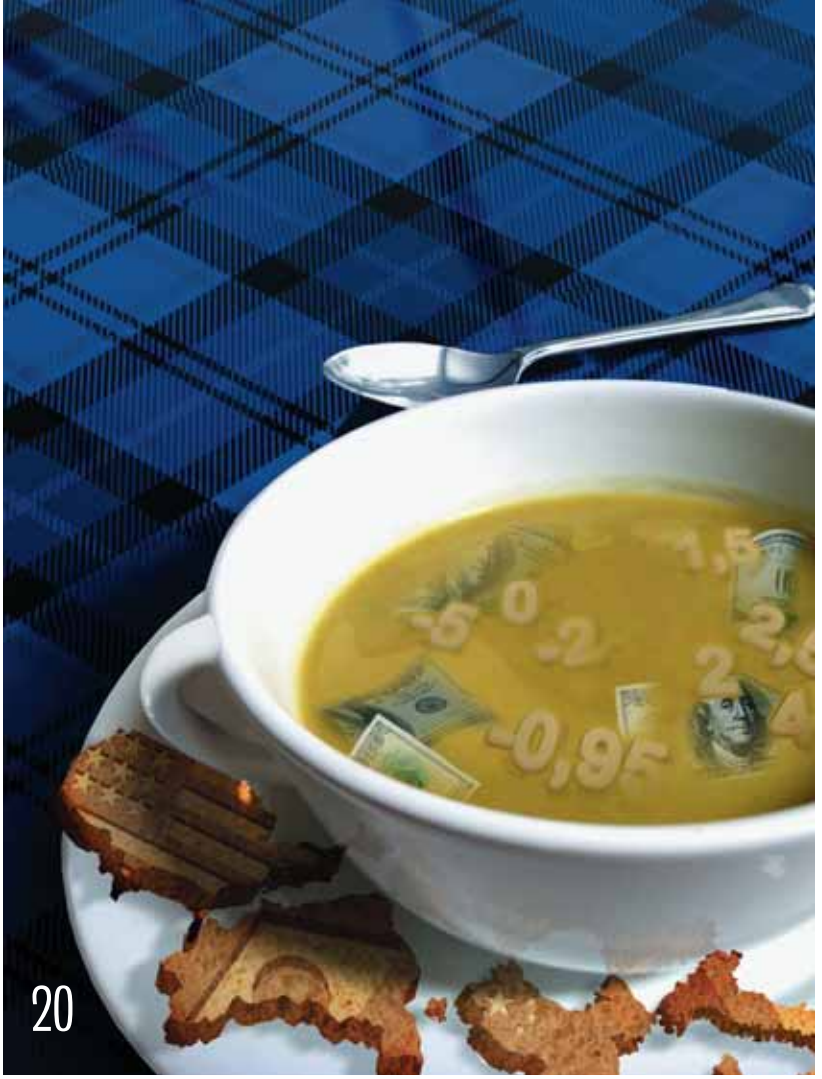
Impressão
Gáfica Art Printer

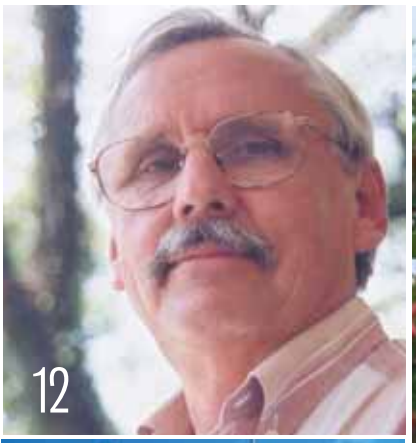
AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-Pr
Cep. 80230-100 – Fone:(41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br





desafios
do desenvolvimento

Sumário

12 Entrevista – Ladslaw Dowbor
Economista critica altos juros cobrados pelos bancos

20 Capa – Números para todos os gostos
Já há sinais de recuperação da economia brasileira

34 Governança – De pires na mão
Começa a pressão dos estados e municípios por repasses federais

40 Medidas anticíclicas – Proteção social faz a diferança
Bolsa família e outros programas ganham relevância em tempos de crise

52 Fruticultura – Um gargalo perigoso
País sabe produzir, mas perde na hora de comercializar

Seções

8 Giro
46 História
50 Controvérsia
62 Observatório latino americano
65 Por dentro do Ipea
76 Perfil
78 Melhores práticas
82 Retratos
85 Estante
88 Circuito
90 Agenda
92 Indicadores
94 Cartas

Artigos

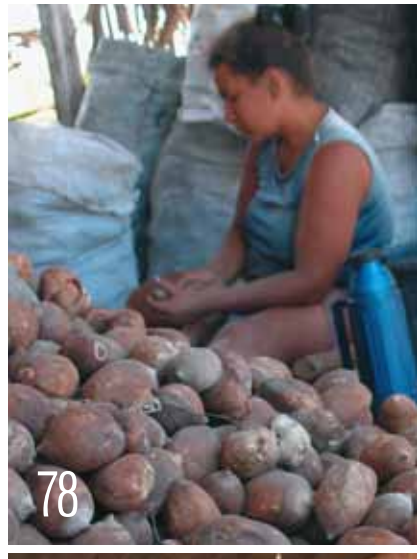
39 Lições de erros do passado
Marcelo Piancastelli*

44 Comparando Brasil e Áustria
Bernhard Leubolt*

49 Recursos de um planeta finito
Mathis Wackernagel
Alessandro Galli

61 Uma proposta recente e complexa
Márcio Nuno Rabat*

91 Inovação em países em desenvolvimento
Bruno César Araújo
Pierre Mohnen



GIRO
Ipea

Tributos

Receita e Ipea assinam acordo inédito

Agência Brasil

Lina Maria Vieira

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) assinou acordo inédito com a Receita Federal do Brasil. Os dois órgãos públicos se unem para a realização de pesquisas e seminários. A parceria permitirá que o órgão de pesquisa faça estudos mais detalhados sobre o sistema tributário nacional, além de obter conhecimento mais aprofundando sobre as fontes de riqueza do País.

Serão realizadas, ao longo do ano, pesquisas sobre equidade tributária e distribuição de renda; avaliação do Simples; desenvolvimento de modelos de previsão da arrecadação tributária e análise sobre novas fontes de riqueza e tributação. O convênio foi assinado em 8 de abril pela secretária da Receita, Lina Maria Vieira, e o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann.

Conferência

Tecnologia social em debate

O **Ipea** foi um dos patrocinadores da 2ª Conferência Internacional de Tecnologia Social e do 2º Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social (RTS). Os dois eventos aconteceram em Brasília, entre os dias 15 e 17 de abril.

Com o tema "Caminhos para a sustentabilidade", os eventos discutiram como as soluções simples e de baixo custo podem gerar trabalho e renda. Os participantes assistiram palestras, mesas redondas e painéis com as experiências nacionais e internacionais no campo das Tecnologias Sociais (TSs), nas áreas urbana e rural.

A conferência foi organizada pela Rede de Tecnologia Social (RTS) em conjunto com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong). Além do **Ipea**, patrocinaram os eventos os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional e do Trabalho e Emprego. Instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação Banco do Brasil.

Fotos: Kenia Ribeiro - www.rts.org.br

Para a Unesco, Brasil é exemplo regional

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) Ary Mergulhão Filho, destaca que o pioneirismo do Brasil na área de tecnologias sociais é exemplo para países da América Latina e de língua portuguesa situados na África. As tecnologias compreendem produtos, técnicas ou metodologias desenvolvidas a partir da interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.

Segundo ele, as experiências tendem a reduzir a pobreza, criando emprego e renda, por meio de soluções simples. "As experiências bem sucedidas aqui têm extrema utilidade para outros países da América Latina", diz. Representantes de nove países, reunidos em Brasília, conheceram as tecnologias sociais implantadas no Brasil. Durante a *2ª Conferência Internacional de Tecnologia Social*, foram expostas 21 experiências em áreas como agroecologia, reciclagem, bioenergia e incubação de empreendimentos solidários. Captações de água de chuva para a produção de alimentos e aquecedor solar de baixo custo estão entre as soluções apresentadas.

Para o representante da Unesco, a tecnologia social é fundamental para melhorar a vida das populações menos assistidas. "São ações simples, de baixo custo, voltados para solucionar problemas pequenos e médios de populações carentes", acrescenta

Pesquisa

Banco ajuda a concentrar riqueza

O Brasil tem um sistema bancário incompleto, que contribui para a concentração de riqueza e aumento da exclusão social. É o que mostra o estudo do **Ipea** divulgado por meio do Comunicado número 20 da presidência do instituto apresentado pelo presidente Marcio Pochmann em abril.

Denominado *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise*, o estudo mostra que o esvaziamento do Estado no mercado financeiro brasileiro em nada beneficiou a inclusão social e a popularização bancária. A redução da quantidade de bancos em operação nos últimos 11 anos contribuiu ainda para promover mais desigualdade regional. "Nos últimos dez anos houve uma transferência de recursos que serviam de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil para uma maior concentração na região Sudeste", apontou Pochmann.

Segundo o estudo, "ao contrário dos Estados Unidos, que combinou a redução na quantidade de bancos com ampliação do número de agências bancárias, o Brasil apresentou diminuição na quantidade tanto de bancos como no número de agências."

Programação

Ipea patrocina eventos

Por meio de chamada pública, o **Ipea** está com inscrições abertas até o dia 14 de maio para propostas de apoio financeiro do instituto para congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e eventos similares, de âmbito nacional ou internacional, que visem o intercâmbio científico e difusão do conhecimento.

Os eventos devem ocorrer no período de maio a dezembro deste ano e abordar temas sobre o desenvolvimento ligados aos eixos temáticos do **Ipea**. Os projetos têm de atender a pré-requisitos como o alto impacto para as políticas públicas; ter outras fontes de financiamento; serem organizados por instituição, associação ou sociedade cientifica brasileira e que desenvolvam atividades de planejamento, pesquisa sócio-econômica e ambiental. Mais informações e inscrições na página do **Ipea** na Internet (www.ipea.gov.br).

Incentivo

Bolsistas do Cátedras começam a trabalhar

Os primeiros bolsistas do programa "Cátedras **Ipea** para o Desenvolvimento" já começaram a trabalhar em seus projetos de pesquisa sobre um pensador que se destacou na história do desenvolvimento do Brasil.

Cada um dos projetos selecionados é centrado na obra de um patrono que teve destaque na história do desenvolvimento do País. Dos 14 projetos aprovados, cinco escolheram a obra de Celso Furtado. Os outros pensadores escolhidos foram: Ignácio Rangel, Roberto Campos, Manoel Correia de Andrade, Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

Todos os bolsistas selecionados são professores de universidades públicas. Para a realização dos estudos, cada bolsista recebe R$ 3 mil por mês. Eles deverão usar este valor para a promoção de seminários, encontros e para a publicação de um trabalho final. Além disso, ao longo do ano, os bolsistas deverão instituir uma disciplina centrada no pensamento do pesquisador escolhido e estabelecer dados sobre sua obra que sirvam de subsídios para pensar o desenvolvimento de médio e longo prazo no País.

Divulgação

Bolsistas participam do lançamento do Cátedras

O Cátedras foi implantado inicialmente nas universidades públicas como incentivo ao debate sobre o pensamento econômico social brasileiro, a instituição de redes de pesquisa, e o fortalecimento do entendimento sobre o desenvolvimento.

As universidades participantes são: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

GIRO

Habitação

Casa popular estimula procura

O programa Minha Casa, Minha Vida, que se propõe a construir 1 milhão de moradias destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos, está tendo ampla repercussão. Segundo a presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Maria Fernanda Coelho, esta constatação pode ser feita a partir do crescimento do número de acessos à simulação de financiamento habitacional no site da instituição

Maria Fernanda explicou que o simulador tinha 74 mil acessos por dia e, a partir do lançamento do programa, passou para 450 mil, com mais de 1 milhão de simulações. "Significa que as pessoas estão procurando as informações para poderem ter acesso à casa própria", afirma.

A presidente da CEF informa que muitas construtoras já estão apresentando seus projetos à Caixa e os primeiros municípios já assinaram o termo de adesão. "Nossa expectativa é que entre 8 a 12 meses já comecemos fazer entrega de unidades", acrescenta. O site da Caixa é www.caixa.gov.br

Tecnologia

Índios terão Pontos de Cultura

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Cultura (Minc) assinaram convênio que permitirá a criação de 150 novos Pontos de Cultura em comunidades indígenas de todo o País. De saída, 30 comunidades do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima serão contempladas ainda este ano, ao custo de R$ 6,4 milhões. Outros 60 equipamentos vão ser inaugurados até o fim de 2009 e os 60 restantes em 2010.

O secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura, Célio Tuno, disse que, além de potencializar as iniciativas culturais de cada comunidade, fortalecendo e resgatando manifestações tradicionais como a dança e o artesanato, os Pontos de Cultura possibilitarão que os índios aprendam a lidar com recursos tecnológicos digitais e audiovisuais.

A capacidade dos Pontos de Cultura servir à autonomia das comunidades beneficiadas também é ressaltada pelo presidente-substituto da Funai, Aloísio Guapindaia. "No momento em que falamos de desenvolvimento sustentável dessas populações, dizemos que também é necessária uma política cultural, pois esse desenvolvimento tem que estar baseado nos valores culturais desses povos. E os Pontos de Cultura reforçam essa concepção", acrescentou.

Agência Brasil

Emprego

Capacitação no Bolsa Família

Os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Trabalho e Emprego (MTE) iniciaram ação conjunta no sentido de incluir beneficiários do Programa Bolsa Família em cursos de qualificação profissional nas áreas de construção civil e turismo, dentro do Plano Setorial de Qualificação (Planseq). Estão sendo enviadas correspondências às famílias com instruções sobre a adesão aos cursos. Quem não está com o cadastro atualizado poderá fazê-lo nos postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Os candidatos serão inscritos com base no Índice de Desenvolvimento da Família, devendo ter prioridade as que tiverem menor classificação. Podem participar homens e mulheres com mais de 18 anos que tenham concluído pelo menos a 4ª série do ensino fundamental. De acordo com o MDS, o acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família que farão os cursos de qualificação, além da articulação com o empresariado local para integrá-los ao plano, ficará sob a responsabilidade dos coordenadores das oficinas.

Serão realizados cursos para pintor, armador e montador, carpinteiro, azulejista, encanador, mestre-de-obras, auxiliar de escritório, eletricista, pedreiro, reparador, almoxarife, gesseiro, desenhista, projetista e operador de trator. Depois de receber os diplomas, os trabalhadores poderão ser aproveitados em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mais informações sobre os cursos podem ser obtidas nos postos do Sine, nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e nas Secretarias de Assistência Social de cada município.

Direitos humanos

Um indicador contra o racismo

Na condição de chefe da delegação brasileira, o ministro da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos (foto), propôs, na Conferência de Revisão de Durban, que avaliou e propôs ampliação no acordo contra a discriminação racial definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, a criação de um indicador para medir a evolução das medidas nesta direção. A reunião aconteceu na sede da ONU em Genebra (Suíça).

A definição de um indicador, nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitiria o acompanhamento das políticas de promoção da igualdade racial, na avaliação do ministro. A implementação efetiva dos mecanismos antidiscriminação definidos pela ONU nos países é uma das principais demandas da sociedade civil.

"O indicador seria um mecanismo que medisse a evolução da sociedade na promoção da igualdade racial a partir dos mecanismos de discriminação positiva, de formação de jovens universitários, de acesso ao trabalho e à saúde. São indicadores que nos permitiriam avaliar a redução da desigualdade racial no mundo a partir desses dados, dessas políticas", detalhou Edson Santos.

Agência Brasil

PAC

Financiamento do BNDES ultrapassa R$ 100 bi

A carteira de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) soma atualmente 257 projetos. O presidente da instituição, Luciano Coutinho destacou que grande parte dos projetos é feita pelo setor privado –grandes hidrelétricas, concessões de rodovias e ferrovias.

Os investimentos totalizam R$ 101 bilhões. Desse total, R$ 57,5 bilhões já estão contratados e R$ 44 bilhões enquadrados. A isso se somam mais R$ 25 bilhões de 34 projetos em perspectiva, que elevarão para 291 o número de projetos do PAC no BNDES, com financiamento potencial de R$ 125 bilhões.

Outra força de sustentação da economia, acrescentou Coutinho, é o programa de investimentos da Petrobras, que alcança US$ 174,4 bilhões em cinco anos. O presidente do BNDES disse estar preparando em conjunto com a Petrobras um processo de fomento para os serviços de exploração de petróleo e também para maximizar a produção, no Brasil, de equipamentos e bens de capital.

Divulgação

Memória

Inventor é protegido há 200 anos

O sistema de propriedade industrial comemorou, no final de abril, 200 anos de criação de sua primeira legislação, registrando avanços em termos econômicos e sociais para o País. O procurador-geral do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), Mauro Maia explicou que o primeiro alvará sobre a propriedade intelectual no Brasil data de 1809.

Editato pelo príncipe regente D. João VI, o alvará isentava de pagamento de direitos as matérias-primas importadas que servissem de base a manufaturas usadas pelas fábricas, bem como desonerava as exportações de manufaturas. O príncipe também criou benefício pecuniário em favor da indústria e das artes e concedeu privilégios exclusivos aos inventores e introdutores de novas máquinas, por 14 anos. Ao fim desse prazo, "a Nação poderia gozar dos frutos da invenção".

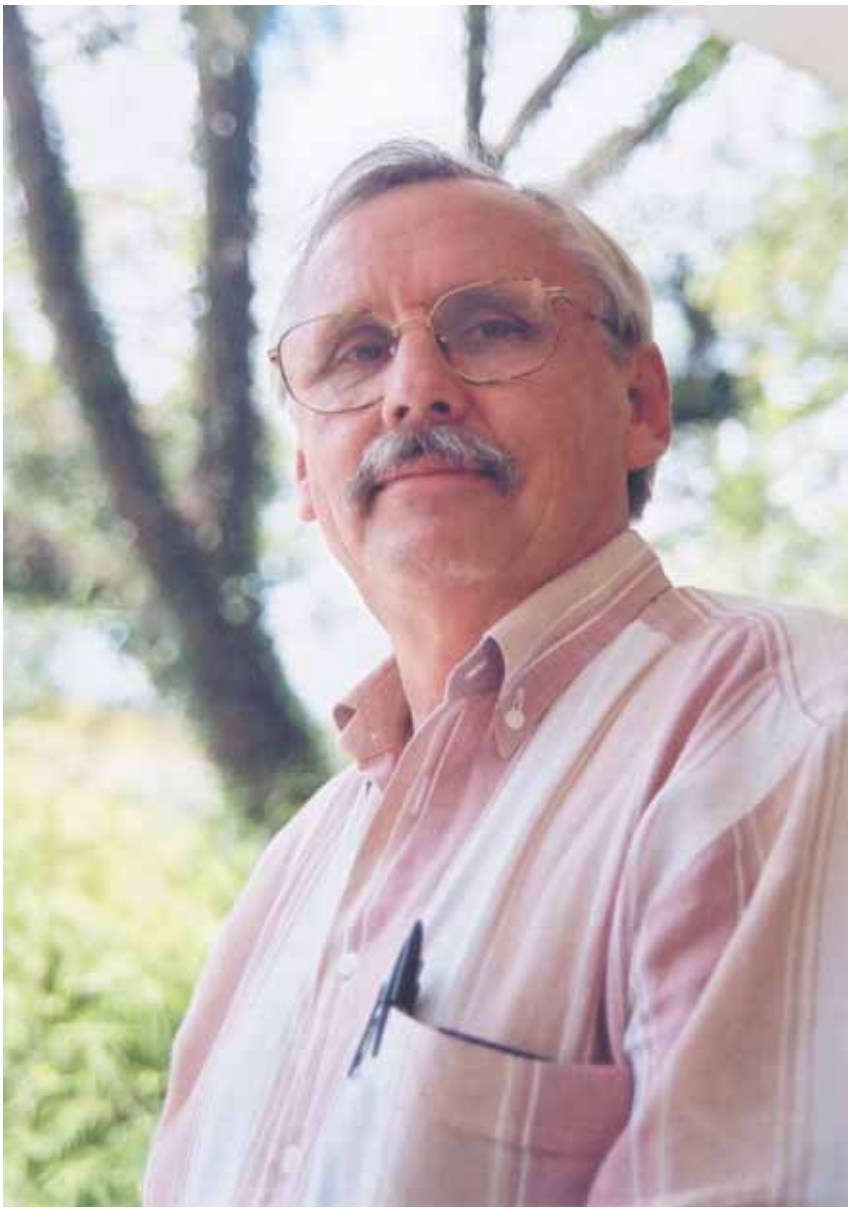
Inserido na história do país quando o Brasil ainda era uma colônia, o sistema ganhou mais importância a partir de 1997, quando começou a haver uma mudança de paradigma, assinalou Maia. "Isso fica muito claro a partir de 1997, quando o país passou a conceder patentes farmacêuticas."

Ladislaw Dowbor

“Estamos falando de um assalto”

Fernando Taquari Ribeiro - de São Paulo

A mudança do papel do Estado na economia, resgatando sua capacidade reguladora sobre o sistema empresarial e financeiro é um dos fatores fundamentais num processo de desenvolvimento mais democrático, onde os interesses da população estão em primeiro lugar. A opinião é do professor Ladislaw Dowbor, do Programa de Pós Graduação em Administração da PUC-SP, que também defende uma atuação agressiva do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições governamentais no sentido de forçar a baixa dos juros e aumentar a oferta de crédito. Para Dowbor, as taxas praticadas pelos bancos comerciais podem ser comparadas a “um assalto” e isso justifica a intervenção do governo, via bancos estatais, com o objetivo de democratizar a oferta de financiamentos, de forma que o pequeno empreendedor possa levar adiante seus projetos, criando-se uma cadeia capilar de desenvolvimento. Dowbor lembra que o grande desafio para o Brasil é vencer a desigualdade social e uma das armas para esta batalha é o programa Bolsa Família, segundo ele, criticado por muitos, anteriormente, e agora elogiado porque contribui para a ampliação do mercado interno. Nesta entrevista, o professor fala também sobre as lições da crise econômica, que devem levar a novas formas de se promover o desenvolvimento econômico e social e sobre outras questões globais como as propostas discutidas no encontro do G-20 e a criação de uma nova moeda, ou uma cesta de moedas, para substituir o dólar nas transações internacionais.



"O mecanismo de mercado protege para as trocas. Não protege o que produzimos, para quem e sobre quais custos tanto para a natureza quanto para a sociedade."

Desafios – A crise financeira internacional pode afetar a crença nas leis de mercado e no próprio sistema capitalista na mesma proporção em que a queda do muro de Berlim determinou os destinos do comunismo?

Ladislaw Dowbor – Há tantas refutações de que o mercado não funciona que é duvidoso. Ele simplesmente é necessário. Eu trabalhei na Polônia no âmbito da economia socialista. Havia mecanismos de mercado amplamente utilizados. Não estou falando do mercado no processo de concorrência entre uma série de produtores e pessoas que trocam valores com outros, permitindo a divisão de trabalho na sociedade. Isso é valioso e deve ser guardado. O que se confundiu foi o mecanismo de mercado com a regulação geral da sociedade.

Desafios – Como assim?

Dowbor – O mecanismo de mercado protege para as trocas. Não protege o que produzimos, para quem e sobre quais custos tanto para a natureza quanto para a sociedade. Portanto, o que está acontecendo é que o mercado está perdendo sua capacidade reguladora na sociedade. O sistema de bancos no Brasil é essencialmente carteirizado. Na Inglaterra, o crédito pessoal no HSBC é de 6%, enquanto aqui passa de 60%. Se houvesse mecanismos de mercado, as pessoas iriam buscar capital lá ou aplicariam aqui. Ou seja, nas áreas carteirizadas, que pertencem às grandes corporações, deixou de funcionar o mercado.

Desafios – O que fazer então?

Dowbor – É preciso ter sistemas de regulação equilibrados entre os intermediários financeiros, bancos centrais, governos e as organizações de usuários. O mercado não resolve tudo sozinho. Veja, por exemplo, o caso de grupos como as Casas Bahia, que trabalham frequentemente com taxas de juros de 100%. Uma pessoa de baixa renda paga o dobro do valor de um produto. Isso é extorsivo e se baseia na manutenção da desigualdade de renda, que força as pessoas sem dinheiro vivo a pagar em pequenas prestações o dobro do que pagaria uma pessoa com mais recursos. Existe um mecanismo financeiro de concentração de renda. São áreas comerciais que passaram, ainda que de forma não declarada, a ter uma atuação financeira. Assim, o acesso aos recursos e a distribuição equilibrada na sociedade está cada vez menos regulada com mecanismos de mercado. Além disso, o mercado é nocivo na exploração de bens naturais.

Perfil

Economista e professor titular do departamento de pós-graduação da Pontifica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ladislaw Dowbor formou-se, em 1968, em economia política pela Universidade de Lausanne, na Suíça. Nos anos 1970, foi professor de Finanças Públicas na Universidade de Coimbra, Portugal. Antes de partir, em 1977, para Guiné-Bissaú, onde assumiu o cargo de coordenador técnico do Ministério de Planejamento, doutorou-se em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976). Permaneceu no cargo de coordenador até 1981.

Dowbor também foi consultor do Secretariado Geral da ONU, na área de Assuntos Políticos Especiais entre 1980 e 1981. Dirigiu vários projetos de organização de sistemas de gestão econômica, na qualidade de assessor técnico principal de projetos das Nações Unidas, em particular na Guiné Equatorial e na Nicarágua. Entre 1989 e 1992, foi secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, onde era responsável pelas áreas de meio ambiente e relações internacionais.

É autor e co-autor de 40 livros. Atualmente, trabalha no desenvolvimento de sistemas descentralizados de gestão, particularmente no quadro de administrações municipais, envolvendo sistemas de informação gerencial, políticas municipais de emprego, políticas integradas para criança de risco e gestão ambiental. Ainda presta diversas consultorias para agências das Nações Unidas, governos e municípios.

Desafios – Como?

Dowbor – Basta observar o caso da pesca oceânica. Com o GPS e as novas tecnologias, se torna possível extrair o volume de peixes desejado. Virou um matadouro. E quanto mais avança a tecnologia, mais barato é capturar o peixe. No entanto, à medida que os peixes vão se esgotando, os preços sobem. O problema da água também está se tornando crítico para a humanidade. Com sistemas modernos se tornou viável bombear enormes quantidades de lençóis freáticos subterrâneos que se acumulam durante séculos. O processo funciona com extrema rapidez. Isso gera grandes fortunas para determinados grupos, que não arcaram com custos da sua produção. Por outro lado, liquida, a base de água e não gera emprego. Esse eixo é simplesmente destrutivo para as áreas de recursos limitados. Então, o mercado não tem capacidade para regular áreas que envolvem recursos naturais. Com a crise financeira internacional, há muitos especuladores à procura desesperada de onde aplicar seus recursos. Eles querem comprar imensas áreas de solo no Brasil de olho na pressão alimentar e na oportunidade de lucros com os bicombustíveis.

Desafios – O governo brasileiro acertou então ao criar uma moratória de compra e venda de terras em áreas onde a água deveria ser canalizada?

Dowbor – Sim. Caso contrário você teria europeus, americanos e grupos de São Paulo comprando todas aquelas terras para revender ou aproveitar os seus eventuais benefícios. A capacidade reguladora do mercado se perdeu no momento em que cresce a pressão por recursos naturais, aumenta a população mundial, o nível de consumo e na medida em que se formam grandes conglomerados planetários. Isso já não é mercado. São sistemas de poder de grupos privados que exercem poder político sem serem eleitos. Por isso defendo que o mecanismo econômico tem de ser democratizado.

Desafios – Qual sua avaliação sobre a declaração final do encontro do G-20 realizado em Londres no mês passado?

Dowbor – Tivemos um encontro do G-20 em novembro e, outro mais recente, em Londres. Não há uma diferença substantiva entre os dois. São declarações de intenções que se destinam basicamente a apaziguar a tensão, uma vez que centenas ou milhões de aposentados perderam sua aposentadoria e há um número crescente de desempregados. A tensão em torno destes problemas se tornou imensa. A declaração do G-20 de Londres é positiva em algum sentido. Primeiro porque se expandiu o número de países que participam do processo político. Tem um lado um pouco sem vergonha nisso porque quando as potências prosperavam era G-7. Quando estourou a crise, eles foram buscar sócios. De qualquer maneira, os 29 pontos da declaração são grandes princípios, além de positivos, sobretudo no que se refere ao meio ambiente, maior controle sobre o sistema financeiro, fim do protecionismo, mais poder ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e um aumento na participação de diversos países nas várias instituições internacionais.

Desafios – O que poderia ter sido aprimorado?

Dowbor – Quase ninguém reparou que há um anexo de medidas financeiras na declaração de Londres, que foi feito rigorosamente por gente do chamado mercado financeiro. Por exemplo, as compensações para diretores e acionistas será responsabilidade deles próprios. Ou seja, não haverá nenhuma instituição para fiscalizá-los.

"Injetar dinheiro nos intermediários financeiros foi a primeira reação. Os bancos estão quebrando. Portanto, você coloca dinheiro para não quebrar. Contudo, a economia real começa a quebrar por falta de crédito. "

Desafios – O senhor acredita que as propostas serão implementadas?

Dowbor – As propostas de arquitetura financeira mundial contidas nos acordos de Bretton Woods foram trabalhadas durante dois anos até a sua implementação. Eu, particularmente, estou cético e realista neste aspecto. Estamos começando um processo. Você não faz isso em três ou seis meses. Além disso, tudo vai depender da profundidade da crise, que ainda é completamente incerta. Ninguém sabe, nem mesmo o pessoal que criou esta crise. Mudanças mais profundas no sistema dependem da intensidade da crise. Se amanhã tudo voltar à normalidade, os especuladores, que criaram o problema, vão tentar manter as coisas como estão, esperando pela próxima crise. Isso já ocorreu antes com as crises na década de 1990. Estamos num limbo de regulação que é extremamente perigoso.

Desafios – A dívida pública dos Estados Unidos ultrapassou o teto dos US$ 10 trilhões. As injeções de recursos no sistema financeiro pelo governo do presidente Barack Obama surtiram efeito?

Dowbor – Injetar dinheiro nos intermediários financeiros foi a primeira reação. Os bancos estão quebrando. Portanto, você coloca dinheiro para não quebrar. Contudo, a economia real começa a quebrar por falta de crédito. O que eles fizeram então? Injetaram mais dinheiro nos bancos, pensando que com mais liquidez eles passariam a oferecer crédito. Isso não aconteceu. No caso dos Estados Unidos, os bancos maiores estão comprando os pequenos para reforçar oligopólios. Há uma di-

mensão profundamente golpista neste sentido. Afinal, eles não querem mercado. No caso brasileiro, os cerca de R$ 100 bilhões que foram transferidos para os bancos via redução do compulsório e outros mecanismos, em vez de se transformarem em crédito para dinamizar a economia, estão sendo utilizados na compra de títulos do governo para depois serem remunerados pela taxa Selic. Ou seja, o sistema financeiro não está fazendo o seu papel de financiar a economia. Um papel, aliás, que está na Constituição.

Desafios – O papel do Estado na economia deve ser rediscutido?

Dowbor – Estamos constatando a necessidade de fazer funcionar a economia com o interesse de uma sociedade socialmente equilibrada e com políticas ambientais que não destruam o planeta. Uma mudança de paradigma energético produtivo. Acho que o eixo é este. Em função destes objetivos, você tem que ter outro tipo de orientação da economia, com mudanças no papel do Estado. Não significa maior tamanho do Estado na economia. Significa que a regulação política dos processos econômicos tem que avançar. É importante resgatar a capacidade reguladora do Estado sobre o sistema empresarial e articular políticas públicas com organizações da sociedade civil. É um processo mais horizontal, democrático, e descentralizado, onde os interesses da população estejam em primeiro lugar.

Desafios – E como fazer isso?

Dowbor – Eu sempre uso o exemplo do programa de expansão da Coréia do Sul. São investimentos de US$ 36 bilhões em energia limpa. A expectativa é de que, com o programa, serão criados 960 mil empregos. O emprego tira as pessoas do desespero e gera mais recursos na base da sociedade. Ocorre um impacto social de igualdade. Por outro lado, com esse dinheiro, a população consome e não aplica na bolsa. Isso é um processo anticíclico. O dinheiro que vem por parte do governo, em vez de ir para a especulação, como fazem os bancos privados, está aplicado em investimentos necessários para o país. Ao mesmo tempo em que melhora a situação do meio ambiente e oferece um equilíbrio social, o programa protege a Coréia do Sul da crise ao gerar emprego, demanda de consumo e de equipamentos para esses investimentos.

"Repare que nos jornais só aparece a discussão sobre a taxa Selic. Agora, e as taxas de juros cobradas pelo sistema ao tomador final? A média para pessoa jurídica é de 68%, para pessoa física 110%, cheque especial 166%, no cartão 220%"

Desafios – Como o senhor vê a questão da redução dos juros e do spread bancário no Brasil?

Dowbor – Repare que nos jornais só aparece a discussão sobre a taxa Selic. Agora, e as taxas de juros cobradas pelo sistema ao tomador final? A média para pessoa jurídica é de 68%, para pessoa física 110%, cheque especial 166%, no cartão 220%. Estamos falando de um assalto. Eu acho que o papel dos bancos oficiais é introduzir mecanismos de mercado neste processo para oferecer crédito a custos decentes. Temos que lembrar que o banco tem uma função social, de acordo com a Constituição. Mesmo o banco privado é uma carta patente que o autoriza a trabalhar com o dinheiro do público. Não é dinheiro do banco. Então, ele tem que responder a certas exigências. Como ele tem forte controle sobre o próprio Banco Central, então, aqui o sistema financeiro ficou sem regulação efetiva. Instituições como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, BNDES, que já fazem isso há bastante tempo, devem buscar novas formas de democratização de acesso ao crédito. O Brasil tem um volume de crédito da ordem de 37% do PIB. Isso é muito baixo. O crédito é bom, o sujeito quer abrir uma marcenaria, então precisa do crédito, mas não pode ser com essa taxa de juros. O papel do banco é isso. Estimular o empreendedorismo.

Desafios – Muitos analistas apostam que o mercado interno será o motor da economia nacional neste ano. O senhor concorda?

Dowbor – É como se o governo Lula estivesse se protegendo de antemão. Houve uma convergência do aumento da capacidade de compra do salário mínimo na faixa de 51% a 53%. Isso é gigantesco. Atinge 26 milhões de assalariados e 18 milhões de aposentados. Você teve também nos últimos anos uma expansão no emprego na ordem de 11 milhões de pessoas. Isso gerou demanda na base da sociedade. Vale ressaltar ainda o crescimento do crédito rural. O Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] passou de R$ 2,5 bilhões para R$ 12,5 bilhões. Injeção de recursos no pequeno produtor rural, que representa 70% dos alimentos produzidos pelo País. Isso sem mencionar o Bolsa Família, responsável por tirar da miséria negra 50 milhões de pessoas. Este governo trabalha com cerca de 150 programas interministeriais. Isso gerou uma ampliação da demanda interna que casa com a crise da demanda externa. Veja o exemplo da carne. Com a crise no mercado externo, o setor está sendo obrigado a vender no mercado interno. Percebemos que tem muito mais carne

nos açougues e os preços estão cada vez mais baixos. Houve uma reconversão. Parte do que era exportado, agora, está se voltando para o mercado interno.

"O grande problema do Brasil é a desigualdade social. Somos o segundo ou o terceiro pior país do mundo em termos de distribuição de renda"

Desafios – O senhor disse em artigo recente que a crise é uma oportunidade para o Brasil. Por quê?

Dowbor – O grande problema do Brasil é a desigualdade social. Somos o segundo ou o terceiro pior país do mundo em termos de distribuição de renda. Quando o mercado externo está em crise, você é obrigado a se voltar para o mercado interno. Então, de repente, todas aquelas pessoas que falavam mal do Bolsa Família, agora acham o programa bom, pois ele gera mercado interno para os produtos que não estão sendo vendidos lá fora por causa da recessão. Ocorre uma convergência política de interesses na necessidade de fortalecer o mercado interno. Isso não é novo no Brasil. Nos anos 1930, com a crise de 1929, não dava para exportar café. E como não se exportava café, não havia divisas para importar todos os produtos. No mercado interno, ninguém sabia produzir esses bens. Então, os capitais, que estavam no café, vendo que o produto só dava perdas, fecharam as fazendas e saíram à procura de outras coisas para produzir. Esses capitais perceberam que já havia uma demanda preexistente de produtos que não estavam mais sendo importados. Por essa razão que os anos 1930 foram uma época de imensos avanços do aparelho produtivo brasileiro. O mecanismo é muito interessante e se for bem aproveitado, matamos três coelhos de uma vez.

Desafios – De que maneira?

Dowbor – De um lado puxamos para cima nosso quarto mundo, que é a miséria do andar de baixo da economia. Depois reconvertemos os agroexportadores, que desmatam a Amazônia e contaminam os lençóis freáticos com agrotóxicos, com uma agricultura alimentar diversificada em um sistema de equilíbrio de longo prazo. Ao gerar esta dinâmica, estamos nos protegendo da crise. São políticas anticíclicas. Essa convergência que é o nó da oportunidade. Nas exposições que assisti do presidente Lula, dos ministros Guido Mantega (Fazenda) e Dilma Rousseff (Casa Civil), e até do Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), a compreensão deste processo está clara. Este é um governo que tem uma linha de enfrentamento da crise

Desafios – Mesmo assim o setor exportador continuará em crise. Isso não é prejudicial?

Dowbor – O Brasil está numa situação particular. Temos, hoje, 13% da economia para a exportação. Isto é, o País não depende tanto assim da exportação. Além disso, diversificamos nossa pauta para diversos lugares do planeta. Atualmente, os Estados Unidos representam apenas 25% do nosso comércio exterior. Outro ponto extremamente importante é o crescimento das reservas internacionais do Brasil, que passaram de US$ 30 bilhões, em 2002, para cerca de US$ 200 bilhões. Isso equilibrou as relações externas. Agora, o setor exportador, é claro que está em crise. Primeiro, porque houve uma redução de demanda no nível internacional por conta da recessão. Segundo, porque com a crise financeira há muito menos acesso à credito de exportação. Exportação exige crédito. Essa dificuldade de comércio exterior vai se manter durante algum tempo, o que deve reforçar a idéia de reconversão em função do mercado interno.

Desafios – Os emergentes não estão imunes à crise. Para o senhor, estes países podem ser transformar na locomotiva para a retomada do crescimento?

Dowbor – Eles podem constituir uma estratégia. Numa situação crítica de uns 30 anos atrás, o primeiro ministro da Alemanha Willy Brandt elaborou, na ocasião, um relatório chamado Norte-Sul. O documento dizia que a prosperidade no grupo dos países ricos da América do Norte, Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia não se sustenta sem a abertura de uma nova fronteira de atividade de mercado. Ou seja, o conjunto de terceiro mundo, essas 4 bilhões de pessoas que não têm acesso ao consumo diversificado representam uma imensa fronteira anticíclica de dinamização da atividade. Por este motivo que um dos últimos documentos do Banco Mundial se chama os próximos 4 bilhões. Eles estão estudando como atingir os quatro bilhões, dois terços do planeta, que estão fora do sistema. Isso, na verdade, já era proposto pelo Willy Brandt há uns 30 anos.O caminho é o mesmo trilhado pelos países desenvolvidos. No pós-guerra, eles entraram em fortes processos de redistribuição de renda. O amplo mercado interno viabilizou um conjunto de atividades que gerou a prosperidade. A idéia é reproduzir isso em nível mundial. Neste sentido, acho coerente que o conjunto do terceiro mundo se forme como um elemento dinamizador da economia mundial.

Desafios – Qual sua opinião sobre a proposta da China de trocar o dólar por uma nova moeda de circulação mundial?

Dowbor – Faz parte de um conjunto de medidas que estavam em discussão na reunião do G-20 de Londres. Você não pode continuar a dar a uma única na-

ção, os Estados Unidos, a possibilidade de ser a moeda mundial, que eles emitem quando querem. Isso explica porque os norteamericanos se endividaram de maneira tão prodigiosa nos níveis público, privado e externo. Eles estão à vontade, emitindo dólares. Este tipo de irresponsabilidade financeira da direita norteamericana em definir o poder não pode continuar. A crise expôs os riscos de fazer o uso de apenas uma moeda. No encontro G-20, os chefes de Estado decidiram triplicar o caixa do Fundo Monetário Internacional ao repassar US$ 750 bilhões para a instituição. Isso não entra somente como dólar. Entra como direitos especiais de saque que são baseados numa cesta de moedas. O momento delicado é o seguinte: a China maneja cerca de US$ 2 trilhões em reservas. Os americanos estão emitindo dinheiro adoidado para alimentar bancos. Quando você emite muito dinheiro, a tendência é o papel perder valor. A China não vai querer perder dinheiro. Houve uma saída de papéis podres para o dólar, que é melhor. Mas na medida em que os Estados Unidos aprofundam seu déficit, sustentando a General Motors e os bancos, você tem cada vez mais papéis, e quando você emite muito mais papéis do que a riqueza que você tem, esse papel apodrece.

Desafios – Por que não se tentou essa substituição antes?

Dowbor – Porque a China estava preocupada em não perder suas reservas com a desvalorização do dólar se de fato ocorresse uma troca da moeda norteamericana. A proposta é estrutural de que o dólar entre como uma das moedas da cesta. Ninguém está interessado em quebrar o dólar, os Estados Unidos ou qualquer coisa do gênero. O que não se pode é deixar só com os Estados Unidos o uso irresponsável da capacidade de emitir dinheiro para o seu uso. A economia se globalizou, virou planetária, mas não temos um governo planetário. O resultado é essas reuniões de chefe de Estado a toda hora para procurar um caminho.

Desafios – É possível imaginar como será o pós-crise em termos de regulamentação de mercado?

Dowbor – As pessoas pensam que a economia é como o mar, que sobe e desce. Não é o mar. Nossa cabeça trabalha naturalmente por analogia. Ninguém disse que quando se desce vai subir. A saída da crise de 1929 foi uma guerra catastrófica para todo o planeta. Por isso que eu digo desde o começo: como ninguém sabe a profundidade da crise, quanto mais se aprofunda, mais os impactos são estruturais. Não podemos continuar a viver neste planeta com um consumo irresponsável por uma minoria da população, que consegue destruir as reservas e os recursos naturais que estão no planeta como se fossemos a última geração do mundo. Não dá para achar que este sistema é bom e deve voltar a funcionar porque vai aumentar o Produto Interno Bruto (PIB).

Desafios – Essa seria a principal lição desta crise?

Dowbor – Acho que sim. Estamos como que acordando de uma farra tecnológica financeira. Temos 4 bilhões pessoas que estão fora do sistema e sabem disso. Não é à toa que em toda América Latina estão se elegendo governos vinculados às propostas sociais e de distribuição de renda. Mas, ao mesmo tempo, esse novo sistema tem que ser economicamente viável. Não acho que é uma estatização que vai ajudar, mas articulações entre empresas, sociedade civil e Estado, de maneira muito equilibrada. Os últimos 30 anos foram dominados por grandes corporações. Além disso, o PIB não constitui um instrumento adequado de contabilidade.

Desafios – Por quê?

Dowbor – O PIB é um cálculo incorreto e não constitui uma bússola adequada. Você tem que colocar como objetivo não o aumento do PIB ou o lucro dos bancos, mas a qualidade de vida da população. O comportamento econômico não pode ser levado em conta sem interesses da população e a sustentabilidade ambiental. Como dizer que a economia vai bem se o povo vai mal? Como pode a destruição ambiental aumentar o PIB? Justamente porque o PIB calcula o volume de atividades econômicas, e não se elas são nocivas para o meio ambiente. As limitações do PIB aparecem através de vários exemplos. Tanto assim que, quando você exporta petróleo, você diz que aumentou o PIB. Na verdade, o país está reduzindo seu capital. A expressão "produtores de petróleo" é interessante, já que nunca ninguém conseguiu produzir petróleo. Este é um estoque de bens naturais. Sua extração é positiva, mas temos que lembrar que estamos reduzindo cada vez mais o estoque de bens naturais que iremos entregar aos nossos filhos. Atualmente, São Paulo anda em primeira e segunda. Isso provoca gastos com o carro, gasolina, seguro, doenças respiratórias e o tempo perdido. Se você observar atentamente, os quatro primeiros itens aumentam o PIB. O último, contudo, não é contabilizado. Ou seja, aumenta o PIB, mas reduz-se a mobilidade. Na metodologia atual, a poluição aparece como sendo boa para a economia, enquanto que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) surge como o vilão que impede o Brasil de atingir o desenvolvimento pleno. Desta forma, quem joga lixo nos rios contribui para a produtividade do País, pois o Estado é obrigado a contratar empresas para fazer o desassoreamento da calha.

Desafios – Há alternativas?

Dowbor – Sem dúvida. O PIB merece ser colocado no seu papel de ator coadjuvante. O objetivo é vivermos melhor. A economia é apenas um meio. O nosso avanço para uma vida melhor é que deve ser medido.

Diversidade de ideias e análises feitas com profundidade

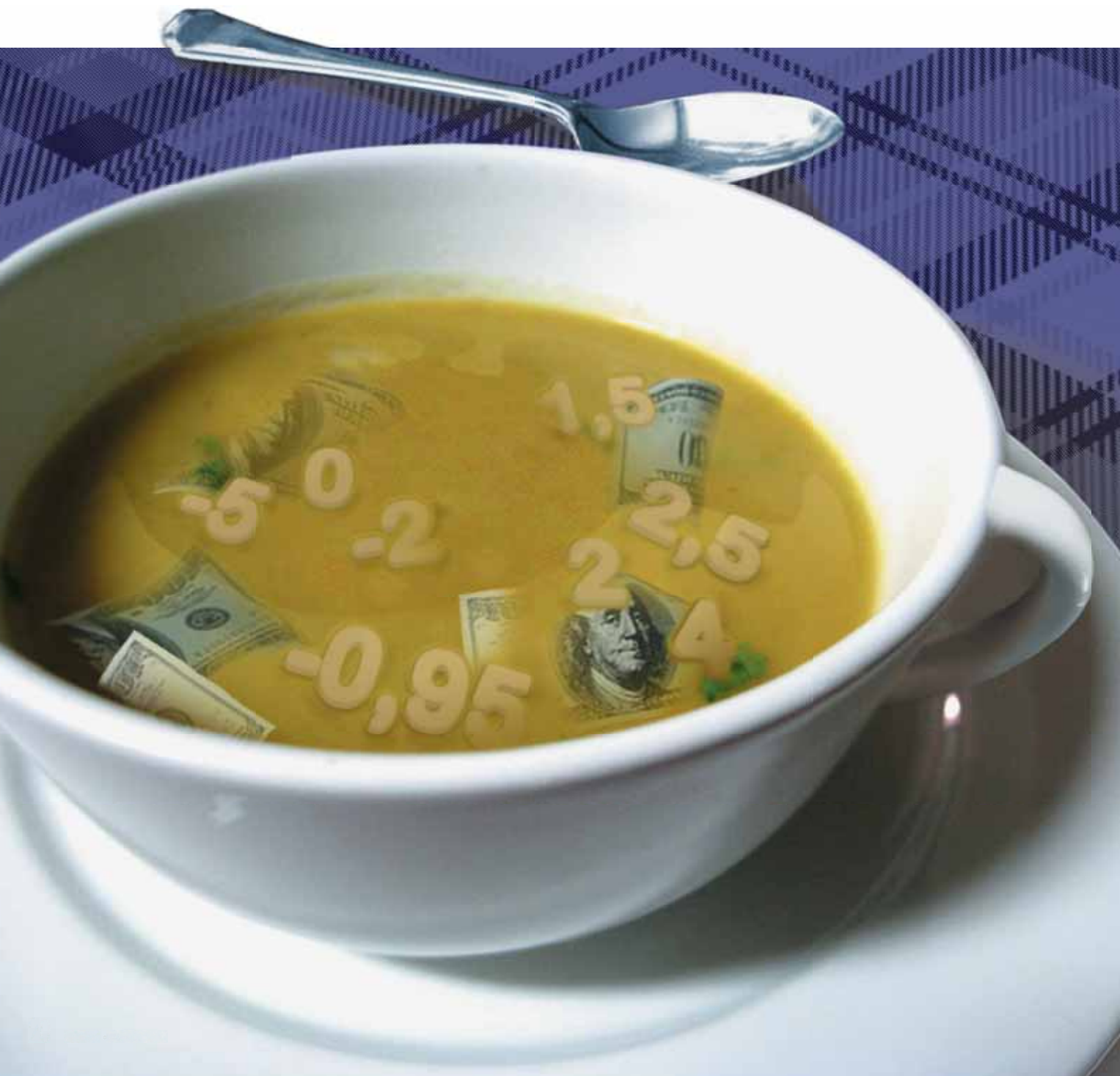
Pesquisa e Planejamento Econômico é uma publicação quadrimestral do Ipea, de enfoque acadêmico, que traz análises teóricas e empíricas sobre problemas econômicos. Em cada edição, estudiosos da economia apresentam suas ideias e abordagem crítica sobre diversos temas de interesse para a sociedade brasileira. Publicada desde junho de 1971, **Pesquisa e Planejamento Econômico** é uma referência nacional, constituindo um dos principais veículos de divulgação de pesquisas econômicas no país.

Acesse gratuitamente no **www.ipea.gov.br**

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL


1,5
-5
0
-2
2,5
2
4
-0,95

Projeções em meio a crise

Gilson Luiz Eusébio - de Brasília

A depender da fonte consultada, a economia brasileira poderá crescer até 2,5% em 2009 ou sofrer queda neste mesmo percentual. Mercado financeiro é o mais pessimista. Empresários apostam na eficácia das medidas anticíclicas. Governo revê projeções, mas afasta a possibilidade de redução do PIB. **Ipea** recomenda cautela

A economia brasileira crescerá, neste ano, ou terá queda? Há previsões para todos os gostos, algumas bem catastróficas. Depois de muitos estudos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) projetou, para 2009, um crescimento entre 1,5% e 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê, em seu relatório *Panorama Econômico Global*, divulgado em abril, queda de 1,3%. Menos pessimista em relação ao FMI, o mercado financeiro estima a queda em 0,49%, de acordo com o boletim *Focus*, publicado pelo Banco Central (BC) na terceira semana de abril. Já o governo reduziu sua previsão para 2%, depois de apostar, por vários meses, que seria possível crescer 4%.

A projeção do **Ipea**, contida na *Carta de Conjuntura* de março, leva em conta o impacto das medidas que o governo vem adotando. Como a continuidade do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), a alteração e redução do Imposto de Renda, as reduções setoriais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o aumento do salário mínimo e a redução da meta de superávit primário de 3,8% para 2,5% do PIB. "O programa habitacional também vai ser muito relevante", afirma Renaut Michel Barreto e Silva, assessor da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do **Ipea**. Ele prevê que os sinais devem ser sentidos já neste segundo trimestre.

Mais importante é que, além das medidas já adotadas, o governo deixou claro que vai continuar agindo para assegurar o crescimento da economia e o emprego, da mesma forma que todos os países vêm fazendo. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias foi fixada a meta de superávit primário em 3,3% para 2010. A redução do superávit, assim como da taxa básica de juros, aumenta a margem para gastos e investimentos, fundamentais para manter a atividade econômica. Com todas essas medidas, o governo não aceita falar em recessão. No dia 23 de abril, em visita a Porto Alegre, a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, reagiu à previsão do FMI.

> ***"Hoje se tem um grau de incerteza muito grande sobre essas estimativas. Do final do ano para cá, as previsões vão se ajustando aos números que vão saindo com os do quarto trimestre do ano passado, que foi o pior"***
>
> **Fernando Ribeiro,**
> economista-chefe da Fundação Centro de Comércio Exterior (Funcex)

"O Fundo Monetário Internacional não tem o mesmo nível de informação que tinha antes", disse, referindo-se ao período em que o Brasil dependia de empréstimos da instituição e estava sujeito a monitoramento. Além de reafirmar o compromisso com o crescimento, a ministra afirmou que "não há razão para ter respeito religioso" pelo FMI ou por qualquer outra instituição. É o caso da agência de avaliação de risco Standard & Poor`s, que projeta queda de 1% do PIB do Brasil. Em sua página na Internet, registra que a atividade econômica brasileira "foi significativamente afetada pela instabilidade na economia global" e tece uma série de comentários sobre a gestão responsável das contas públicas. Entretanto, organizações como esta, tão rigorosas com os países em desenvolvimento, não foram capazes de prever a crise nos Estados Unidos.

INCERTEZA "Fazer previsão já é difícil em época de normalidade", pondera Salvador Werneck Viana, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. "Hoje se tem um grau de incerteza muito grande sobre essas estimativas. Do final do ano para cá, as previsões vão se ajustando aos números que vão saindo com os do quarto trimestre do ano passado, que foi o pior", explica Fernando Ribeiro, economista-chefe da Fundação Centro de Comércio Exterior (Funcex). Em alguns casos, são ajustes sempre para pior sem que haja algum fato concreto que os justifiquem. O mercado financeiro, por exemplo, a cada semana reduz sua previsão de crescimento, mas o setor produtivo acredita em melhora no desempenho das empresas neste ano. Dados do *Sensor Econômico* de abril - pesquisa do **Ipea** com 115 entidades empresariais e de trabalhadores representando mais de 80% do PIB - revelam que empresas e trabalhadores acreditam num crescimento próximo a zero.

"O quadro deste primeiro trimestre é melhor do que o do quarto trimestre. Os dados disponíveis demonstram que não estamos repetindo o que ocorreu no último trimestre do ano passado", afirmou o presidente do **Ipea**, Márcio Pochmann, durante a divulgação da pesquisa, que revelou uma pequena redução na apreensão do setor produtivo nacional, em contraste com o setor financeiro. "O setor financeiro tem uma visão mais negativa, enquanto economia real acredita num crescimento", comentou.

Para Salvador Werneck Viana, as projeções do mercado financeiro tendem a prever a repetição do que já aconteceu: "São previsões dos operadores de mercado. Qual o grau de aderência ao setor produtivo? Eles fazem previsão olhando para trás". Os modelos de projeção do FMI sofrem do mesmo mal: "Tendem a reproduzir o passado", afirma Fernando Ribeiro. O Fundo Monetário, segundo ele, trabalha com a hipótese de que o País não vai se recuperar da queda do quarto trimestre de 2008, quando "há elementos que mostram alguma recuperação". Diante do alto grau de dispersão das projeções, comenta ele, a maioria das pessoas tende a trabalhar com um número intermediário.

Às projeções feitas por instituições internacionais com a credibilidade abalada, como o FMI, somam-se as das agências de classificação de risco. Ricardo Amorim, assessor técnico da presidência do **Ipea**, alerta que essas previsões podem estar

Josemar Gonçalves

Linha branca: depois do setor automotivo, o governo reduziu o IPI dos eletrodomésticos. Os resultados foram os mesmos: as vendas voltaram a crescer

contaminadas pelo convívio das pessoas que as fazem com os operadores do mercado financeiro. Segundo Amorim, a regra é simples: os bancos influenciam as agências de classificação de risco e, sabendo antes da decisão, definem a direção para manter a lucratividade. A decisão de uma agência de classificação de risco pode render fortunas para alguns e prejuízos para muita gente. No mercado de capitais, por exemplo, ela pode provocar a valorização ou desvalorização de determinada ação.

SUSPEITA São essas mesmas agências que avaliam o risco dos países em desenvolvimento. "Isso é inacreditável, é indefensável sob qualquer ponto de vista científico", condena Ricardo Amorim. Para elas, o sistema bancário dos Estados Unidos era sólido e estava acima de qualquer suspeita, até o estouro da crise em setembro do ano passado, quando o mundo descobriu que os bancos trabalhavam com "ativos tóxicos" com os quais sustentavam a economia da nação. "Os próprios americanos se beneficiaram dessa corrente maluca de derivativos; conseguiram comprar imóveis, carros, casas, objetos de valor, tudo por essa ciranda financeira. É ilusão achar que os bancos são os grandes vilões", afirma Amorim.

Até agora não se sabe exatamente o tamanho do rombo causado pela especulação financeira. O FMI estimou, em abril, em mais de US$ 4 trilhões o volume de ativos tóxicos nos Estados Unidos, que já colocaram US$ 1 trilhão para combater a crise. E não há previsão de recuperação da economia mundial tão cedo. As projeções indicam a continuidade da recessão nos Estados Unidos, onde o PIB deve encolher 4% neste ano. Na mesma situação estão os países europeus, com previsão de queda de 4,1%, a Rússia (-4,5%) e o Japão (-4,7%). Salvam-se apenas China e Índia, que devem crescer em torno de 6%, e o Brasil, se confirmada a estimativa do governo e do **Ipea**.

Na *Carta de Conjuntura* de março, o **Ipea** descartou qualquer hipótese de crescimento negativo neste ano. No primeiro trimestre, a economia brasileira começou a dar os primeiros sinais de reação. São números ainda tímidos, porém bem melhores do que os de dezembro. Se isso configura uma tendência, com o início do processo de recuperação da economia, ainda é uma incógnita. João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do **Ipea**, ressalta que alguns números indicam "uma ligeira e tênue melhora em relação ao quarto trimestre do ano passado".

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, fo-

ram criados 34,8 mil empregos em março, embora a taxa de desemprego pesquisada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE) tenha subido de 8,5% para 9%, de fevereiro para março. Pelos números do Caged, que trabalha com números de demissões e admissões efetivamente ocorridas, em fevereiro houve uma pequena melhora, com 9 mil novos empregos, número que ganha relevância se comparado com dezembro, quando foram fechados 650 mil postos de trabalho. "A concentração das demissões em dezembro indica que as empresas se anteciparam no ajuste à crise e reagiram de forma até exagerada", diz Marcio Wohlers, diretor de Estudos Setoriais do **Ipea**. Além disso, o empresariado já vinha se preparando para reduzir a produção por causa do aumento da taxa básica de juros, a partir de abril. Somada a crise com a política de juros altos do Banco Central, o resultado foi uma queda de 3,6% no PIB do último trimestre de 2009.

DESEMPENHO "A reação negativa dos agentes econômicos talvez tenha sido mais forte do que o necessário", comenta Wohlers. A indústria automotiva, por exemplo, registrou um dos melhores desempenhos da história nos primeiros meses de 2009, com vendas em alta devido à redução do IPI. A produção de março foi 34% superior à de fevereiro, de acordo com a Federação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O volume de emissão de licenciamento também subiu 36%.

Na *Carta de Conjuntura*, o **Ipea** registrou a recuperação das vendas do comércio varejista em geral em janeiro. No primeiro bimestre, as vendas aumentaram 4,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Além disso, o Banco Central informou a retomada da concessão de crédito à pessoas físicas a partir de janeiro, depois da forte retração no último trimestre do ano passado.

Os dados permitem levantar a hipótese de que o pior da crise foi no final de 2008 e que o Brasil está em trajetória de recuperação, comenta Sicsú. Segundo Renault Michel, a redução do IPI foi determinante no aumento das vendas de automóveis, tanto que o governo ampliou o benefício a outros segmentos, como o de eletrodomésticos e de material de construção.

"O governo adotou medidas muito corretas no enfrentamento da crise. Num prazo muito curto, ele reforçou os programas sociais e está lidando corretamente também nos investimentos", comenta Milko Madijascic, assessor da presidência do **Ipea**. Entretanto, o pessimismo ainda persiste, conforme revelou o *Sensor Econômico* de abril. "Os dados de março configuram uma estabilidade em relação à perspectiva do setor produtivo para a economia em geral do Brasil em 2009. Temos um quadro de adversidades ainda", avaliou Márcio Pochmann.

"O importante é saber como os empresários pensam e fazer políticas econômicas para mudar o cenário. Quando a expectativa estiver muito ruim, todos esforços serão feitos para revertê-la, e quando há euforia, serão feitos esforços para evitar problema, de forma que a previsão nunca se realizará"

Ricardo Amorim,
assessor técnico do **Ipea**

Segundo Pochmann, embora tenha melhorado a expectativa para as empresas e para os componentes macroeconômicos, ainda não há percepção de melhora nos indicadores sociais. "Estamos trabalhando para este ano com piora do desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade de renda no País", afirmou. Essa é a expectativa do setor produtivo, que pode ser alterada com medidas do governo. O *Sensor* é um instrumento de definição de políticas públicas, explica Ricardo Amorim. "O importante é saber como os empresários pensam e fazem políticas econômicas para mudar o cenário", afirma. "Quando a expectativa estiver muito ruim, todos esfor-

Gustavo Granata/Ascom Ipea

João Sicsú, diretor do Ipea: recuperação da economia brasileira ainda é uma incógnita

ços serão feitos para revertê-la, e quando há euforia, serão feitos esforços para evitar problema, de forma que a previsão nunca se realizará", diz.

MERCADO INTERNO Desde o início da crise, o governo tem conduzido a política fiscal para amenizar os impactos sobre a economia brasileira. Com as principais economias mundiais em recessão, a saída é fortalecer o mercado interno. "Políticas fiscais expansionistas estão sendo tentadas em todo mundo", ressalta pesquisador Cláudio Hamilton dos Santos. "O gasto é necessário e tem que aumentar", afirma Sicsú. Assim, o governo mantém a atividade econômica, gera emprego, arrecada impostos e mantém o déficit sob controle. Ensina ele: "Crescimento gera equilíbrio orçamentário e recessão gera déficit".

O fundamental, para Sicsú, é recuperar a economia, e não ficar preso à visão fiscalista que leva ao aprofundamento da crise. A União abriu mão de receitas para reduzir preços e estimular o consumo, mesmo contando com menos arrecadação por causa da retração da atividade econômica. Pode haver aumento da dívida pública, mas há folga para isso. "A dívida líquida do setor público caiu muito no ano passado e abre espaço para a política fiscal", diz Santos. Ele calcula que numa hipótese pessimista de crescimento zero da economia, redução dos juros gradativamente a 10% e redução do superávit primário a 2%, a dívida líquida subiria de 37% do PIB para 38%. "Mesmo nesse cenário pessimista, a dívida não voltaria ao patamar de junho do ano passado", comenta. Em 2003, era 52% do PIB.

Além disso, a redução da taxa de juros pelo Banco Central reduz a pressão sobre a dívida pública, permite o aumento dos investimentos públicos e pode criar condições para o retorno do investimento do setor privado. "As decisões de investimento estarão intimamente associadas ao desenrolar da crise mundial e às expectativas sobre o desempenho da demanda interna", prevê a *Carta de Conjuntura*.

Gustavo Granato/Ascom Ipea

Constatação: agentes econômicos reagiram mais forte que o necessário, diz Wohlers

No documento, o **Ipea** ressalta que a política monetária tem condições de tornar o ambiente econômico mais propício aos investimentos, principalmente quando a economia der os primeiros sinais de recuperação. Em março, João Sicsú divulgou nota técnica informando que o Brasil poderia economizar R$ 30 bilhões neste ano, se o Banco Central reduzisse a taxa básica de juros em 5,75 pontos percentuais até outubro. A redução dos juros foi adotada por quase todos os países, desde o início da crise. Só o Brasil aumentou os juros.

O corte nos juros, segundo ele, é a medida mais adequada para compensar a perda de receitas devido à crise. Se o governo optar por reduzir despesas sociais, investimentos e gastos correntes, irá reduzir a demanda e dificultar a retomada do crescimento econômico. Em abril do ano passado, quando o Banco Central iniciou a série de aumentos dos juros, o **Ipea** divulgou nota alertando que a decisão estava equivocada, lembra Salvador Werneck Viana, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. A política de juros altos agravou os efeitos da crise.

REDEFINIÇÃO O cenário de crise impõe agora a redefinição da política econômica, com foco no crescimento, distribuição de renda em substituição ao modelo baseado em metas de inflação. "O regime de metas é inadequado para o País", afirma Salvador Werneck, que participa da elaboração de livro com propostas para o desenvolvimento brasileiro. O regime de metas de inflação, explica, leva o Banco Central a aumentar os juros diante de qualquer pressão inflacionária.

"O Banco Central tem que fazer mais do que controlar a inflação. Ele tem que olhar para a atividade econômica. O regime de metas de inflação me parece simplista demais", critica Cláudio Hamilton. Nos Estados Unidos, os dirigentes do Federal Reserve (o banco central americano) mantêm constante diálogo com a sociedade para explicar suas decisões. Márcio Wohlers destaca que a política de juros altos alimenta a especulação financeira, desestimula o investimento e a produção e serve para manter o câmbio valorizado.

Na hora que a economia voltar a crescer, mantida a tradição de juros altos, o câmbio voltará a se apreciar, com reflexos negativos no balanço de pagamentos, desestímulo às exportações e

Jósemar Gonçalves

Mercado aquecido: retomada das vendas de automóveis levou o governo a prorrogar a redução do IPI

tornando os produtos importados mais baratos. Por isso, defende Salvador Werneck, é preciso uma nova política econômica que combine controle da inflação com crescimento, geração de emprego e distribuição de renda. "É preciso a redução drástica dos juros para evitar a trajetória do câmbio valorizado que retira a competitividade das exportações", alerta Sicsú. Os instrumentos para conter o câmbio são a taxa de juros e a tributação sobre mercado de capitais. Juros baixos significam a alteração da política econômica, baseada em metas de inflação, que vigora há 10 anos.

"O regime de metas de inflação ainda não mostrou que é totalmente eficaz para controlar a inflação nem para favorecer o crescimento", afirma Sicsú. Segundo ele, é hora de experimentar outros mecanismos de controlar a inflação sem prejudicar o crescimento econômico. No ano passado, exemplifica, a cotação do petróleo disparou no mercado internacional, mas o Brasil neutralizou o impacto do aumento de preços reduzindo a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE). Ele cita como exemplo também a decisão do governo de ampliar a oferta de crédito agrícola para aumentar a produção e contrapor-se aos aumentos dos preços no mercado internacional. É preciso usar "um remédio para cada doença", evitando que um problema localizado contamine toda a economia.

Com a política de juros, pondera ele, não há como delimitar o raio de ação e o crescimento da economia sai prejudicado e nem sempre a medida é eficaz. No ano passado, o Banco Central aumentou os juros quando o IPCA teve uma alta por causa dos alimentos. E não houve redução de preços.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, defendeu a política de juros adotada pela autoridade monetária, em palestra em abril na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): "É importante garantir juros mais baixos no futuro, de modo que isso permita um crescimento sustentável e sem os desequilíbrios do passado". Ele argumentou ainda que as taxas foram reduzidas e que estão hoje no menor nível da história. Segundo ele, é a primeira vez que o Brasil usa a política monetária como medida anticíclica. Antes, qualquer sinal de turbulência era motivo para o Brasil aumentar a taxa de juros.

Interior está sofrendo mais

Gustavo Granata/Ascom Ipea

Constatação: cidades do sul sofrerão o primeiro impacto, diz Abrahão

As perdas de emprego provocadas pela crise internacional ocorreram em maior nível nas cidades do interior. É o que mostra o Comunicado da Presidência do **Ipea** nº 21 divulgado em Brasília. Denominado *Crise Internacional: impactos sobre o emprego no Brasil e o debate para a constituição de uma nova ordem global* é quarto documento elaborado por técnicos do instituto integrantes de um grupo de trabalho sobre a crise da economia internacional.

Foi analisado o nível de emprego entre o período de outubro de 2007 e março de 2008 e entre outubro de 2008 e março de 2009. "No primeiro movimento, percebemos que as cidades do interior que mais sofrem são as do sul e sudeste porque são cidades que concentram algum parque industrial. A crise, em primeira instância, é voltada para os setores da agricultura e da indústria ligados à exportação", explicou o diretor de Estudos Sociais do **Ipea**, Jorge Abrahão. Ele avalia, no entanto, que essas perdas "em parte estão sendo contrabalançadas pelos gastos públicos que conseguem manter a atividade econômica no interior, principalmente previdência e salário mínimo, mantêm as economias voltadas para o serviço".

Segundo o documento, embora o Brasil seja, reconhecidamente, um dos países em melhor posição nas circunstâncias atuais, "os efeitos sobre o emprego merecem destaque por dois motivos: pelo impacto sobre as condições de vida da população e pelo fato de que a massa de rendimentos (determinada pelo nível de emprego e de salário) é um dos principais componentes da demanda interna - logo, sua evolução pode contribuir para abrandar ou ampliar os efeitos da crise".

NOVA ORDEM Dividido em três seções, na primeira o documento apresenta os consensos de ideias para estruturar uma nova ordem mundial, na segunda descreve as reações na recente reunião do G-20 e a redefinição das instituições multilaterais e na terceira sintetiza os impactos da crise sobre o emprego no Brasil. Ao longo do estudo, são citadas referências bibliográficas e notas de tabela e gráfico.

"O documento mostra que há uma queda no movimento de desenvolvimento de crescimento econômico e do crescimento do emprego formal", afirmou Abrahão. Para ele, os ajustes imediatos em reação à crise foram significativos no sentido de amenizar seus efeitos. "Medidas como a antecipação do salário mínimo e o programa Bolsa Família ajudam a economia e protegem a população mais vulnerável aos efeitos da crise", justificou.

As saídas da crise, segundo o diretor, dependem de um quadro complexo de decisões. "Uma das saídas já sabemos que é o mercado interno", ressaltou ao acrescentar às medidas do governo já citadas, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (geladeiras, fogões e máquinas de lavar). "O mercado externo vai depender de acordos internacionais que não dependem só do Brasil, mas de um conjunto de países do G-20 que ainda discutem a regulação do mercado financeiro e ativação de organismos políticos internacionais", observou.

Mercado financeiro

Bancos, financeiras, corretoras e outras instituições com larga tradição na elaboração de projeções econômicas perderam o rumo diante do enorme poder devastador da crise mundial. "Nossos modelos econométricos ficaram muito debilitados", admite Arthur Carvalho Filho, economista-chefe da Ativa Corretora. "Tivemos uma quebra estrutural", comenta Ana Cristina da Costa, economista-chefe da Bradesco Asset Management. Até setembro do ano passado, todos os indicadores sinalizavam para um bom desempenho da economia brasileira de 2008. E de repente tudo mudou.

Essas instituições, que até setembro elaboravam projeções para um mundo em crescimento, tiveram que inverter totalmente os sinais para compor cenários de recessão, com todas as suas consequências, como queda do emprego, de produção e vendas. "O processo de contração da economia mundial no quarto trimestre caracterizou o que chamamos de 'quebra estrutural' dos modelos", explica José Mauro Delella, economista-chefe da Itaú Asset Management.

Agência Brasil

Operadores da bolsa de valores num dia de forte queda no mercado de ações do Brasil e do mundo

Adaptações de modelos e novas metodologias de cálculo foram insuficientes para que as projeções voltassem a apontar o rumo para a economia brasileira. A Ativa Corretora, por exemplo, incorporou, no final do ano passado, uma nova ferramenta na elaboração de suas projeções, mas o

	Projeções da Bram para o encerramento de 2009	Projeções da BNY Mellon ARX para o encerramento de 2009	Projeções da Ativa Corretora para o encerramento de 2009	Projeções do Banco Cooperativo Sicredi para o encerramento de 2009	Projeções do Banco Safra para o encerramento de 2009
Juro básico	8,75%	9,5%	9,25%	9,5%	8,75%
Dólar	R$ 2,60	R$ 2,25	R$ 2,30	R$ 2,24	R$ 2,30
IPCA	4,45%	4,2%	4,0%	4,4%	4,3%
IGP-M	2,43%	1,5%	3,2%	2,65%	3,0%
PIB	-0,2%	-1%	-1%	0,5%	0,0%
Dívida/PIB	37,3%	39,5%	37%	37%	36,8%
Saldo comercial	US$ 14,3 bilhões	US$ 19 bilhões	US$ 12,5 bilhões	US$ 16 bilhões	US$ 15,9 bilhões

continua pessimista

desafio de fazer previsões no meio de uma crise continua. Diante da enorme dificuldade de fazer previsões, a BNY Mellon ARX passou a trabalhar com períodos mais curtos e a refazer as previsões com maior frequência.

Com o estouro da crise em setembro de 2008, nos Estados Unidos, a MCM Consultores viu desmoronar também grande volume de projeções. Meses de trabalho estavam perdidos. "Nossos modelos não previam um colapso de crédito", diz Antônio Madeira, coordenador da área de mercado financeiro da MCM. "Foi um ano muito rico e desafiador para nós. Mostrou que é importante estar com a cabeça aberta para aceitar quebra de paradigmas", afirma Alexandre Povoa, diretor e economista-chefe da Modal Asset Management.

Para Patrick Carvalho, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), os modelos econométricos não são eficazes para projeções em época de crise. A importância desses cálculos, segundo ele, está na indicação de tendências. Mas as estimativas disponíveis até o meio de abril não indicavam nem mesmo uma tendência: enquanto o governo trabalha com projeção de crescimento de 2% do produto interno bruto (PIB) para este ano, o Banco Cooperativo Sicredi prevê apenas 0,5%. Já o BNY Mellon ARX e a Ativa Corretora preveem queda de 1%. A Modal Asset Management acha que o PIB vai cair um pouco mais, 1,5%.

Na estimativa da Ativa corretora, a taxa básica de juros deve chegar ao fim de 2009 em 9,25% ao ano, quando o dólar estará valendo R$ 2,30, a inflação do ano será de 4% pelo IPCA. O superávit comercial será de US$ 12,5 bilhões e a dívida líquida do setor público ficará em 37% do PIB. As previsões do Banco Safra são de que a taxa básica de juros cairá para 8,76% no final deste ano, com o dólar cotado a R$ 2,30, uma inflação anual de 4,3% pelo IPCA e crescimento zero do PIB.

Diversos fatores, segundo os economistas, dificultam o trabalho de elaboração das projeções. Se a economia mundial começar a se recuperar, por exemplo, haverá impacto positivo sobre a produção do Brasil. Mas, por enquanto, só há sinais de piora da economia internacional. Ou seja, os dados estão em constante alteração. Outro fator considerável é que a economia brasileira, e de outros países também, são impactadas pelas sucessivas medidas governamentais.

Mesmo com todas as incertezas, há sinais de que a fase do pânico foi superada. "O pior já passou", afirma Arthur Carvalho Filho. Mas Ana Cristina da Costa, da Bradesco Asset Management, a situação ainda poder piorar, porque os efeitos de algumas variáveis, como o mercado de trabalho, demoram a aparecer. A economia está a caminho da depressão. Em compensação, há uma reação muito agressiva do governo, pondera José Mauro Delella, que prefere esperar para ver se a ação do governo será suficiente para recolocar a economia nos trilhos. Ele destaca, entretanto, que parte do mercado e dos empresários está mais otimista nos últimos meses, acreditando na capacidade do governo para superar a crise. Talvez até porque o pessimismo do final do ano tenha sido exagerado.

Agência Brasil

Mailson da Nobrega da MCM Consultores: tudo indica que o pior já passou

Na avaliação da MCM Consultores, "a economia brasileira já chegou ao fundo do poço, e agora inicia uma lenta retomada", afirma o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. O Brasil, com a economia equilibrada, tem condições de reduzir juros e aumentar os gastos públicos. Mas a Modal Asset Management trabalha com a perspectiva de piora da economia nos Estados Unidos, que só será resolvida com a estatização dos bancos, um processo traumático com repercussão nas demais economias. **(G. L. E.)**

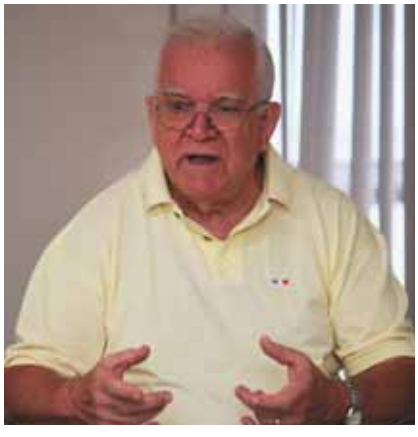
Estatização e os bancos

Gilson Luiz Euzébio e Marina Nery – de Brasília e do Rio

Gustavo Granata/Assom Ipea

Walter Barelli

Reis Velloso



Garcia Munhoz

A crise financeira internacional jogou no lixo ideologias e tabus: até mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma das mais conservadoras instituições mundiais, já aconselha a estatização temporária de bancos como medida necessária à recuperação da economia. A *revista Desafios* em reunião do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Ipea** ouviu a opinião de parte de seus integrantes. "Eu acho que a solução correta seria o governo (dos Estados Unidos) assumir o controle do sistema bancário americano, inclusive devolver depois e não socializar em caráter permanente", disse o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento.

A Suécia, afirma, fez um processo semelhante: controlou os bancos e depois liberou. "O Obama (Barack Obama, presidente do Estados Unidos) só não faz isso dada a resistência que há da opinião pública americana, que é muito neoliberal, tem uma visão muito de mercado". Para o ex-ministro, a intervenção se justifica porque é uma crise de origem financeira, e o governo está injetando dinheiro nas instituições.

Os bancos não sairão dessa crise sem ajuda dos cofres públicos, acredita Walter Barelli, ex-ministro do Trabalho, que ressalta: "A estatização até pelas pessoas liberais é considerada que deve acontecer, mesmo que por pouco tempo, para que se coloque ordem ao sistema". Não se trata, porém, de estatização pura e simples. O processo deve envolver a redefinição do papel do sistema financeiro na economia: "É um setor que precisa ser repensado", afirma Barelli. "A crise, mostrou ao mundo que banqueiro não pensa no desenvolvimento e no bem estar da população", acrescentou.

NOVO SISTEMA A estatização dos bancos nos Estados Unidos, mesmo que temporária, é necessária à reconstrução de um novo sistema financeiro. "O que se tem de fazer, em muitos casos, é tomar participações nos bancos para assumir o comando desses bancos, enquanto se constrói os alicerces de um novo sistema financeiro", sugere o economista Wilson Cano. Os bancos só devem ser devolvidos aos seus donos com a imposição de condições pelo governo. Ele lembra que o economista Paul Krugman (Prêmio Nobel de Economia em 2008) já alertou que o pacote de ajuda aos bancos, lançado pelo governo dos Estados Unidos, não exige contrapartida dos bancos, o que dificulta a solução do problema.

"A causa de tudo isso é o quê? Um sistema financeiro nos EUA, que podia fazer o que queria. Então deu no que deu", lembra Cano. É necessário, ressalta, criar um novo arcabouço para o sistema financeiro, e as decisões do governo norte-americano não indicam "evolução no sentido de melhor regulamentação", para chegar pelo menos ao nível do Brasil. Dércio Garcia Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia e professor da Universidade de Brasília, diz que os Estados Unidos estão equivocados ao achar que vão resolver o problema colocando dinheiro nos bancos. "Acho que há uma dificuldade brutal dos EUA em formular uma política macroeconômica. Eles não trabalham com a economia real. É como no Brasil: emprego e produção não têm valor nenhum". O modelo americano de ganhar dinheiro com especulação, lembra Munhoz, influenciou a formação nas universidades de todo o mundo, inclusive do Brasil.

A especulação faz parte da história do capitalismo, que alterna períodos de forte desregulamentação do mercado financeiro com crises e regulamentação.

O crescimento econômico começa pelo setor produtivo e pouco a pouco caminha para o setor financeiro até gerar uma crise, explica Ricardo Amorim, assessor técnico da presidência do (**Ipea**). "Depois da crise de 1929 e da Segunda Guerra, tivemos forte regulação. O sistema de Bretton Woods tinha forte regulação e permitiu aos países ir além regulando mercados financeiros e o setor produtivo", conta. No início da década de 1970, o sistema de regulamentação começa a desabar e os países perdem força política para impor regras ao mercado. Era o começo da globalização, que só chegou aos países em desenvolvimento na década de 1990.

Com a crise atual, prevê Renault Michel Barreto e Silva, virá uma nova fase de regulação: "A dimensão financeira vai ter que aceitar a regulação com novos instrumentos e instituições". O reordenamento da economia mundial, vai levar à reformulação de organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial, e talvez à criação de novas instituições. Milko Matijasic, assessor da presidência do **Ipea**, acha que as instituições internacionais e a própria burocracia dos governos ainda não absorveram a mudança de postura dos chefes de estado.

"As respostas burocráticas tem sido pautadas pela mentalidade dos anos 90 e da virada do milênio. São muito insuficientes para lidar com os desafios", afirma. Até agora, diz ele, "temos uma série de protocolos de intenção", que dependem da formulação política para se concretizar. Na reunião do G20, no início de abril, por exemplo, os países se posicionaram contra o protecionismo e aumentaram os recursos do FMI para auxiliar países mais pobres. Até agora, destaca Matijasic, as instituições multilaterais "não têm demonstrado boa capacidade de coordenação do debate internacional nem de enxergar os problemas como eles são na atualidade".

"Quando chega na hora H, estão preocupados com inflação, com gasto público. Isso é da década passada. É o mesmo discurso. O problema hoje não é inflação, é deflação", diz o assessor do **Ipea**. "A deflação é terrível", porque ela paralisa a economia: ninguém compra porque sabe que o preço vai baixar no dia seguinte. Outro equívoco, ressalta ele, é a manutenção de juros altos para combater a inflação, como faz o Brasil, quando o mundo está preocupado com deflação: você tira dinheiro de toda população para transferir a um grupo da elite".

A aposta nas medidas anticíclicas

Medidas anticíclicas, como a redução das taxas de juros e do superávit primário, poderão viabilizar a recuperação econômica ainda este ano, prevê Fábio Gomes Morand Bentes, da Divisão Econômica

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entretanto, ele lembra que a retração da economia foi muito forte no último trimestre de 2008, embora os principais indicadores da indústria e do comércio tenham apresentado alguma recuperação a partir de fevereiro.

Mesmo assim, o comércio deverá sofrer desaceleração nas vendas em virtude da alta base comparativa do primeiro semestre de 2008. "Ao final do ano projetamos um aumento de 2,5% nas vendas reais", informa Bentes. O comércio varejista de bens de consumo não-duráveis, segundo ele, deve ter melhor desempenho (crescimento de 3,4% no ano) por causa do aumento real do salário mínimo e também da queda da inflação.

Josemar Gonçalves

Otimismo: para a Firjam programa habitacional pode ajudar a brecar a crise

CONSTRUÇÃO Apesar da crise, alguns setores vão bem, afirma Patrick Carvalho, economista-chefe da Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A indústria de construção civil, por exemplo, não sentiu o impacto da crise e ainda deve ganhar um reforço com o programa habitacional lançado pelo governo, com a previsão de construir um milhão de moradias para a população de baixa renda. A dúvida, ressalta ele, é se a máquina burocrática vai ser ágil na implantação do programa, como quer o governo. "Uma coisa é o anúncio, outra é a implantação", lembra.

"O Brasil precisa fazer mais do que está fazendo", afirma o economista. As medidas pontuais para enfrentar a crise são importantes, mas o País precisa avançar em reformas estruturais para aumentar a competitividade da economia e viabilizar a retomada do crescimento econômico. Entre essas medidas, ele cita a reforma tributária e a previdenciária. Mas o principal componente da crise – a economia internacional - está fora do controle do governo: o desempenho da economia brasileira depende da recuperação da demanda internacional.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresariado nacional está pessimista: em abril, o Índice de Confiança do Empresário Industrial estava abaixo em 49,4 pontos, o que indica falta de confiança, embora o resultado tenha ficado dois pontos acima do de janeiro. O pessimismo, segundo a pesquisa, concentra-se nas pequenas e médias empresas. Nas grandes empresas, o índice ficou acima dos 50 pontos, o que significa confiança. **(G. L. E.)**

Novos indicadores

Diante da diversidade de previsões, o **Ipea** vem implantando uma série de novos indicadores econômicos, sociais e ambientais com o objetivo de proporcionar uma leitura mais condizente da realidade brasileira. Para isso, o Instituto trabalha com diversas bases de dados, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Receita Federal do Brasil. Os indicadores, construídos a partir de diversas fontes de dados, fundamentam as projeções do **Ipea** sobre o desempenho da economia nacional. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2009, entre 1,5% e 2,5%, feita pelo **Ipea**, resulta da análise de uma base ampla de dados, inclusive o Sensor Econômico, feito a partir de pesquisa com 115 entidades representativas dos empresários e dos empregados.

Às estimativas de crescimento do PIB, o **Ipea** agregou, além do Sensor Econômico, um novo indicador para medir a qualidade do desenvolvimento, o IQD. Na edição de abril, com a análise dos dados de fevereiro, o IQD apontava que a qualidade do desenvolvimento continuou instável, embora haja indicadores positivos sobre a economia neste início de ano. Isso porque o baque dos últimos meses do ano passado influenciou negativamente o desenvolvimento do País. Entretanto, a qualidade do desenvolvimento brasileiro já vinha piorando desde os primeiros meses de 2008. O Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD) avalia o crescimento econômico, a inserção externa, a distribuição dos frutos do progresso e a preservação do meio ambiente. Ele é formado por três subíndices: índice de qualidade do crescimento, índice de qualidade da inserção externa, e índice de qualidade do bem-estar.

Em fevereiro, o IQD ficou em 224 pontos, numa escala de zero a 500, na qual 500 pontos é o número ótimo. O resultado de fevereiro é praticamente o mesmo de janeiro, mas 28,7% abaixo do de fevereiro de 2008. Houve piora no Índice de Qualidade do Crescimento, que caiu de 222,8 pontos para 209,2 pontos, de janeiro para fevereiro. De acordo com o indicador, a folha real de salários na indústria caiu 2% em relação a janeiro, mas aumentou 1,9% em comparação com fevereiro do ano passado. Esses dados indicam, segundo o **Ipea**, que o ajuste mais forte no mercado já foi feito. Além disso, houve melhora de 2,9% na expectativa dos empresários.

Já o Índice de Qualidade da Inserção Externa caiu de 182,4 pontos, em janeiro, para 175,7 pontos, em fevereiro. Pesaram na deterioração do indicador a redução de US$ 1,22 bilhão nas reservas internacionais no primeiro bimestre, as remessas líquidas de US$ 1,8 bilhão ao exterior e à piora dos termos de trocas. Em compensação, o Índice de Qualidade do Bem-Estar ficou em 305,6 pontos, o mesmo de dezembro. Segundo o **Ipea**, a discreta melhora nos primeiros meses de 2009 resulta da queda no índice de desigualdade social e do aumento das pessoas ocupadas no mercado de trabalho.

Além do conjunto de novos indicadores econômicos, o **Ipea** está preparando ainda novos produtos para medir o grau de satisfação e as expectativas das famílias em diversas áreas. O Índice de Expectativa Econômica das Famílias vai aferir o ânimo dos brasileiros em relação a emprego, renda, crédito e endividamento. Trabalho semelhante foi elaborado, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, para medir o impacto do Programa Bolsa Família na vida das pessoas. Com o Indicador de Percepção Social, outro índice em preparação, o **Ipea** vai medir o grau de satisfação das famílias com os serviços e políticas públicas.

Ainda na área social, o **Ipea** criou o Índice de Desenvolvimento da Economia da Cultura, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esse índice vai mapear o consumo e a oferta de serviços culturais no País. Trata-se de um importante indicador de desenvolvimento, já que os gastos com cultura variam de acordo com a renda da população.

Café é Saúde.
Ele ajuda a humanidade há muitos séculos. E você nunca desconfiou que ele é um super-herói?
Café pode prevenir doenças, melhora a concentração e o desempenho dos atletas. Isso sim é super.
Há muitos séculos, o café é conhecido pela humanidade. O que muita gente não sabe é que ele está pronto para ajudar. É isso mesmo. O café pode prevenir várias doenças, como depressão e obesidade, além de melhorar a concentração e o desempenho de atletas. É ou não é um verdadeiro herói? Sempre que precisar, conte com ele. Beba café.
Fonte: OIC – Organização Internacional do Café.
Para um consumo saudável, beba até 4 xícaras de café por dia.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Divulgação

Situação privilegiada: Pernambuco aumentou a arrecadação, graças aos investimentos no setor turístico.

Estados e municípios de pires na mão

União é pressionada para aumentar repasses. Renegociação da dívida proposta por prefeitos e governadores, se aceita, pode comprometer a credibilidade externa do País, porque haveria uma indesejável quebra de contrato

Gilson Luiz Euzébio - de Brasília

A crise econômica pegou o setor público na contramão: União, estados e municípios vinham num ritmo acelerado de arrecadação crescente devido ao bom desempenho da economia, ampliaram a oferta de serviços e gastos e agora passam dificuldades. Com a arrecadação federal, estadual e municipal em queda, a União afrouxou a meta de superávit primário e procura ajudar governadores e prefeitos, que precisam de dinheiro para projetos, obras e manutenção dos serviços em seus municípios. Mas a ajuda não é suficiente, reclamam eles. A necessidade de recursos é sempre maior do que o volume de recursos disponíveis. Em época de crise fica pior.

"Eles têm toda razão de reclamar", afirma José Roberto Afonso economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo ele, 70% da queda de arrecadação da União foram em tributos que compõem os fundos de participação dos estados e municípios, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE). Os prefeitos ficam em pior situação do que os estados: são mais dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e não têm de onde tirar dinheiro para compensar a perda.

Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima em R$ 8,2 bilhões a queda de receitas do FPM neste ano, comparando com o valor previsto no orçamento da União. Isso porque o fundo é composto com uma parte do IR, do IPI e da CIDE. Pelo cálculo da entidade, a queda de arrecadação derrubará os recursos do FPM de R$ 58,2 bilhões, previsto no orçamento, para R$ 50 bilhões em 2009, valor inferior ao do ano passado (R$ 52,8 bilhões, em valores de março).

COMPENSAÇÃO Para compensar os municípios, o governo comprometeu-se a repassar ao FPM o mesmo volume de recursos do ano passado, independentemente do comportamento da arrecadação federal. Já liberou R$ 1 bilhão. "O problema é que as despesas são corrigidas e o governo não aceitou nenhuma correção do FPM", reclama o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. No primeiro trimestre, o governo repassou R$ 758 milhões da verba extra, destinada aos municípios. O temor dos prefeitos é com os próximos meses: a partir de maio começa a restituição do IR, que gera queda nas receitas dos fundos de participação, e o período de junho a agosto é tradicionalmente mais fraco em arrecadação. Além disso, não há segurança quanto à recuperação da economia brasileira nos próximos meses.

"A gente não sabe qual vai ser o comportamento do governo se a crise se aprofundar e bater no cofre da União", comenta Ziulkoski. Mesmo que parcialmente, os prefeitos conseguiram a primeira vitória e agora o foco é a Previdência Social: 3.920 municípios devem R$ 22 bilhões ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que retém no Tesouro Nacional uma parcela do FPM para abater essa dívida. "Só que os municípios também têm a receber da União", afirma Ziulkoski, que defende a realização de um encontro de contas entre municípios e União. "O município que deve tem que pagar", diz. Em resumo, o problema é um só: falta de dinheiro.

"A carga tributária se concentra sobre os imóveis de mais alto valor, porque poucos imóveis de baixo valor de fato pagam o imposto"

"A coisa está tomando um vulto muito grande", afirma Djalmo Leão, secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco. Há, segundo ele, prefeitos com dificuldade até para pagar os salários dos servidores e que recorrem ao Governo do Estado em busca de ajuda. Só que o Estado não tem como ajudar, porque também perdeu receitas. A situação é delicada porque a maioria dos 5,5 mil municípios brasileiros têm uma forte dependência do FPM, que caiu 12,8% só em janeiro.

"É uma senhora queda", comenta Marcelo Piancastelli, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. Segundo ele, a arrecadação tributária dos municípios está longe de empatar com as despesas. Há 2.693 municípios com até 10 mil habitantes que arrecadam apenas o equivalente a 4% de suas despesas. Ou seja, para cada R$ 100 de despesa, ele arrecada R$ 4 e a União tem que entrar com R$ 96. Os municípios na faixa de 10 mil a 20 mil habitantes arrecadam 8,9% de suas despesas. O percentual sobe para 13% nos municípios que têm entre 20 mil e 50 mil habitantes. Mesmo nas grandes cidades, incluindo as capitais, com mais de um milhão de habitantes, é alto o grau de dependência: a arrecadação própria é de 36%.

IPTU É assim em todo mundo: o governo federal arrecada e repassa aos municípios, diz Piancastelli. Num texto para discussão em fase de conclusão, Pedro Humberto Bruno de Carvalho Jr, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**, informa, no entanto, que os municípios poderiam arrecadar mais e reduzir a sua dependência do Fundo de Participação. Apenas 30% das famílias pagam Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Brasil. Com base em dados de 2003, ele conclui que entre os que pagam, o tributo é regressivo. Há, segundo ele, diversos fatores distorcendo e reduzindo o potencial de arrecadação do tributo. Um deles, por exemplo, é a cobrança da alíquota sobre a avaliação prevista em lei municipal (valor venal) e não sobre o valor de mercado, normalmente mais alto.

"A carga tributária se concentra sobre os imóveis de mais alto valor, porque poucos imóveis de baixo valor de fato pagam o imposto", constata o estudo. Mas a sua estrutura é altamente regressiva, com os imóveis de valores mais baixos sofrendo uma tributação maior", escreve Carvalho Jr. A principal causa, segundo o texto, é a má gestão administrativa, que resulta em avaliações imobiliárias regressivas ou falta de abrangência do cadastro imobiliário

Foto: José Cruz/ABr

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Coser (centro), chega com prefeitos de diversos municípios para encontro com o presidente Lula

fiscal dos domicílios mais pobres.

Segundo o estudo, os municípios praticam "uma ampla política de isenção de IPTU", que, somada com "a má qualidade administrativa e avaliatória", resultam em isenção para famílias de renda média e alta. No estudo ele lembra que a avaliação é base para o cálculo também do imposto sobre grandes fortunas, de transmissão de bens e heranças e do imposto de renda sobre o lucro de transação imobiliária e de contribuições de melhoria. E isso justificaria investimentos para ter avaliações atualizadas.

Para o economista José Roberto Afonso, mesmo que haja falhas no sistema de arrecadação, é preciso considerar que os municípios têm registrado bom desempenho em arrecadação: "Nos últimos anos, os municípios aumentaram sua arrecadação de impostos mais do que os estados e a União", diz. Os municípios têm R$ 75 bilhões em dívida ativa. "Estamos estimulando a cobrança dessa dívida", informa Paulo Ziulkoski. Segundo ele, as prefeituras têm conseguido aumentos significativos de arrecadação. E as isenções de IPTU são para famílias pobres, na mesma linha do governo federal de beneficiar a população carente. Ele afirma que os municípios são induzidos pela União a conceder isenções.

ESTADOS Aos estados foi aberta uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 4 bilhões. Ajuda mas não resolve: os governadores pedem a reestruturação da dívida com a União, reclamam da queda do volume de recursos do Fundo de Participação dos Estados e da arrecadação própria. "Quando tem queda na receitas e aumento da taxa de juros, os estados sempre se mobilizam para pressionar por mudanças, por renegociação de dívida", constata Piancastelli. E a União tem realmente que buscar formas de ajudá-los nesse momento de crise, principalmente os mais dependentes do FPE.

Para Afonso, financiamento não é uma boa solução para compensar queda do FPE, porque os recursos são para despesas correntes. "Empréstimo tem que ser para investimento", alerta. Pernambuco tem direito a R$ 276 milhões da linha do BNDES."Vamos usar os recursos para custear o programado", afirma o secretário Djalmo Leão. O estado está numa situação diferenciada: vive uma fase de inauguração de novos empreendimentos e a arreca-

dação de ICMS cresceu 6,8% no primeiro trimestre em relação a igual período do ano passado, embora seja inferior ao previsto no orçamento.

Até agora o governador Eduardo Campos não recorreu ao contingenciamento de receitas, mas determinou uma série de medidas de contenção de gastos e a repactuação dos contratos de prestação de serviços. Vai esperar mais um pouco por uma melhora na economia. Mas já foi ao Palácio do Planalto se queixar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da redução de alíquotas de IPI e Imposto de Renda para determinados setores, como a indústria de automóveis, e para pessoas físicas. São tributos que compõem o bolo a ser repartido com estados e municípios. Quando há uma desoneração do IPI, cai o FPE e o ICMS, reclama o secretário Djalmo Leão. Isso porque o IPI compõe a base de cálculo do ICMS.

PREOCUPAÇÃO A maior preocupação do governador é com o Fundo de Participação e com a arrecadação própria, enquanto outros querem discutir o contrato de refinanciamento firmado com a União há 10 anos. Segundo Djalmo Leão, a dívida está administrada. Mas, se a taxa básica de juros (Selic) cair muito, a União levará vantagem em cima dos estados, porque a dívida é corrigida pelo IGP-DI mais 6% de juros anuais.

Para o gerente executivo do Endividamento do Estado de Goiás, Silvio da Luz, é preciso uma reestruturação da dívida para retirar algumas penalidades absurdas impostas aos estados, como a que estabelece que, em caso de atraso de uma mensalidade, toda a dívida é corrigida pela Selic e não apenas o valor da prestação. José Roberto Afonso, por sua vez, mostra que o contrato tem pontos desfavoráveis aos estados: como resultado da correção pelo IGP-DI, o custo da dívida para as unidades da federação é maior do que para a União, que poderia devolver parte dos recursos para investimentos dos estados.

Marcelo Piancastelli acha que a União pode compensar os estados, desde que não mexa no contrato de refinanciamento da dívida. E alerta que a renegociação seria o pior caminho: o processo abre espaço para outras reivindicações, fragiliza a "consistência fiscal" que ajuda a sustentar a estabilidade macroeconômica, e lança dúvidas sobre cumprimento de contratos.

336

bilhões de reais

é o total da dívida dos estados, segundo o **Ipea**. Em 1998, o montante chegava a R$ 104 bilhões.

ESTABILIDADE "Hoje, o maior ativo que temos é a estabilidade macroeconômica com crescimento moderado", afirma Piancastelli, que em 1998 participou do processo de renegociação com os estados, como representante do Tesouro Nacional. A abertura de uma renegociação poderia deixar a impressão de que o Brasil não é um país seguro para os investidores, porque altera contratos: "Cria problemas de credibilidade", pondera. Pela primeira vez, diz ele, o País manteve uma renegociação inalterada por 10 anos. "Se faz concessões, esta afetará os pilares da estabilidade", argumenta. Além disso, para alterar o contrato de financiamento é preciso aprovar lei complementar.

Os estados reclamam que a correção da dívida é pelo IGP-DI, índice que subiu mais do que os outros nos últimos meses por causa da variação cambial. "A utilização de um ou outro índice não tem grande diferença sobre o fluxo de pagamentos. A diferença vai acontecer no saldo devedor", reconhece Piancastelli. Isso porque há limite de comprometimento das receitas estaduais com o pagamento da dívida. Parte da correção e dos juros é incorporada à dívida total, que era de R$ 104 bilhões em 1998 e hoje está em R$ 336 bilhões. Só que o saldo devedor não interfere no valor dos pagamentos mensais ao Tesouro. É um problema para ser discutido pela União e estados daqui a 20 anos, quando termina o contrato.

O IPCA é o mais favorável aos estados, admite Piancastelli. Mas não dá para reabrir a discussão, muito menos em ano pré-eleitoral: "É arriscar a estabilidade na área fiscal, é um grande perigo", alerta. É preferível, segundo ele, reduzir o superávit primário, como fez o governo, e socorrer os estados, preservando os contratos de refinanciamento.

Em documento do **Ipea** (Texto para Discussão 1366, disponível na internet – www.ipea.gov.br), o economista analisa a evolução das finanças estaduais depois da renegociação da dívida, em 1998, até os dias atuais e conclui que o resultado foi positivo para os estados. Além de aumentar a arrecadação, eles passaram a ter suas contas superavitárias. Na época, 21 estados tinham resultados fiscais negativos. Em 2004, todos eles e mais o Distrito Federal registraram superávit. Em 2005 e em 2006, 22 estavam com resultados positivos.

Entre 1995 e 2006, segundo o documento, a receita do conjunto dos estados aumentou 1,8% do PIB, o equivalente a R$ 52 bilhões. Do lado das despesas, o aperto recaiu sobre os gastos com pessoal e investimentos, que caíram no período R$ 7 bilhões e R$ 33 bilhões, respectivamente. Na média anual, os estados aumentaram os gastos com pessoal em 2,7% e o IPCA do período foi 7,9%. "Vários estados diminuíram os gastos com pessoal", informa. Mas houve excesso no custeio, e os gastos que estão fora da Lei de Responsabilidade Fiscal e subiram R$ 130 bilhões no período.

Alguns desses gastos tinham mesmo que aumentar, explica, como os de educação por causa da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Outro resultado negativo, acrescenta, foi a redução do investimento por parte dos estados. Em 1995, 16% do conjunto das despesas estaduais, em média, eram destinados a investimentos. Em 2006, 9,75%.

Marcelo Piancastelli*

Lições de erros do passado

A indústria siderúrgica americana progrediu em período recente, mas não se tornou mundialmente competitiva. Em se tratando de Estados Unidos, isto não deixa de surpreender, pois não se pode alegar falta de talentos, tecnologia, capital, mercado ou culpar o sindicalismo ou a legislação trabalhista ultrapassada.

Entre as medidas propostas ao Congresso americano contra a recessão, surgiu um ardiloso artigo coibindo importações de aço. Isto trouxe à tona o mesmo velho e conhecido lema do protecionismo: salvaguarda de empregos em indústrias sem condições de competir no mercado mundial. Em épocas de recessão há sempre esta tentação. Acabou por prevalecer, novamente, o protecionismo!

Aqui no Brasil houve tentativa semelhante. Por meio da conhecida "licença prévia de importação" tentou-se implantar os conhecidos e velhos controles não tarifários sobre as importações. Iniciativa, felizmente, abortada a tempo diante da forte reação gerada.

As lições da crise de 1929 fazem parte de nosso dia a dia. Sabe-se, hoje, que o protecionismo norte-americano, juntamente com outros equívocos na política monetária, apenas prolongaram a recessão, que durou dez anos e só terminou por conta do início da Segunda Guerra Mundial.

Algumas medidas contra a recessão que se tenta implantar em 2009 são semelhantes àquelas adotadas há quase 80 anos. Os gastos públicos, em abril de 1930, estavam no nível mais elevado dos últimos cinco anos. Os preços dos produtos agrícolas foram elevados como um estímulo ao aumento da produção, atingindo a superprodução.

Finalmente, em junho de 1930, chegou-se ao protecionismo. Um senador do Oregon, Willis Hawley, e outro do Utah, Reed Smoot, apresentaram um projeto de lei que acabou aprovado e se tornou conhecido como Lei Smoot-Hawley. Tal lei impôs as mais altas tarifas da história americana. Enquanto isso, as perspectivas da economia americana se deterioravam. O desemprego passou de 3%, no outono americano de 1929, para 9% no início do ano seguinte.

Em maio de 1930, 1.208 economistas, Irving Fisher entre eles, assinaram uma carta aberta ao presidente alertando-o sobre a necessidade de vetar tal legislação protecionista.

Os termos da mensagem foram claros: *"Nós estamos convencidos de que o aumento das restrições aduaneiras será um erro. Elas operam, em geral, para aumentar os preços que os consumidores domésticos terão que pagar. Ao se aumentar os preços, estes induzirão custos de produção mais elevados e, assim, compelir os consumidores a subsidiar a perda e a ineficiência na indústria."*

Além disso, os economistas assinantes da carta previam: "muitos países vão nos cobrar em espécie!"

Com relação à redução de desemprego, os economistas advertiram os republicanos, membros do Congresso que propunham tal lei protecionista, que "não se pode aumentar o emprego restringindo-se o comércio".

Os produtores americanos de algodão, carne de porco, gordura animal e trigo passaram a sofrer consequências do protecionismo com queda de suas exportações.

O jornal parisiense *Le Quotidien* publicou um editorial intitulado "Pode Mr. Hoover limitar a catástrofe que os protecionistas americanos estão preparando?". O primeiro-ministro francês à época, Aristide Briand, sugeriu a formação de um "mercado comum europeu" para fazer frente à iniciativa americana.

Herbert Hoover, então presidente dos Estados Unidos, recebeu alertas da Universidade de Stanford, sua "alma mater", e 106 telegramas de executivos da General Motors, em todo o mundo, o advertindo de que o protecionismo isolaria os Estados Unidos e aprofundaria a recessão.

Apesar de todas as advertências, o Congresso Americano deu a Hoover o que ele queria. O presidente promulgou a lei em junho de 1930, utilizando seis penas de ouro em homenagem aos seis líderes republicanos que se empenharam em aprová-la.

O final da história nós já sabemos: a economia americana padeceu de uma recessão mais longa que o necessário, durou mais de dez anos, e só terminou alavancada pelo início da Segunda Guerra Mundial.

O protecionismo imposto pela Lei Smoot-Hawley provocou retaliações por parte de um grande número de países em todo o mundo. O protecionismo privou os Estados Unidos de mercados antes conquistados e aprofundou a recessão. A França e a Itália impuseram tarifas para os automóveis americanos. A Austrália e a Índia impuseram novas tarifas para produtos vindos da América. O Canadá elevou suas tarifas três vezes e atingiu, de início, 125 produtos americanos. A Suíça, desgostosa com as tarifas sobre relógios, boicotou importações do país.

Outras consequências indiretas, inclusive sobre os pagamentos dos débitos de outros países junto ao governo americano, exigirão um espaço muito maior que o disponível no momento para serem comentadas.

*Técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**

O cobertor social e a crise

Gilson Luiz Euzébio - de Brasília

Uma quase unanimidade: o Brasil está mais preparado para enfrentar a crise econômica que em outras situações. Motivo: mais pobres contam com programas que os ajudam a sobreviver

Agência Brasil

A crise econômica mundial colocou os programas sociais no centro das atenções: a rede de proteção social, formada pela assistência social (como o programa Bolsa Família e benefícios de prestação continuada), seguro desemprego e Previdência Social, são fundamentais para manter a renda da população e, com isso, o mercado de consumo. Na *Carta de Conjuntura* de março, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) ressalta a importância dessas iniciativas para a recuperação da economia. "O Brasil se encontra muito melhor preparado hoje para enfrentar essa crise exatamente porque soube ampliar o seu mercado consumidor interno. E essa ampliação é decorrente do aumento do nível de emprego, do aumento do salário mínimo e dos programas sociais de transferência de renda", afirma Arlete Sampaio, secretaria executiva do Ministério do Desenvolvimento Social.

Por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família foi ampliado e vai incluir, este ano, mais 1,3 milhão de famílias. Com orçamento de R$ 12 bilhões para o programa, o Ministério do Desenvolvimento Social espera atender a todos os que estavam na fila de espera. Além de ampliar o número de famílias, o aumento do limite da renda para definir quem pode entrar no programa vai ampliar o número de famílias com direito ao benefício. Hoje, são atendidas mais de 11 milhões de famílias.

O seguro desemprego, administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, também sofreu alterações para ampliar o atendimento aos trabalhadores que perderam o emprego por causa da crise mundial. No primeiro trimestre de 2009, o programa atendeu a 1,8 milhão de pessoas, 7,8% a mais do que no mesmo período do ano passado. Já o valor pago aos desempregados, de R$ 4,3 bilhões, cresceu 34,3% em relação ao gasto no primeiro trimestre de 2008. Mas sua eficiência para atender à massa de desempregados é questionada por Milko Matijascic, assessor técnico da presidência do **Ipea**. "O seguro desemprego presta serviço importante, mas as condições de acesso são severas para o tipo de mercado de trabalho do Brasil", argumenta. Devido a exigências, como tempo mínimo no emprego, muitos demitidos não têm direito ao benefício.

Agência Brasil

Arlete Sampaio, secretaria executiva do MDS: "O Brasil está preparado para enfrentar a crise"

PREVIDÊNCIA O aumento real do salário mínimo eleva também o valor mínimo do seguro desemprego e dos benefícios previdenciários. No primeiro trimestre deste ano, a Previdência Social pagou R$ 48,8 bilhões em benefícios, 16,8% a mais do que nos primeiros três meses de 2008. Em março, foram pagos R$ 1,5 bilhão em benefícios assistenciais, uma espécie de aposentadoria concedida a pessoas incapacitadas para o trabalho e a idosos. De acordo com o ministério, 65% dos municípios brasileiros recebem mais recursos em benefícios previdenciários do que do Fundo de Participação dos Municípios.

"O governo do presidente Lula tem demonstrado a relação direta que existe entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Ou seja, só é possível o crescimento econômico sustentável, se nós formos capazes de reduzir as desigualdades sociais existentes no Brasil", comenta Arlete Sampaio. Os programas sociais e o crescimento econômico possibilitaram a migração de 20 milhões de pessoas das classes D e E para a classe C e a retirada de 14 milhões da extrema pobreza. Mais que isso, incluiu esse contingente no mercado de consumo, o que é fundamental para ativar a economia.

"Uma das principais medidas foi a antecipação do aumento real do salário minimo", afirma Jorge Abrahão, diretor de Estudos Sociais do **Ipea**. O reajuste do salário mínimo, explica ele, tem impacto social ao melhorar a renda dos trabalhadores e beneficiários da Previdência Social e também econômico, porque ajuda a incrementar a demanda no mercado interno. Abrahão ressalta ainda importância da ampliação do prazo de cobertura do seguro desemprego, da alteração nas alíquotas do imposto de renda e do Bolsa Família no enfrentamento da crise econômica. "São medidas para colocar mais recursos nas mãos do consumidor", comenta.

"O governo está preocupado que possamos incrementar programas que também possam ajudar a dinamizar a economia nesse momento", explica Arlete. "Eu acho que algumas pessoas não compreendem que esse investimento nas famílias mais

pobres tem significado muito importante para o próprio desenvolvimento econômico, porque contribui para que as pessoas possam consumir mais, comprar mais, e isso retroalimenta o crescimento econômico", argumenta. Programas sociais e medidas anticíclicas, como redução de impostos, programa habitacional para a baixa renda, garantia de crédito, formam um conjunto no enfrentamento da crise econômica. O objetivo é o mesmo: evitar a recessão e a deterioração das condições de vida da população.

PROJEÇÕES A expectativa do Ministério do Desenvolvimento Social é atender, a partir deste ano, a todas as famílias que se enquadram no perfil do programa Bolsa Família. Há estimativas de que 2,2 milhões de famílias estão na fila de espera para serem incluídas. A expansão prevista para ser feita em maio, julho e outubro será de 1,3 milhão de famílias. Como muitos beneficiados devem sair do programa neste ano, será possível acabar com a fila, afirma Lúcia Modesto, secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social. No ano passado, 500 mil famílias deixaram o programa, abrindo vaga para novas 500 mil. Está sendo feita a revisão dos benefícios de 3,4 milhões de famílias, e aquelas que não se enquadrarem mais no perfil deixarão o programa. Até hoje 2,6 milhões de famílias já deixaram o programa por diversos motivos, como descumprimento de exigência ou por terem renda acima do perfil.

Mesmo sendo bem sucedido, o Bolsa Família ainda convive com desafios básicos, depois de cinco anos de implantação. Uma dificuldade é localizar as famílias mais pobres, que necessitam de apoio do estado para sobreviver. "É uma pobreza invisível, espalhada pelos grandes centros urbanos e também em áreas de difícil acesso", afirma Lúcia Modesto, secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social. "Nós trabalhamos com população indígena, com população quilombola, com população de rua, com resgatados de trabalho escravo. É uma forma de chegar nessa população mais vulnerável". São condições que dificultam também o trabalho de acompanhamento das famílias com serviços de educação e saúde. Muitas vezes a família mora em local onde não tem escola nem posto de saúde.

A solução é trabalhar de forma integrada com outros ministérios. A articulação, segundo ela, está mais avançada com os ministérios da Educação e da Saúde, que levam, com mais intensidade, o serviço público aos locais mais remotos. "O que a gente tem visto é que o Bolsa Família facilita a ação intersetorial das políticas públicas numa escala muito grande", comenta. A ação articulada pode dar mais efetividade na prestação de serviços à população. "Na área de saúde, onde tem o programa, tem acompanhamento. Isso ajuda o planejamento da saúde no sentido da expansão dos serviços e articulação com os municípios", diz.

> ***"O que a gente tem visto é que o Bolsa Família facilita a ação intersetorial das políticas públicas numa escala muito grande"***
>
> **Lúcia Modesto,**
> secretária de Renda e Cidadania do MDS

Lúcia Modesto lembra que o Bolsa Família, além da transferência de dinheiro, tem o objetivo de dar às famílias condições de gerar sua própria renda e sair da pobreza. Isso reforça a necessidade da articulação de várias políticas e a rediscussão de outras ações. A política de emprego, por exemplo, foi concebida para uma pequena parcela da população, aquela que está no mercado formal de trabalho. O público do Bolsa Família não sabe o que é ter carteira assinada e direitos trabalhistas. "Temos feito com o Ministério do Trabalho a aproximação da política de emprego com esse público que sempre ficou à margem", informa.

QUALIFICAÇÃO O ideal é ter cursos de qualificação mais apropriados à realidade dos trabalhadores do mercado informal e inserir todas as famílias em ações de desenvolvimento sustentável. Mas o perfil dos beneficiários do Bolsa Família não ajuda: das 11,2 milhões de famílias atendidas, dois milhões são formadas por analfabetos. Outras 4 milhões são formadas por analfabetos funcionais. São 6 milhões de famílias inteiras de analfabetos. Então, primeiro é preciso alfabetizar essa população para depois inseri-la em programas de capacitação profissional.

Além disso, a maioria dos municípios brasileiros é de pequeno porte e não tem atividade econômica para absorver novos trabalhadores. "Se a gente não desenvolver capacidade econômica local, a questão da inserção produtiva da família fica prejudicada", comenta Lúcia Modesto. Às vezes, os próprios beneficiários apontam a solução: precisam apenas de um mínimo de recurso para iniciar alguma atividade. E cita o exemplo de uma mulher que, com dinheiro do microcrédito, comprou uma máquina de lavar roupa e passou a prestar serviços aos operários de uma construção próxima de sua casa.

O principal, porém, é assegurar um mínimo de renda às famílias pobres, pondera Sergei Soares, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. Na sua avaliação é injusto cobrar do programa "portas de saída", porque o Bolsa Família foi criado para assegurar a complementação de renda. As "portas de saída", argumenta, vêm com o crescimento econômico e distribuição de renda e isso depende do comportamento da atividade econômica. Segundo ele, vários estudos econométricos mostram que as pessoas só recorrem à ajuda federal porque não têm trabalho nem outra fonte de renda suficiente para se manter.

"Não existe efeito preguiça", garante. O ideal, lembra, é que todo mundo esteja empregado, ganhando salário e não preci-

se da proteção social. Mas a realidade não é essa. Para Sergei Soares, o principal defeito do programa Bolsa Família é que ele não é um direito e, por isso, depende de disponibilidade orçamentária. Ou seja, há um limite para o atendimento, o que exclui muitas pessoas. "O que me preocupa é que tem muita gente com o perfil do Bolsa Família e não recebe o benefício, justamente por ele não ser um direito como é o seguro desemprego", diz.

O grande avanço do programa é fortalecer a rede de proteção social, levando benefícios à população antes totalmente excluída. "Tínhamos proteção para aqueles que estão formalmente no mercado de trabalho, o seguro desemprego, previdência, fundo de garantia", comenta Lúcia Modesto. Os idosos têm o benefício assistencial, mas as famílias mais jovens, com capacidade de trabalho, estavam excluídas.

Liana Carleial, diretora de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do **Ipea**, defende um planejamento de longo prazo na adoção de medidas para superar a crise econômica. O Bolsa Família, por exemplo, deveria, segundo ela, ter uma ação para a inclusão dos filhos dos beneficiários no sistema produtivo, de forma que sejam capazes de obter sua própria renda no futuro. Ela reconhece as medidas sociais também têm grande importância no curto prazo para alimentar a economia: o dinheiro do programa, do aumento do salário mínimo e dos benefícios previdenciários vão direto para o consumo. "É como se estivéssemos injetando na veia", compara. Os benefícios a setores empresariais também deveriam contemplar uma estratégia de produção, emprego, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

"Não trabalhamos com um sistema de contrapartida das empresas que recebem dinheiro público", comenta. A Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está no Congresso para ratificação, seria um passo nessa direção, porque dificultaria as demissões arbitrárias. Na França, segundo ela, a empresa só consegue fazer demissão em massa depois de muita negociação com o sindicato dos empregados.

Além de regras mais rígidas para demissão, Liana Carleial diz que "é preciso repensar a indústria em todos os sentidos". A economia brasileira, lembra, vem passando por um processo de desindustrialização desde 1990, quando as multinacionais passaram a dominar os principais setores industriais e de serviços. A crise abre a oportunidade para a introdução de uma política pública para recuperar a indústria nacional, com a instalação de plantas e desenvolvimento de produtos no Brasil.

"O Brasil foi rápido na adoção de medidas anticíclicas para preservar o emprego e a produção", afirma. Mas não usou as vantagens competitivas para buscar o desenvolvimento tecnológico. A economia organizada e o sistema financeiro organizado, sem ativos tóxicos, são vantagens significativas para o Brasil avançar no domínio de tecnologia. "O conjunto de medidas é saudável, mas é preciso ir além", aconselha.

Além das medidas para ampliar os benefícios sociais, o governo lançou o programa Minha Casa, Minha Vida, com a meta de construir um milhão de moradias para a população com renda correspondente a até 10 salários mínimos. Pela previsão do Ministério das Cidades, esse programa habitacional exigirá investimentos de R$ 34 bilhões. A intenção do governo é, além de oferecer moradia a custo subsidiado aos mais pobres, manter aquecido o setor de construção civil, um dos segmentos que mais empregam trabalhadores. Pela estimativa da Caixa Econômica Federal, serão criados 800 mil postos de trabalho ainda neste ano.

Divulgação

Minha Casa, Minha Vida: governo federal promete construir 1 milhão de moradias

Bernhard Leubolt*

Comparando Brasil e Áustria

Neste artigo comparo as políticas sociais austríacas e brasileiras. Os exemplos selecionados para a análise são as políticas de assistência social e da previdência, sendo que maior ênfase é dada às políticas austríacas. A comparação não é fácil, pois os dois países são bem distintos: enquanto a Áustria é um pequeno país europeu, com oito milhões de habitantes e o nono maior PIB/capita mundial, de US$ 33.700, o Brasil tem tamanho continental, 184 milhões de habitantes e um PIB/capita de US$ 8.402. Por outro lado, ambos os países têm herança de um regime conservador fundado no corporativismo. O correspondente corporativista austríaco de Getúlio Vargas foi representado pela ditadura austro-fascista (1934-38) e o nazismo (1938-45). No pós-guerra, o corporativismo austríaco continuou de uma forma menos autoritária, em governos movidos pela idéia do consenso nacional. Este consenso foi baseado em decisões políticas de "parceria social" com representantes de empresas e trabalhadores, significando tanto uma continuidade com o corporativismo como o fundamento da coesão social.

As políticas sociais e salariais decididos com base na "parceria social" resultaram em índices de desigualdade de renda menores que no Brasil (Gini: 0.29 na Áustria contra 0.57 no Brasil). O período das maiores reformas sociais foi entre 1970 e 1983, durante o governo do social-democrata Bruno Kreisky. Nessa época, a política austro-keynesiana era voltada ao pleno emprego e à universalização das políticas sociais, partindo de – e mantendo – vários elementos do conservadorismo. Por exemplo, ampliou-se uma transferência de renda para crianças introduzida ainda na época nazista.

"Nas políticas previdenciárias, o sistema austríaco guarda similaridades com o sistema brasileiro, salvo o fato de ser menos unificado. Esse traço tipicamente conservador é caracterizado por uma diferenciação de status, que varia por estado e categoria profissional"

Neste programa, a família recebia uma quantia em dinheiro por criança, variável conforme a idade (valores de hoje entre € 105,40 e € 152,70). Diferentemente do programa Bolsa Família, quem recebe o valor pelos familiares é o homem. O elo familiar das políticas sociais foi fortalecido pelas últimas reformas do governo conservador/neoliberal, no período entre 2000 e 2006. Notavelmente, por meio de um programa de transferência de renda que estabelece um auxílio para mães e pais – cuja renda seja inferior a € 16.200 anuais – cuidarem das crianças. Recebem, assim, € 436 mensais nos primeiros 30 meses de vida da criança. Como em 96,5% dos casos a mãe é beneficiária, esse teto de renda parece reforçar o papel tradicional das mulheres como donas de casa.

Nas políticas previdenciárias, o sistema austríaco guarda similaridades com o sistema brasileiro, salvo o fato de ser menos unificado. Esse traço tipicamente conservador é caracterizado por uma diferenciação de status, que varia por estado e categoria profissional A última reforma do sistema previdenciário ocorreu em 2003, quando a previdência complementar (privada e via empresas) passou a ser financiada parcialmente pelo Estado. Assim, mesmo com reformas, os principais traços conservadores permaneceram.

Desta forma, observamos importantes semelhanças nas políticas sociais da Áustria e do Brasil, especialmente no tocante ao traço conservador, cuja marca central é o forte foco familiar na assistência social.

* Pesquisador do núcleo Global Social Policies and Governance da Universidade de Kassel/Alemanha

UM PRÊMIO PARA QUEM TRABALHA POR UM BRASIL MELHOR

2007

odm BRASIL

PRÊMIO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL

Faça acontecer.

Inscrições abertas para prefeituras, empresas e organizações da sociedade civil pelo site www.odmbrasil.org.br ou pelo endereço Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – SAIS – Área 02-A 70.610-900 – Brasília – DF

Você concorre e o mundo inteiro recebe este prêmio.

8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO

Nós Podemos

Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

PNUD Brasil

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Bretton Woods

Pedro Henrique Barrreto - de Brasília

Quarenta e quatro paises, inclusive o Brasil, participaram da reunião em New Hampshire (EUA): o mundo vivia a ressaca da crise de 1929, seguida da Segunda Guerra Mundial

Recessão, escassez de crédito, produção em queda, reservas em risco em todo o mundo. Os sons disparados pelo alarme financeiro global nesse início de ano não são inéditos. A experiência anterior, a Grande Depressão de 1929, levou as principais potências a sentarem à mesa e rediscutirem a arquitetura financeira mundial. O encontro de Bretton Woods foi um marco que redesenhou o funcionamento do capitalismo. Hoje, mais uma vez, as principais nações se encontram para tentar ajustar os ventos da economia global. Conseguirá o G-20 desligar o alarme e trazer de volta o equilíbrio?

Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado. As maiores potências do mundo ainda estavam em guerra, mais preocupadas com avanços bélicos que econômicos. A Grande Depressão de 1929 resultou em diminuição drástica de produção, comércio e emprego e lançou toda a sorte de protecionismos: barreiras comerciais, controle de capitais, medidas de compensação cambial. A política que ficou conhecida como "beggar-thy-neighbor" (empobreça seu vizinho), disseminada nos anos 1930 e que primava pelo aumento de tarifas para reduzir déficits na balança de pagamento, era a cartilha dos governos.

Foi nessa atmosfera que 730 delegados de 44 países, o Brasil entre eles, encontraram-se na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional.

ESTABILIDADE O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda "congelada" ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa.

Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). "A tendência à concordância em Bretton Woods era muito forte, devido à magnitude das ameaças. Esse filme de cada um por si ninguém queria ver de novo", explica Renato Baumann, diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU), outra instituição que nasceu após Bretton Woods.

Esse sistema liberal, que primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos.

De 1944 para cá, muita coisa mudou. A hegemonia erguida e mantida pelos Estados Unidos a partir de Bretton Woods já não é a mais a mesma. A União Européia se fortaleceu e países antes nomeados como "emergentes", como Brasil, China e Índia, aceleraram seu ritmo de crescimento e adquiriram importância incontestável nas decisões que trilham a economia mundial.

É com esse novo arranjo geopolítico que o mundo começa a fazer frente a mais grave crise econômica desde a Grande Depressão. No início de abril, líderes dos 20 países mais desenvolvidos (G-20), que respondem por 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, se reuniram para coordenar uma reação conjunta à recessão. São eles: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Coréia do Sul, China, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Européia.

OPINIÕES DIVIDIDAS Os anúncios feitos em Londres, Inglaterra, sede do encontro, de injetar U$1,1 trilhão de dólares no FMI, fiscalizar com maior rigidez o mercado financeiro e nem se aproximar do termo "protecionismo", dividiram opiniões. O G-20 está no caminho certo para chegar a uma engenharia eficaz como a de Bretton Woods para salvar o capitalismo com rapidez e, principalmente, evitar que os países mais pobres do globo paguem a conta?

Gustavo Orlando/Ascom Ipea

Baumann, da Cepal, garante: países em desenvolvimento têm voz significativa na coordenação financeira mundial

Para Simão Davi Silber, professor-doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), sim. "A própria reunião do G-20 é um reconhecimento de que não são sete ou oito países que vão trazer soluções", afirma. "Grupos técnicos têm estudado medidas para frear a recessão, o encontro de Londres significa um grande avanço". Ele lembra que uma das novidades de Bretton Woods é hoje um dos pilares para se enfrentar a crise: o socorro de instituições multilaterais.

Renato Baumann também aposta no significado diplomático da cúpula do G-20 para que o pós-crise se traduza em um equilíbrio definitivo de forças. "A discussão de Bretton Woods aconteceu mesmo entre as grandes potências, três ou quatro países. Hoje, o próprio governo americano fala em saídas negociadas entre todos. Países em desenvolvimento têm voz significativa na coordenação financeira mundial, daí o otimismo para as conseqüências desse novo quadro geopolítico". Um novo encontro do G-20, ainda sem data definida, deve acontecer nesse ano.

"Essa é uma mudança que levaria décadas. É a grande moeda do mundo, não há medidas que alterem esse status. Porém, cerca de um quarto das operações financeiras mundiais já são em euro. Se somarmos ao yuan, à libra, ao franco, já temos um grande montante"

Simão Davi Silber,
Professor Doutor da Universidade de São Paulo

O fim do dólar? – Um dos pilares de Bretton Woods, a conversibilidade dólar-ouro foi posta abaixo pelo presidente norteamericano Richard Nixon, em 1971, diante da grande demanda mundial por ouro. Na medida que o capitalismo se desenvolvia, a moeda dos Estados Unidos tornou-se o dinheiro hegemônico nas reservas mundiais e a referência de todo o sistema financeiro mundial.

Hoje, com os efeitos da crise exigindo idéias e soluções, volta à tona um tema polêmico, defendido recentemente, inclusive, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: pode alguma moeda substituir o dólar como padrão internacional? Na opinião de Renato Baumann, essa é uma perspectiva distante. "Não vejo possibilidades dessa mudança. Há que se ter confiança no emissor, toda a fortaleza do dólar não se altera da noite pro dia. O ideal seria termos uma moeda mundial, mas não estamos nem perto disso".

Simão Davi Silber concorda. "Essa é uma mudança que levaria décadas. É a grande moeda do mundo, não há medidas que alterem esse status. Porém, cerca de um quarto das operações financeiras mundiais já são em euro. Se somarmos ao yuan, à libra, ao franco, já temos um grande montante, que sinaliza que a influência do dólar já não é a mesma de tempos atrás".

O intelectual Franklin Leon Peres Serrano, doutor em Economia pela University of Cambridge (Inglaterra), explica o que a mudança significaria para as economias em desenvolvimento: ganho de competitividade. "Os Estados Unidos perdem competitividade quando o dólar se valoriza, mas não têm restrição externa e podem deixar seu déficit em conta corrente crescer. Como o dólar é o meio de pagamento internacional e a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais, acaba por se tornar também a principal reserva de valor".

Bruno César Araújo
Pierre Mohnen

Inovação em países em desenvolvimento

A terceira edição da conferência *Micro Evidence on Innovation in Developing Economies (Meide)* acontecerá no Rio de Janeiro entre os dias 10 e 12 de maio. A conferência é organizada pelo **Ipea** e pelo *Maastricht Economic and social Research and training centre on Innovation and Technology* (UNU-MERIT), localizado em Maastricht, na Holanda, e patrocinada pelo **Ipea**, pelo UNU-MERIT e pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

A primeira edição do MEIDE aconteceu em Maastricht, em 2007, e contou com a presença de 100 pesquisadores do mundo inteiro para discutir a importância e as diferentes dimensões da inovação nos países em desenvolvimento. A segunda edição da conferência aconteceu em Pequim, no ano passado, e foi sediada pelo *Center for Applied Statistics (CAS)* da *Renmin University of China*, e teve como foco a inovação nos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Estas conferências representaram oportunidades singulares para a comparação de modelos teóricos, métodos empíricos e dados disponíveis a fim de ampliar nossa compreensão a respeito do papel da inovação em países em desenvolvimento. Nesta terceira conferência o foco será a inovação e seus impactos nos países latino-americanos.

O Brasil foi o país escolhido para sediar a terceira edição da conferência, por um lado, ser o país latino-americano mais importante em termos de investimentos e resultados de inovação – a este respeito, basta lembrar a reconhecida liderança do país em segmentos como aeronáutica, biocombustíveis e projetos automobilísticos, por exemplo – e, por outro, pelo fato do Ipea ser um centro de excelência em pesquisas sobre inovação, suas dimensões e seus impactos sobre a economia a partir das pesquisas de inovação e outras pesquisas. De fato, o **Ipea** participou ativamente dos debates ocorridos nas duas edições anteriores da conferência.

Além dos artigos selecionados, este ano quatro palestrantes especiais foram convidados: professores Mario Cimoli, da CEPAL, Antonio Barros de Castro, da UFRJ, professora Xioalan Fu, diretora do *Sanjaya Lal Program for Technology and Management for Development at the University of Cambridge* e professor Luc Soete, diretor do UNU-MERIT. Eles exporão suas visões sobre as diretrizes de pesquisa sobre tecnologia e inovação nos países em desenvolvimento e também algumas de suas contribuições nesta área.

O objetivo da conferência é promover o diálogo entre pesquisadores do mundo todo sobre a importância e as diferentes dimensões da inovação em relação ao crescimento econômico e desenvolvimento. As contribuições se baseiam em microdados de pesquisas de inovação (como a Pesquisa de Inovação Tecnológica, do IBGE, por exemplo), pesquisas domiciliares, estudos comparativos de países e estudos de caso. Exemplos de tópicos abordados na conferência são: inovação, produtividade e desempenho da empresa; inovação nas universidades e em instituições públicas; adoção e difusão da tecnologia; inovação e emprego; inovação e o papel de empresas estrangeiras; inovação e o papel de instituições financeiras; inovação e comércio internacional; eficácia de políticas da inovação e outros.

Dada a reconhecida importância da inovação nos países desenvolvidos, não é surpreendente que acadêmicos e formuladores de política em países em desenvolvimento tenham dedicado muita atenção a estudos sobre P&D e investimentos em inovação, pesquisa pública, inovação e seus impactos sobre a economia para convergir em direção à fronteira tecnológica e níveis de renda mais elevados. Neste sentido, vários países vêm conduzindo ao longo dos anos pesquisas de inovação em empresas, e o MEIDE consiste em uma ótima oportunidade para confrontar o que aprendemos destas pesquisas, a fim de guiar as políticas de inovação.

Bruno César Araújo (foto) técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do **Ipea**.

Prof. Pierre Mohnen PhD, professor do UNU-MERIT (University of the United Nations - Maastricht Economic Research Center on Innovation and Technology).

Avaliação da eficiência em sistemas de saúde

Um sistema de saúde pode ser definido como o conjunto de todas as pessoas e de todas as ações cujo objetivo primordial é melhorar e proteger a saúde das pessoas . Os sistemas de saúde são agentes privilegiados das políticas de saúde, em seu sentido mais amplo. Mas nem todas as políticas públicas em saúde visam *apenas* este objetivo. Considerações relacionadas com o *sistema econômico*, com o *sistema social*, com o *sistema político*, e com os respectivos interesses de cada um destes sistemas, sempre são colocadas em plano privilegiado, quando as políticas de saúde são elaboradas e implementadas.

Os objetivos mais específicos do sistema de saúde brasileiro seriam: controlar o crescimento dos custos gerais em saúde; estabelecer mecanismos de financiamento do setor saúde que sejam equitativos e sustentáveis; assegurar um acesso equitativo aos serviços e bens de saúde; prevenir o surgimento de doenças e de agravos à saúde evitáveis; administrar o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias e de novos arranjos organizacionais em saúde; elevar a produtividade geral na prestação de serviços e na produção de bens de saúde; adequar a prestação, e a intermediação de serviços privados de saúde à capacidade de pagamento e às necessidades gerais da população; garantir atendimento digno aos idosos, crianças e outros grupos desfavorecidos da população; reduzir os tempos gerais de esperas nas filas dos serviços públicos; facilitar a inclusão dos trabalhadores informais no sistema público e no sistema privado de saúde.

Geralmente, avaliações de eficiência de sistemas de saúde, para representar um conjunto tão grande de objetivos, utilizam apenas custos representados por variáveis tais como: gastos públicos e privados per capita com saúde; gastos públicos e privados com saúde como porcentagem do Produto Interno Bruto – PIB; participação dos gastos públicos na receitas e nos gastos governamentais etc. Esses custos são comparados com resultados muito resumidos tais como: esperança de vida ao nascer; indicadores de mortalidade infantil e materna; indicadores de adoecimento por doenças transmissíveis e não transmissíveis etc.

Como são componentes do bem-estar e da qualidade de vida das populações, e como os efeitos podem não ser imediatos, tais custos deveriam ser, preferencialmente, tratados como investimentos sociais, e não como despesas. É usual que algumas despesas devam ser reduzidas. Mas a busca da eficiência não significa, necessariamente, redução de custos. Em determinadas circunstâncias, na busca da eficiência, será necessário elevar esses investimentos sociais. E, se necessários, tais acréscimos de investimentos tanto podem ocorrer nas atividades mais finalísticas, como na gestão do sistema de saúde.

É importante considerar a relativa sensibilidade dos resultados obtidos às variações nos modelos de análise. Avaliações de eficiência de sistemas de saúde não devem ser consideradas com base em um único modelo de análise, pois os resultados podem variar muito com a metodologia utilizada e com a amostra. Por isso, embora alguns indicadores de saúde do Brasil sejam ruins (como taxas de mortalidade infantil, ou materna, em determinadas regiões do País), como gasto per capita é baixo, o país

pode ser avaliado como eficiente, ou ineficiente, dependendo da base de países para comparação. Comparado com países ricos (os EUA, por exemplo), o Brasil gasta pouco, mas obtém bons resultados. Comparado com países pobres (Cuba, por exemplo) o Brasil gasta muito e obtém maus resultados.

Alexandre Marinho
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Macroeconomicos Dimac-Ipea

Agência Brasil

Análise de eficiência, uma tarefa urgente

Apesar da Constituição de 1988 ter enunciado a criação de um Sistema Único de Saúde, para que se possa discutir a eficiência do sistema de saúde brasileiro é necessário chamar a atenção para o fato de que contamos hoje com no mínimo dois grandes sub- sistemas: o público representado pelo SUS e o privado, que segundo a Agência de Saúde Suplementar (ANS) congrega mais de 40 milhões de beneficiários vinculados a diferentes modalidades de operadoras.

Outro fator fundamental neste debate é que, por óbvio, para discutir eficiência em qualquer tipo de sistema é necessário confrontar o volume de recursos financeiros aplicados e os respectivos resultados obtidos durante um período determinado.

Sendo assim, para que se considere a eficiência do sistema de saúde brasileiro, no mínimo, deveríamos considerar duas realidades distintas. No entanto, alguns dirão que o público e o privado estão relacionados porque o SUS atende pacientes do setor de planos de saúde e não haveria forma de distinguir os resultados em termos epidemiológicos.

Sob o ponto de vista da atividade econômica, sabemos que o setor privado da saúde, assim como todos os demais, também trabalha sob a lógica do lucro e que cada empresa tem em sua memória de cálculo, por definição, avaliação de eficiência econômica.

Quanto ao sistema público, pelas características que assumiu desde sua criação pela lei 8080/90, o que pode-se observar, ao menos, a partir dos anos 2000, é um crescente aporte de recursos federais transferidos a Estados e municípios que por sua vez, são acrescidos de recursos próprios destes entes federados e aplicados em uma gama variada de programas cuja avaliação tem sido negligenciada.

A análise de eficiência econômica do SUS, responsabilidade do Estado em suas três esferas, é tarefa urgente e deve ser feita a partir de indicadores de processo e resultado, ou seja, é necessário avaliar a produção de ações e procedimentos de saúde, consultas e internações, vis-à-vis à demanda por estes serviços e seu grau de resolutividade.

Dra. **Clarice Melamed**
Pesquisadora da Fiocruz -Brasília e
Líder do Grupo CNPq.

Entraves à competitividade

Débora Carvalho, de Brasília

Fruticultura brasileira tem capacidade reconhecida mundialmente. No entanto, o setor enfrenta um gargalo na hora de comercializar as vendas ao exterior. A cada dia surgem novos exemplos de sucesso envolvendo parcerias entre pequenos e grandes produtores. O projeto de agricultura irrigada na região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) é um exemplo. Enfrentou dificuldades no passado e soube dar a volta por cima

Dreamstime

Nova realidade: graças ao uso de tecnologia de ponta, a maçã produzida no Brasil não deve nada à similar importada

A competitividade e o potencial do Brasil na produção de alimentos são reconhecidos em todo o mundo. Mas essa pujança vem acompanhada da dicotomia entre uma agricultura de grande escala, pautada pela tecnologia, e a inclusão nesse círculo virtuoso de mais de 4 milhões de agricultores familiares em todo o País. As dificuldades na hora da comercialização são os principais entraves para a melhoria da renda do pequeno produtor. Mas, com incentivo, uma atividade em especial, a fruticultura, se mostra vantajosa tanto para os grandes quanto para os pequenos.

724

milhões de dólares

foi o total das vendas externas da fruticultura brasileira, segundo o MDIC

O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, com cerca de 40 milhões de toneladas por ano, o que corresponde a 6% do que é colhido no mundo. Além de ter um mercado mais favorável que os grãos, a tecnologia e o clima contribuem para a produção de frutas de alta qualidade, praticamente todo o ano. O potencial dessa atividade se reflete na evolução do País, que saiu da posição de importador, no final da década de 1990, para um dos principais *players* do mercado internacional.

Em 2008, a receita com as vendas externas de frutas chegou a US$ 724,2 milhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Alcançar esses números, no entanto, exige mão-de-obra qualificada, manejo correto, crédito na hora certa para investir e custear a lavoura, além de articulação para driblar problemas, como as deficiências da infraestrutura, que aumentam o custo logístico. Sem escala e com limitações de acesso ao crédito, o produtor acaba tendo que vender a produção por baixos preços nas comunidades mais próximas, pela dificuldade de encaminhar a colheita para mercados que pagam mais por produtos de qualidade.

INTEGRAÇÃO Apesar dos contrastes entre o agronegócio e a produção familiar, o Brasil tem casos que demonstram os resultados positivos da integração entre grandes e pequenos. Um deles é o pólo produtor de Petrolina(PE)/Juazeiro(BA), considerado o maior exemplo do desenvolvimento da agricultura em áreas irrigadas no Nordeste. O investimento público em irrigação chegou à região do baixo médio São Francisco na década de 1970. O projeto se caracterizava pela forte assistência técnica, por meio da presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf), que desde o final da década de 1950 ajuda a estruturar atividades produtivas e desenvolver a região.

No entanto, o traço mais marcante dessa experiência de fruticultura foi a preocupação constante com a integração da cadeia produtiva, independente da escala. O técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), Mansueto Almeida, explica que um dos diferenciais foi a postura do governo de condicionar os investimentos e projetos de apoio à inclusão de pequenos produtores. "Além da forte presença do estado, a região contou com um esforço, uma política que atraiu a produção e incluiu os menores", observa. Até os dias de hoje, o pólo de fruticultura é formado por propriedades com tamanhos que vão desde 6,5 hectares, chegando a 500 hectares de lavoura irrigada de frutas.

A rede de produtores, indústrias e exportadores observada em Petrolina e Juazeiro é um exemplo de concentração de empresas e organizações de um mesmo setor, conhecido como *cluster*. Nesse tipo de formação, a concorrência convive com a cooperação. Os mesmos agentes que disputam mercado, compartilham processos e vantagens em comum. O resultado dessa prática é a combinação entre aumento de produtividade e redução dos custos para produzir. Com qualificação e tecnologia, ficou fácil exportar e a região se tornou imbatível nas vendas externas, sobretudo de melão.

O *cluster* foi um processo desenvolvido nos anos 1960 pela IBM, empresa norte-americana de informática, que permitiu a interligação de computadores pessoais em rede, que passaram a trabalhar como se fosse uma máquina de grande porte. Este princípio foi utilizado em outras atividades econômicas, permitindo a junção de empresas, aumentando a competitividade destes conglomerados mediante a produção integrada. No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – www.sebrae.org.br – possui, além de documentos, técnicos qualificados para orientar os interessados em optar por esta modalidade.

DESCUIDO "Por causa da alta qualidade, o melão ficou tão famoso que quase toda a produção era exportada", conta Almeida. Mas na segunda metade da década de 1980, um descuido no controle desse padrão exigido pelo mercado internacional

gerou uma crise nas exportações, baseadas quase em totalidade na mesma fruta. Em busca de uma solução para o problema, grandes e pequenos produtores se uniram para criar uma associação forte que pudesse pedir aos agentes públicos apoio no desafio de colocar outras frutas brasileiras no mercado externo.

É o caso da produção de manga, que contou com o incentivo para a compra de equipamento de lavagem e preparação do produto, de acordo com as exigências de qualidade do consumidor estrangeiro. "E mais uma vez funcionou o diferencial dessa experiência. A condição era: a máquina que o governo subsidiou teria que ser usada tanto por grandes quanto por pequenos", completa o técnico do **Ipea**.

A partir da criação da associação de produtores e exportadores, a Vale Export, o poder de barganha com fornecedores, poder público e clientes aumentou e a região se consolidou definitivamente como referência na produção e exportação de diversos tipos de frutas. Para o especialista do **Ipea**, nesse momento foi superado um dos maiores entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar: a dificuldade de ultrapassar fronteiras.

"A comercialização acaba sendo fraca e a produção familiar tem sérias dificuldades de sair do âmbito da subsistência", explica. Um exemplo do impacto social, decorrente de não optar pela inclusão produtiva é o caso da região de Mossoró/Açu, no Rio Grande do Norte. O local foi um dos maiores produtores de melão do País. Toda a estrutura produtiva era concentrada em torno de uma grande indústria, abastecida por pequenos e médios produtores. Mas problemas de gestão, endividamento e, como consequência, perda de qualidade, levaram a empresa à falência. Sem a presença forte da indústria, responsável por dar vazão à produção, os agricultores ficaram em sérias dificuldades. Uma situação que dificilmente aconteceria se o modelo de interação entre os atores da cadeia produtiva fosse semelhante ao adotado no Vale do São Francisco.

REGULAMENTAÇÃO Esse potencial da fruticultura para a geração de renda na agricultura familiar é reconhecido também pelas lideranças das pequenas propriedades. Para o secretário de Política Agrícola da Confederação de Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, o bom nível de geração de renda da atividade garante tranquilidade ao pequeno agricultor. Mas Rovaris alerta para a necessidade de regulamentação da integração da cadeia produtiva, de forma que haja segurança da continuidade desse processo. "O produtor não pode ser pego de surpresa por decisões de empresas que significam quebra na comercialização", destaca.

Garantir mercado e preço justo à produção de frutas da agricultura familiar é uma das prioridades também da Frente

Agência Câmara

Prosposta: Hamm quer incluir suco de frutas na merenda escolar da rede pública em todo o País

Embrapa Semiárido

Vale do São Francisco: produtores enfrentaram dificuldade no passado, conseguiram se recuperar mais ainda têm problemas de comercialização

Parlamentar da Fruticultura. O presidente do grupo, deputado Afonso Hamm (PP-RS), ressalta que o investimento na produção familiar de frutas tem como resultado imediato a geração de empregos. Ele dá como exemplo o Estado do Ceará, onde hoje a atividade gera mais de 5 milhões de postos de trabalho e as exportações de frutas são responsáveis por mais de 18% das vendas externas do Estado.

As formas de incentivar essa produção são as mais variadas. Projeto de lei, de autoria de Hamm, que tramita na Câmara dos Deputados, propõe que sejam incluídos na merenda escolar sucos e frutas da época de cada região e a matéria-prima para esses lanches seria comprada de agricultores familiares. Mesmo com uma taxa anual de crescimento entre 8% a 10% no consumo interno de frutas, o setor quer aquecer as vendas no Brasil. "Estamos negociando com o governo formas de apoio para um projeto de marketing para ressaltar os benefícios do consumo de frutas para a saúde e a qualidade de vida", comenta o deputado. Dados do Ministério da Agricultura mostram que apenas cerca de 2% da produção de frutas do País vai para o exterior.

"É preciso informar a população. Não é verdade aquela imagem de que o produto bom é exportado e o ruim fica no mercado interno. O padrão de qualidade é o mesmo"

Luiz Nasser,
coordenador de Produção Integrada da Cadeia Agrícola do Ministério da Agricultura

A Embrapa Agroindústria de Alimentos, do Rio de Janeiro, já trabalha em projetos de incentivo ao consumo de frutas, hortaliças e verduras em bairros da cidade. Entre eles, a criação de hortas escolares e familiares, orientação nutricional gratuita, mobilização da comunidade, distribuição de informativos. A intenção é disseminar o hábito de uma alimentação saudável e de práticas sustentáveis de cultivo dos produtos. Os pesquisadores trabalham agora para delinear a proposta de um programa nacional, que envolveria também transferência de tecnologia, ações de comunicação, marketing e pesquisa. "É preciso informar a população. Não é verdade aquela imagem de que o produto bom é exportado e o ruim fica no mercado interno. O padrão de qualidade é o mesmo", explica o coordenador de Produção

Integrada da Cadeia Agrícola do Ministério da Agricultura, Luiz Nasser.

QUALIDADE A crise internacional, que atingiu de forma severa a maioria dos setores da economia, não chegou com gravidade à fruticultura brasileira. Mas algum impacto foi sentido nas exportações e agravado por problemas climáticos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), nos primeiros dois meses de 2009, as vendas externas de banana caíram quase 30%. O volume embarcado de melão também reduziu aproximadamente 15%. Na exportação de mamão, a queda nos preços provocou recuo de mais de 20% na receita.

"Se o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] não for inferior a 2%, a demanda por frutas e sucos se manterá estável",

Moacyr Fernandes,
presidente do Ibraf

O presidente do Ibraf, Moacyr Fernandes, explica que a crise tem afetado as vendas de frutas frescas e processadas, mas a expectativa também é pela manutenção do mercado interno. "Se o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] não for inferior a 2%, a demanda por frutas e sucos se manterá estável", pondera. Segundo ele, o momento pede medidas contra a falta de crédito e políticas de incentivo ao setor produtivo.

Independentemente do momento de crise, segundo o presidente do Ibraf, um dos maiores desafios da fruticultura é acessar mercado exigentes, como Estados Unidos, Japão e China, que hoje estão fechados aos produtos brasileiros por causa de barreiras fitossanitárias. A técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea,** Junia Conceição, explica que essa exigência dos parceiros comerciais motivou o mercado brasileiro a começar a investir nas certificações de qualidade. "Esse processo veio no esteio das doenças em animais, e o País começou a ter que provar a sanidade, o que acabou se tornando um diferencial do produto", diz.

O primeiro País da América Latina a adotar o modelo europeu de produção integrada foi a Argentina, em 1997, seguida pelo Uruguai e Chile. Esse padrão consiste em unificar diversas áreas do conhecimento para garantir boas práticas no cultivo, como preservação do meio ambiente, questões sociais, direitos trabalhistas, uso correto de agroquímicos, manejo eficiente da água e conservação do solo. "A produção integrada era praticamente uma condição para vender a clientes importantes como a União Europeia", recorda o coordenador de Produção Integrada da Cadeia Agrícola do Ministério da Agricultura, Luiz Nasser. Ele conta que, no final de 1997, a Associação Brasileira de Produtores de Maçãs (ABPM) procurou o Ministério da Agricultura porque estava sofrendo pressões comerciais relacionadas com as exportações de maçã para países europeus. O principal motivo da mobilização foi o aumento das exigências por garantias sobre o processo produtivo da fruta. O Brasil necessitava de um instrumento que pudesse orientar e institucionalizar um sistema de produção, e ao mesmo tempo, atender os mercados compradores em compatibilidade com a realidade brasileira.

Pressionado pela iniciativa privada, em 1998, o governo brasileiro criou o programa Pró-Fruta, que tinha a missão de incentivar a fruticultura, prover material genético de qualidade e difundir práticas de conservação de solo e tecnologia em busca de produtividade. Antes dessa iniciativa, o País era importador de maçã. Com a inte-

Embrapa Semiárido

Desafio ainda é acessar mercados exigentes, como Estados Unidos, Japão e China

gração, o produto brasileiro ganhou mercado e passou a ser respeitado no exterior.

INSUMOS Nasser explica que a principal vantagem dessa integração é a economia de insumos, por meio do uso de tecnologia, visando à qualidade e à segurança alimentar. Atividade pioneira, o cultivo da maçã usa antes da produção integrada 75 kg de apenas um agrotóxico por ano, com o o processo integrado de manejo sustentável esse volume passou para 3,5 kg. "Isso é resultado do monitoramento de pragas, que permite ao agricultor fazer as aplicações apenas quando é detectado o aumento do problema. Além disso, a intervenção é feita na hora certa, o que garante eficiência na eliminação", explica Nasser.

A economia de insumos que pesam no custo de produção, como os fertilizantes, também pode chegar a 50%. Isso acontece porque a certificação prevê análise de solo, o que significa economia de até 60% de recursos naturais importantes, como a água. "O valor gasto com os investimentos necessários para adaptar a lavoura às boas práticas é totalmente coberto pela economia de custos que a certificação traz", conclui. Para produtores pequenos, com dificuldades de implantar sozinhos, Nasser explica que uma alternativa interessante é o cooperativismo. Segundo ele, agricultores com propriedades de 0,25 hectare, na região de São Joaquim, no Rio Grande do Sul, fizeram a certificação por meio do sistema de cooperativa, contratando apenas um profissional para auxiliar na implementação das normas técnicas em todas as propriedades.

A partir de 2001, o Ministério da Agricultura começou a trabalhar para levar a outras culturas as técnicas de produção integrada. Mas só a partir de 2002 a iniciativa foi aberta e passou a incluir outras 56 cadeias produtivas de diversas culturas, tais como grãos, café, soja, e leite, em 18 Estados. Em 2002, foi formalizada a criação do Modelo de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas (PIF). Desde que haja uma normatização técnica específica para a cultura, o produtor pode aderir ao programa para certificar a produção. Hoje, 19 espécies frutíferas possuem normas técnicas consolidadas, outras três estão em fase de elaboração. Trinta projetos de fruticultura estão em andamento em 14 Estados, além de quatro trabalhos de educação ambiental, capacitação de agentes, pós-colheita e logística.

500

instituições técnicas

estão envolvidas no processo de certificação, entre elas a Embrapa

ENVOLVIMENTO Mais de 500 instituições estão envolvidas nesse processo de certificação, entre elas a Embrapa e o Inmetro, responsável por auditar o cumprimento das normas técnicas. Com adesão voluntária, o PIF é reconhecido internacionalmente e conta hoje com 2.219 produtores e empresas agropecuárias, totalizando 50.665 hectares de plantações de frutas certificadas no Brasil. Além disso, o programa unifica as exigências de diversos mercados e compradores nacionais. "Um pequeno produtor do Vale do São Francisco pode hoje vender para qualquer grande cadeia de supermercados, sem precisar se adequar a programas particulares de qualidade", ressalta Nasser.

O governo acredita que o crescimento do PIF depende de um processo educativo, que permita ao produtor conhecer a integração de boas práticas. Mas os representantes da cadeia produtiva de frutas acreditam que o programa precisa melhorar, principalmente, na compatibilização com outros sistemas internacionais. Uma nova legislação, que permita adequar a grade de defensivos agrícolas também é considerada fundamental para atender ao PIF. "Especificamente no mercado interno é necessária uma divulgação maior ao consumidor final sobre o PIF, explicando e convencendo dos indiscutíveis benefícios para a segurança dos alimentos", completa o presidente do Ibraf.

Outra limitação, com a qual os produtores de frutas precisam lidar é a preservação do meio ambiente. O novo Código Florestal, que prevê a recomposição de florestas em encostas e topos de morros e a proibição do plantio nesses locais, tem criado polêmica entre os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. Os ambientalistas, com o apoio de Minc, acusam os produtores de não preservar o percentual da propriedade, que por lei tem de ser destinado à reserva legal, e às beiras de rios. O Ministério da Agricultura argumenta que a proposta do novo Código inviabiliza a produção de muitas culturas, entre elas frutas como maçã e uva. Segundo Stephanes, em todo o Brasil seriam mais de 1 milhão de agricultores sem condições de produzir. "Num momento de crise é difícil colocar restrições tão severas. Se isso passar, a população vai acabar pagando por isso, por causa da redução na produção de alimentos. O plantio de uva na Serra Gaúcha, por exemplo, tem mais de um século de cultivo e já vive em harmonia com o meio ambiente local", alega o deputado Afonso Hamm, que participa dos grupos de discussões do novo Código Florestal no Congresso.

Alternativas da vida real

Para alavancar ainda mais o papel de geração de renda e empregos da fruticultura, o setor produtivo discute a necessidade de políticas para fortalecer as pequenas agroindústrias. A falta de incentivo e capacitação para o agricultor ultrapassar a produção e começar a beneficiar o produto é um ponto marcante da história do pequeno produtor de graviola e abacate, Francisco de Paula. Nascido em Corumbá, Goiás, ele cresceu no campo, mas foi para a Brasília estudar.

Francisco se formou, trabalhou como professor, mas sempre manteve pequenas áreas de produção agrícola. Até que, em 1998, comprou uma propriedade de cinco hectares, na região do entorno da capital federal. A dificuldade de comercialização dos produtos estimulou Francisco a se arriscar no beneficiamento do produto. "O produto é perecível, então temos que vender quase de imediato a produção. Sem opções, a gente acaba entregando por um preço muito baixo. Já cheguei a trabalhar com valores abaixo do custo de produção, foram mais de 20% de prejuízos em dois anos. O Estado não interfere e o produtor fica sem condições e conhecimento para comercializar de forma mais eficiente", desabafa o agricultor.

Há mais ou menos dois anos, Francisco e o filho decidiram criar uma pequena linha de produção de polpas de frutas. O primeiro passo foi comprar e montar a infraestrutura, como sistema de envasamento automático e a prensa para extrair o suco da frutas. Contando gastos administrativos e com pessoal, o investimento total feito por Francisco ultrapassa R$ 100 mil. Hoje, a matéria-prima para a produção mensal de quase 8 toneladas de polpas sai, em parte da lavoura própria, ou é comprada de pequenos agricultores vizinhos e Francisco já empregou dois funcionários, além dos trabalhadores temporários contratados de acordo com a necessidade.

AMADORISMO Mas Francisco lembra os problemas que o agricultor tem por causa da falta de capacitação para administrar a produção rural como um negócio. "Não se tem muito profissionalismo nesse ramo entre os pequenos. A fruta é uma boa atividade, desde que se consiga capacidade de venda e, para isso, é preciso ensinar o produtor a buscar alternativas de escoamento", explica. Francisco conta que ele próprio já comprou frutas de vizinhos pagando muito abaixo do preço na época da safra, porque muitos não têm para quem vender e nem como estocar o produto. "Isso é prejuízo real para o produtor, que não está habituado a colocar isso no papel", aponta.

Até na hora de tomar o crédito Francisco teve dificuldades. Ele conta que, apesar das muitas garantias exigidas pelo banco, conseguiu o empréstimo para tocar o projeto de agregar valor à produção, mas sentiu falta de uma orientação sobre como investir bem esse dinheiro na tomada de decisões como a compra de insumos, os investimentos e a venda da produção. Para ele, se houvesse uma capacitação com certeza os agricultores precisariam de menos recursos para se financiar, porque usariam o que já está disponível com maior eficácia. **(D. C.)**.

Josemar Gonçalves

Francisco de Paula trocou o magistério pela fruticultura: sem arrependimento

Gilson Luiz Euzébio - de Brasília

Os vários tipos de déficit

Políticas fiscais e monetárias expansionistas, adotadas pelos governos para reduzir os efeitos da crise internacional, trazem à tona o debate sobre o aumento do déficit das contas públicas. O Brasil fechou o primeiro trimestre de 2009 com déficit nominal de R$ 17,8 bilhões, correspondentes a 2,57% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Banco Central. No mesmo período do ano passado, houve superávit de 0,46% do PIB. Embora tenha aumentado, o déficit do setor público brasileiro ainda está abaixo do limite máximo perseguido pelos países da União Européia, de até 3% do PIB. Alguns deles registraram, em 2008, déficits muito superiores ao do Brasil: Irlanda (-7,1% do PIB), Grécia (-5%), Espanha (-3,4%), Reino Unido (-5,5%). Nos Estados Unidos, o déficit fiscal previsto para 2009 é de 13,1% do PIB, segundo a Comissão de Orçamento do Congresso dos EUA.

A tendência geral é de aumento do desequilíbrio das contas públicas, já que os países estão aumentando os gastos públicos para reativar a economia num momento de queda de receitas. Na avaliação da situação financeira de um país são considerados alguns conceitos de déficit/superávit, como os seguintes:

Déficit fiscal ou superávit fiscal – Diferença entre despesa e receita do governo. Quando os gastos são maiores do que a arrecadação, há déficit e o governo é forçado a recorrer ao mercado para se financiar. O montante do déficit é também chamado de necessidade de financiamento do setor público. O governo poderia também emitir moeda, mas esta medida tem inúmeros inconvenientes.

Déficit nominal – necessidade de financiamento do setor público, incluindo os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Déficit operacional – necessidade de financiamento do setor público, excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Déficit orçamentário – despesa maior do que receita, havendo distinção entre déficit previsto no orçamento e o déficit da execução orçamentária.

Déficit primário – déficit operacional retirando-se os encargos financeiros embutidos no conjunto das despesas e das receitas.

Déficit previdenciário – é a diferença entre o que o Governo arrecada de contribuição para a manutenção da Previdência Social e o valor pago em benefícios.

Na avaliação das contas externas, os principais conceitos são:

Déficit comercial – é a diferença entre o valor recebido com exportações e os gastos com importações. Quando o país importa mais do que exporta, ele tem déficit na balança comercial.

Déficit em Conta Corrente – o cálculo do resultado em conta corrente considera o resultado da balança comercial, da balança de serviços e de transferências unilaterais. Se a soma das despesas nesses três itens for superior à entrada de divisas, temos déficit em conta corrente.

Bibliografia:
- Glossário Financeiro do Uol
- Bishop, Matthew – Economia sem mistério – Glossário dos Termos Essenciais.
- Sandroni, Paulo – Dicionário de Economia do Século XXI.
- Secretaria do Tesouro Nacional – Glossário
- Banco Central do Brasil – notas de política fiscal e do setor externo

Márcio Nuno Rabat*

Uma proposta recente e complexa

A proposta de financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente com recursos públicos veio à tona mais recentemente que a maioria das outras propostas envolvidas na chamada reforma política. Sua regulamentação é, além disso, mais difícil que a das demais propostas. E, para completar o quadro, praticamente não há exemplos internacionais em que nos possamos espelhar.

O debate tampouco alcançou, por enquanto, o nível de sofisticação exigido por uma iniciativa tão ousada. Resume-se, quase sempre, à contraposição entre a transferência de recursos públicos para eleições e partidos e sua aplicação em outras áreas. Ora, com a esfera política submetida a ataque permanente, os defensores do financiamento público se vêem em desvantagem nesse confronto, embora mecanismos institucionais que efetivamente levem à democratização dos processos decisórios estatais tenham por efeito o melhor atendimento das necessidades e anseios das maiorias, mesmo que absorvam parte dos recursos públicos disponíveis.

O ponto mais importante a acentuar é que a reflexão sobre o financiamento público de campanhas deve enfrentar questões muito complexas, tanto no plano prático ou operacional, como no da concepção geral do que seja a representação política. E que, em quaisquer dos dois planos, é imperioso distinguir entre *algum* financiamento público e o financiamento público *exclusivo* das campanhas eleitorais. Uma coisa é prover os recursos mínimos para que todos os setores socialmente significativos participem da esfera política; coisa de outra dimensão é o corte de qualquer ligação financeira dos partidos e candidatos com suas bases sociais de apoio.

Essa segunda situação, além de implicar um esforço muito maior para precisar o mínimo de recursos indispensáveis para que o conjunto dos partidos – e cada um deles – realize campanhas em todos os municípios do País, impõe, ainda, que se avalie se deve a lei estabelecer critérios que guiem a distribuição dos recursos entre os vários pleitos de que o partido participe ou se ela deve simplesmente deixar essa distribuição ao alvitre das instâncias partidárias de decisão.

O detalhamento legal dos critérios de distribuição dos recursos entre os vários candidatos e pleitos, além de difícil execução, parece invadir a esfera de auto-organização dos partidos; no entanto, sem ele, e na ausência forçada de outras fontes de recursos, qualquer setor do partido desconsiderado pelas instâncias decisórias internas estará condenado a não fazer campanha alguma.

De outra parte, o financiamento público exclusivo solicita a definição de tudo aquilo que, sendo campanha, não pode ser pago com dinheiro privado. Um único exemplo basta para desnudar a extensão do problema. O convite de um cidadão politicamente atuante para que seus conhecidos participem da discussão do programa de um partido ou candidato em sua casa constituiria ato de campanha, avesso, como tal, ao financiamento privado?

Chega-se, assim, às questões finais e mais importantes. Os partidos são partidos de si mesmos ou são partidos de sua base social? O corte total das relações de financiamento entre a base social e os candidatos a representá-la politicamente é compatível com a melhor concepção do que deva ser a representação política? Faz diferença, para o partido ou candidato que não é capaz de se fazer financiar por sua base social, que ele seja financiado por outras fontes privadas ou pelo erário? Ou, nos dois casos, ele se renderá facilmente às formidáveis pressões que certamente recairão sobre suas decisões quando no desempenho de mandatos eletivos?

Não são questões simples. Nem surpreende que não tenham recebido respostas definitivas. Mas surpreende que, em um país com longo histórico de discussão sobre a natureza e o sentido do chamado imposto sindical, essas questões, aparentemente, mal tenham sido levantadas até agora.

*Consultor legislativo da Câmara dos Deputados na área de Ciência Política

Ana Carolina Oliveira - de Brasília

O que pensam os líderes da região

Que a crise financeira trouxe consequências para todos os países do mundo, ninguém pode negar, mas a situação dos países da América Latina parece ser diferente das sofridas pelos países dos demais continentes. No último mês, dirigentes de instituições internacionais emitiram diferentes opiniões sobre o assunto.

A vice-presidente para a América Latina e Caribe no Banco Mundial (Bird), Pamela Cox, por exemplo, acredita que a região se encontra bem posicionada para gerir a crise econômica mundial e não precisa recorrer a pacotes de socorro internacionais como os pedidos pelas economias do Leste Europeu. "O impacto da crise na América Latina é certamente muito diferente do que o impacto na Europa Oriental", afirmou.

Enquanto Pamela Cox crê que a América Latina está mais bem preparada para enfrentar este momento de turbulência econômica, o presidente da Associação Econômica da América Latina e Caribe (Lacea), Mauricio Cárdenas, prevê que o pior da crise chegará à América Latina somente no próximo semestre. Para ele, os países latinoamericanos só vão se recuperar depois que a retomada começar nos Estados Unidos, onde a crise se originou. "A América Latina está só começando a sentir os efeitos da crise", disse.

Mesmo com previsões tão diferentes, alguns países da região já tomam medidas para o enfrentamento da crise desde setembro. Na Argentina, por exemplo, a presidente Cristina Kirchner passou a exigir licenças automáticas de importação para um conjunto de 1.200 itens, além de elevar os preços mínimos de importação para 120 produtos brasileiros e chineses. O Chile também já começou a anunciar suas medidas anticíclicas e uma delas foi o corte na taxa básica de juros daquele país.

Jogo duro: Cristina Kirchner impõe restrições às importações da Argentina

Agência Brasil

México

- O Banco Central do México cortou a taxa básica de juros para 6,75% ao ano.
- O BID vai emprestar ao México até US$ 2,8 bilhões para dar apoio ao crescimento continuado no mercado de moradia de baixa renda no país.

Chile

- O BC chileno cortou a taxa básica de juros para 2,25% ao ano.
- A presidente Michele Bachelet anunciou pacote de mais de US$ 4 bilhões, para estimular o emprego e o crescimento. O pacote, de 11 medidas, inclui um bônus de 40 mil pesos (US$ 62) por família,

Argentina

- O Banco Central da Argentina baixou norma para evitar a saída de capitais e limitar operações especulativas. Ao comprar ativos, sejam eles ações ou bônus, os compradores deverão mantê-los em suas carteiras por um prazo mínimo de três dias antes de revendê-los. Caso contrário, a norma baixada terá que ser autorizada pelo BC.
- O BC também limitou o volume de remessas diárias de dólares para as corretoras argentinas.
- O BC também liberou 10,5 bilhões de pesos (R$ 7,3 bilhões) em depósitos compulsórios.
- Para estimular o investimento e a produção e repatriar os fundos que

Veja abaixo as principais medidas adotadas por cinco países latino-americanos para o enfrentamento da crise:

para os setores mais vulneráveis. Ele beneficiou 3,7 milhões de pessoas.

- A presidente anunciou uma injeção de US$ 500 milhões na instituição financeira estatal Banco Estado, para aumentar a concessão de hipotecas para famílias de renda baixa ou média.

estão no exterior, a presidente anunciou uma reforma tributária. Aqueles que declararem seus capitais sem trazerem para o país de origem, pagarão taxa de 8% de imposto. Os que internalizarem os ativos pagarão 6% e quem investir em títulos da divida vai pagar 3%. Quem investir em infraestrutura, imóveis e atividades agropecuárias pagará 1%.

- Os empregadores que formalizarem os seus trabalhadores que recebem fora da folha de pagamento terão suas dívidas perdoadas.
- As montadoras de veículos também receberão estímulo de US$ 911 milhões. A intenção é estimular a venda de 100 mil carros em 2009.

Uruguai

- Elevação do crédito, com ênfase em exportação, para pequenas e médias empresas.
- O governo solicitou ajuda financeira ao BID e ao Banco Mundial para prover fundos ao Estado e recomprou títulos de empresas ou bancos com opções de recebimento em moeda local ou em dólares dos Estados Unidos.

Paraguai

- Redução de compulsórios para depósitos em moedas nacionais ou estrangeiras.
- Diminuição da taxa referencial de juros em 1% em outubro e 0,5% em novembro.
- Criação de uma linha de liquidez para instituições financeiras com garantias de recompra.

Bienvenidos

Gustavo Granata/Ascom Ipea

Funcionando há pouco mais de dois meses no Brasil, a Representação da Secretaria Geral Ibero-americana (Segib) já começou a trabalhar em projetos nas áreas de inovação tecnológica, políticas públicas e cultura. A agenda da Organização inclui a promoção de dois seminários e a entrada do País em programas já instituídos em outras nações. Segundo Agustin Espinosa, chefe do Escritório da Representação da Segib no Brasil, o Organismo Internacional já possui escritórios no Uruguai, Panamá e México.

Desafios — Por que a escolha do Brasil para montar um novo escritório?

Agustin Espinosa – O Brasil é um dos países mais importantes entre os ibero-americanos. Além disso, um país com essa dimensão geográfica e com 200 milhões de habitantes, não seria possível a Segib não ter uma representação aqui. Com um Escritório no Brasil, a Secretaria poderá interpretar melhor os interesses do Brasil dentro dessa Organização e contribuir para que a presença do Brasil seja cada dia maior dentro da Segib.

Desafios — Quais projetos serão implantados pela Segib no Brasil?

Espinosa – Já temos dois seminários previstos no Brasil: um em São Paulo e outro na Bahia. O primeiro deve acontecer entre os meses de junho e julho em São Paulo. O tema dele é inovação empresarial. O seminário está sendo organizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em estreita sintonia com a área responsável do Ministério das Relações Exteriores, e com o apoio de diversas entidades atuantes na área, tanto do setor público como de órgãos do setor privado, tais como IPEA, ABDI, BNDES, SEBRAE, CNI, FIESP, etc. O evento contará com a presença de especialistas de países íbero-americanos e contará ainda com a participação da CEPAL, Banco Mundial, BID, CAF, dentre outros. O segundo está previsto para setembro na Bahia e tratará de políticas públicas para a promoção da igualdade racial na América Latina. Este trabalho é realizado em estreita parceria com o **Ipea.**

Além disso temos vários programas da Segib sediados no Brasil. Um deles é o Ibermuseus, que tem como objetivo a promoção dos museus como espaço de conhecimento e resgate da memória cultural e artísticas dos nossos países. O outro visa apoiar a implantação de Bancos de Leite Humanos em diversos países íbero-americanos, com a finalidade de contribuir para a redução da mortalidade infantil. Temos também outros programas dentro da Segib que queremos a associação do Brasil, como o Iberorquestras (para a promoção de orquestras juvenis de países ibero-americanos) e o Ibercena (promoção do teatro como expressão de nossa cultura nos países ibero-americanos).

Desafios — Como surgiu esse plano de expansão da Segib?

Espinosa – Há três anos, o Secretário-Geral da Segib, Enrique Iglesias, tinha a intenção de ter representações no exterior. Essas representações deveriam ser mínimas, para não pressionarem o orçamento da Sede. Na minha função de Diretor do Escritório, todas as semanas tenho contatos com as autoridades brasileiras e as informo sobre o que a Segib está fazendo. Após esses contatos, transmito para o Secretario Geral todas as preocupações do Governo brasileiro sobre cada um dos temas da agenda. Isso garante um contato estreito entre o secretario geral e os governos dos países membros.

Desafios — Quais parcerias a Segib pretende fazer com o **Ipea** em 2009?

Espinosa – O primeiro acordo de cooperação que a Segib assinou no Brasil foi com o **Ipea**. Com esta nova parceria, podemos desenvolver projetos em todas as áreas que forem de interesse mútuo, ou seja, não temos limite. Neste momento, já temos duas parcerias encaminhadas que é o seminário de inovação empresarial e o seminário de políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Também temos contato diário com todos os técnicos e autoridades do **Ipea**, já que nosso Escritório fica no mesmo prédio.

Metas para planejar o futuro

Ana Carolina Oliveira - de Brasília

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) iniciou o processo de estabelecimento de metas institucionais no âmbito do Ciclo de Planejamento Estratégico 2009 (CPE/2009). O trabalho inclui diretrizes para o ano, com prioridade ao estabelecimento de metas que visem ao fortalecimento do órgão e ao reconhecimento da instituição como referência nas áreas de pesquisa e gestão

O período de duração do CPE/2009 é de um ano – 4 de maio de 2009 a 3 de maio de 2010 – e estará voltado para o cumprimento da missão do **Ipea**: as metas deverão ser relacionadas à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas e o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

De acordo com o técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Administração e Finanças (Diraf), Fábio Ferreira Batista, o projeto que instituiu o Ciclo de Planejamento Estratégico - 2009 começou a ser discutido na diretoria colegiada no ano passado. Após a edição da Lei 11.890 em 24 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Cargos do **Ipea**, o tema se tornou obrigatório no órgão. Com o trabalho já em andamento, o CPE/2009 foi aprovado pela diretoria colegiada três meses depois da entrada da lei em vigor.

MAIOR CONTATO Segundo o técnico da Diraf, a ideia de estabelecer um programa de metas é uma preocupação da diretoria colegiada do órgão. "A proposta de transformar o **Ipea** em uma instituição com foco em resultados já era algo que tínhamos em mente", afirmou Batista. Ele disse ainda que ao constituir metas, o instituto dará maior visibilidade ao seu trabalho e terá um maior contato com a sociedade, já que qualquer pessoa poderá acessar pela Internet as informações sobre as metas da instituição. "O CPE/2009 é importante porque, com as metas, o **Ipea** assume responsabilidades perante a sociedade", afirmou.

As metas serão elaboradas por servidores de cada uma das unidades do órgão e cada dirigente será responsável por aprová-las, acompanhar sua execução e validar os resultados. Os técnicos que produzirem sugestões de metas deverão fazer de acordo com os direcionadores estratégicos da instituição, que apresentam cinco desafios a serem seguidos.

Entre eles, está a formulação de estratégias de desenvolvimento nacional em diálogo com atores sociais; fortalecimento da integração institucional do **Ipea** no governo federal; transformar o órgão em um

indutor da Gestão Pública do Conhecimento sobre o Desenvolvimento; ampliar a participação no debate internacional sobre desenvolvimento; e promover o fortalecimento institucional.

A Diraf já começou a trabalhar na elaboração das metas e entre as propostas apresentadas estão a implantação do CPE/2009 e do Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicações; aprimoramento da gestão dos recursos vinculados ao Sistema de Apoio à Pesquisa (SAP); elaboração do novo modelo de gestão de pessoas do **Ipea**; elaboração da proposta de estratégia e de práticas de Gestão do Conhecimento; e da ampliação da capacidade de comunicação de dados entre as redes do **Ipea** e a internet, além de permitir aos técnicos maior produtividade na execução de suas atividades.

O secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Marcelo Viana, acredita que um plano que tem como objetivo o estabelecimento de metas para a instituição pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas para o Brasil. "É saudável que o **Ipea** esteja preocupado em desenvolver mecanismos de avaliação e desempenho e assim chegar a resultados que aprimorem as políticas públicas", afirmou.

Segundo Marcelo Viana, todos os órgãos públicos precisam ter um sistema de avaliação com foco em resultados para o benefício da sociedade. "A avaliação institucional precisa nos fornecer um indicador da qualidade da ação da instituição e de seus resultados", afirmou. O secretário disse ainda que todos os projetos já realizados por órgãos públicos nesta direção foram apenas para cumprir uma formalidade. "Tudo o que foi feito no passado pode ser considerado ritual burocrático. O desafio agora é fazer diferente e isso é muito difícil", declarou.

Para chegar a um projeto inovador, Marcelo Viana disse que o Ministério do Planejamento estuda a criação de um projeto de lei para aperfeiçoar o desempenho das instituições públicas federais, para a obtenção de resultados. A proposta feita pela Secretaria de Gestão do ministério regulamenta os artigos 37 e 39 da Constituição, relativos a contratos de desempenho e ao aproveitamento das economias geradas com despesas correntes.

A proposta visa a formalizar o compromisso de unidades da administração pública direta ou indireta com órgãos supervisores relacionados ao cumprimento de metas de desempenho. Por esse mecanismo, o foco é o aumento da eficácia. As metas fixadas devem ser compatíveis com as orientações de governo e as políticas públicas prioritárias. A ideia é promover a gestão por resultados na administração pública federal e garantir que os gestores prestem contas dos resultados obtidos com transparência. A proposta já passou por consulta pública e a partir dos resultados dela, haverá uma nova discussão no âmbito do Executivo para que seja enviado um projeto de lei ao Congresso Nacional.

O secretário disse ainda que a criação de metas institucionais pode melhorar os serviços públicos e esse é o maior benefício que a população receberá. "Com as metas, as instituições públicas terão que melhorar o seu desempenho", disse. Para ele, a avaliação de desempenho deve ser feita por quem recebe o serviço na ponta.

CRONOGRAMA O Ciclo de Planejamento Estratégico – 2009 do **Ipea** foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril. A partir desta data, os técnicos do instituto tiveram até 30 de abril para conceberem, formularem e cadastrarem suas sugestões de metas. Em até dois dias úteis após a sua aprovação, deverá ser publicado no Diário Oficial da União uma lista com todas elas.

Os diretores de cada unidade serão responsáveis por acompanhar e validar os resultados de cada uma das metas aprovadas. Sua execução começará logo após a publicação e se dará durante todo o ciclo de 2009. Entre os dias 16 de novembro e 16 de dezembro, haverá uma avaliação parcial de como está o processo de implementação de cada uma das metas propostas. Neste período devem ser feitas as retificações ou atualizações das metas institucionais. A apresentação definitiva dos produtos e serviços deve ser feita até 16 de abril de 2010, sendo que a avaliação final e a aprovação dela se dará em 30 de maio de 2010.

INFRAESTRUTURA Para a implantação das metas, o **Ipea** já dispõe de software que permite o cadastramento e acompanhamento de sua execução, com emissão de relatórios gerenciais. Além disso, o **Ipea** realizou a atualização de todo o parque tecnológico da instituição por meio da aquisição de novos equipamentos e da modernização de sua infraestrutura de rede.

Os gastos do instituto com tecnologia foram uma das prioridades nos últimos dois anos. Em 2008, foram destinados para esta área R$ 7,2 milhões, sendo integralmente executados. Para 2009, a expectativa é de que a área receba R$ 5,5 milhões, entre despesas de custeio e investimento, para que haja o pleno atendimento de suas demandas e cumprimento das metas estabelecidas no Ciclo de Planejamento Estratégico - 2009. Porém, ainda há o risco de contingenciamento.

Entre 2007 e 2009, o **Ipea** comprou 535 novos computadores. Até o fim do primeiro semestre deste ano o órgão deve adquirir mais 200 novas máquinas, sendo que as antigas estações de trabalho serão doadas para programas de inclusão digital. Com isso, alcançaremos em 2009 um índice de 0% de obsolescência do parque de estações de trabalho.

A quantidade de *notebooks de última geração* também aumentou: de dez em 2007 para 40 em 2009. Até meados deste ano, o instituto deverá adquirir mais 20 *unidades*. Para que esses dispositivos possam ter acesso à Internet de qualquer lugar, será objeto de processo licitatório a compra de placas de banda larga 3G e também *smartphones*, que permitirão o acesso aos serviços de Internet e da intranet do **Ipea**. Atualmente o instituto possui somente dez acessos móveis e a meta é triplicar este número. Durante estes dois anos também houve expressivo aumento da capacidade de armazenamento de dados (de 5 terabytes em 2007 para 75tb em 2009), ampliação dos servidores de rede (de 18 em 2007 para 38 em 2009), renovação de toda a infraestrutura que permite o acesso dos computadores aos recursos comparti-

Josemar Gonçalves

Pioneirismo: Tribunal de Contas foi um dos primeiros órgãos a adotar a modernização

lhados e acréscimo de 20% do número de pontos de rede.

Além disso, houve ampliação de 160% da capacidade de vazão de tráfego que provê acesso à Internet. Segundo o coordenador geral de Modernização e Tecnologia da Informação do **Ipea**, Edvaldo Noleto, todas as ações realizadas na área de tecnologia do órgão visam a garantir melhores condições de trabalho aos seus técnicos de modo a possibilitar atingir as metas institucionais. "Estamos instituindo melhores práticas na área de tecnologia para termos como foco o alcance efetivo dos resultados", afirmou. "As metas começam a demandar um nível de qualidade enorme dos gestores. Isto como perspectiva de futuro é muito importante para elevar o nível de maturidade da gestão de tecnologia no **Ipea**", completou Noleto.

OUTROS CASOS A iniciativa não é uma novidade entre os órgãos públicos. A Secretaria do Tesouro Nacional, a Advocacia Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) já fizeram programas semelhantes a esse. Em todas as instituições, o principal foco está voltado para a obtenção de resultados para atender melhor a sociedade.

O TCU é um dos órgãos que adota esta prática há mais tempo, desde 1999. O planejamento estratégico deles é feito a cada cinco anos e revisado anualmente. Além disso, há uma revisão do plano anual nas unidades regionais da instituição para que as metas sejam adequadas à necessidade de cada uma das unidades.

Segundo o secretário de Planejamento e Gestão do TCU, Cláudio Sarian, o órgão percebeu a necessidade de levar resultados a sociedade. "Há cerca de dez anos percebemos que era preciso estudar os rumos e as diretrizes que a instituição deve seguir. A necessidade vem da exigência de se mostrar e alcançar resultados que reflitam a missão da instituição", afirmou.

De acordo com Sarian, o TCU deu início a esse projeto, após fazer um estudo das fraquezas e pontos fortes da instituição. Com isso, foi feito um plano com metas para acabar com as fraquezas e aumentar o número de pontos positivos. "O plano nos auxiliou a descobrir um caminho seguro para encontrar bons resultados", disse o secretário do TCU. "Com o plano, temos uma prestação de serviço público de maior qualidade, além da capacidade de demonstrar resultados da atuação institucional de forma concreta", completou.

Sarian apontou quais as principais dificuldades na hora de se traçar as metas, que segundo ele, é conseguir a integração entre todas as unidades da instituição. Outro ponto: "Não se define um plano com metas facilmente alcançáveis, é preciso ser inovador e para isso é preciso um comprometimento de cada unidade do órgão", declarou. Para o secretário, ao fazer um planejamento estratégico é preciso ter cuidado com sua implantação. "A implementação é difícil, mas é preciso fazer corretamente. O cuidado não está só na elaboração, mas em sua implantação."

Ouvidoria rima com democracia

Ana Carolina Oliveira - de Brasília

A Ouvidoria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) faz aniversário em maio. Com cinco anos de existência, algumas novidades começarão a ser implantadas pelo setor este ano, com o objetivo de melhorar o atendimento às pessoas que utilizam este serviço. Uma das novidades é a publicação intitulada *Ouvidoria do* ***Ipea*** *- 5 anos*. Trata-se de relatório da atuação do setor entre 2004 e 2009. O livro estará disponível no site do instituto. Todos os servidores do órgão e os demais ouvidores da Administração Pública Federal irão receber o documento impresso. Além disso, também está previsto para a primeira quinzena de maio o lançamento do relatório final da pesquisa de satisfação realizada em 2008. Nela estão incluídos dados como o número de questionários de avaliação, o nível de satisfação com referência à qualidade dos serviços prestados e a satisfação quanto ao tempo de atendimento.

Criada em 2004, a ouvidoria tem como objetivo ser a ligação entre o **Ipea** e o cidadão. O setor funciona como um canal condutor de opiniões, denúncias e reclamações. Os dirigentes e servidores devem atender a todos os pedidos de informação ou requisições formuladas em até dez dias úteis, prorrogáveis por mais cinco.

ORIGENS O ouvidor do **Ipea** é o funcionário de carreira Antônio Semeraro Rito Cardo-

so. Ele está na instituição desde 1976, como técnico de Planejamento e Pesquisa e está em seu terceiro mandato. Antônio Rito também participou da criação da ouvidoria do **Ipea** e atuou como primeiro ouvidor, entre 2004 e 2006. Foi substituído por Luiz Cezar Loureiro de Azeredo. "Em setembro de 2008 o presidente do **Ipea,** Marcio Pochmann, me convidou para voltar. Hoje estou vinculado à presidência", disse.

Para Antônio Rito, a existência de um setor como este dentro de uma organização pública é importante para o exercício da democracia. "A Ouvidoria é um exercício de cidadania, é um canal pelo qual os cidadãos podem se manifestar. É o exercício da democracia participativa", afirmou.

"A Ouvidoria tem que trilhar o caminho da efetividade, mas a existência ou a criação de novas ouvidorias significa consolidarmos o processo de construção da democracia, significa contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária", declarou o ouvidor do **Ipea**.

A Ouvidoria do **Ipea** recebe uma média mensal de 35 manifestações. De janeiro a março deste ano, o número de atendimentos chegou a 105, sendo que 30% deles foram relacionados ao concurso público realizado pela instituição. Os assuntos atendidos estão distribuídos em 15 categorias diferentes, que vão desde questões administrativas e funcionais até pedidos de informação sobre os trabalhos e publicações do órgão.

Os que procuram a Ouvidoria têm relação direta com o **Ipea**, ou utilizam as pesquisas em estudos e trabalhos. O perfil é formado por servidores, pensionistas, aposentados, estudantes, pesquisadores, fornecedores de serviços, professores, instituições públicas e privadas, universidades e escolas.

O trabalho de Antônio Rito envolve três dimensões: o atendimento das manifestações recebidas, a gestão da Ouvidoria e a divulgação das atividades. O principal é atender as manifestações e acionar a rede de servidores do **Ipea**, por meio da presidência, diretorias e Procuradoria Jurídica. Segundo ele, muitas vezes esse atendimento é feito pelo próprio ouvidor.

Gustavo Granado/Ascom Ipea

Antônio Rito: A Ouvidoria é um canal pelo qual os cidadãos podem se manifestar

OGU foi criada em 2003 e setor cresceu 265%

A ouvidoria do **Ipea** faz parte de um sistema integrado de ouvidorias coordenado pela Ouvidoria Geral da União (OGU). A OGU é responsável por receber, examinar e encaminhar reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Tem o papel de mediadora entre o cidadão, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A Ouvidoria Geral também tem a competência de coordenar tecnicamente o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

O órgão é ligado à Controladoria Geral da União (CGU) e foi criado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de fortalecer o contato entre o cidadão e a administração pública federal. Desde a criação da OGU o número de ouvidorias teve um crescimento de 265%. Passou de 40 unidades em 2003 para 148 em 2008.

MENOS ERROS Para a Ouvidora Geral da União, Eliana Pinto, o crescimento das ouvidorias pelo país é importante para que a sociedade possa ter um canal de informações e reclamações do serviço público. "A ouvidoria pública representa o fortalecimento da democracia", afirma. Quando um cidadão se manifesta e alerta sobre a inadequação na prestação de um serviço público, a administração 'conserta o erro' e, principalmente, 'a causa do erro'. Com isso, toda a sociedade e a própria administração são beneficiadas".

A OGU recebeu no ano passado cerca de 2 milhões de manifestações, entre todas as ouvidorias dos órgãos públicos federais. Algumas ouvidorias chegam a receber uma média mensal de 30 mil manifestações. As mais procuradas são as dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Ipea lança nova publicação

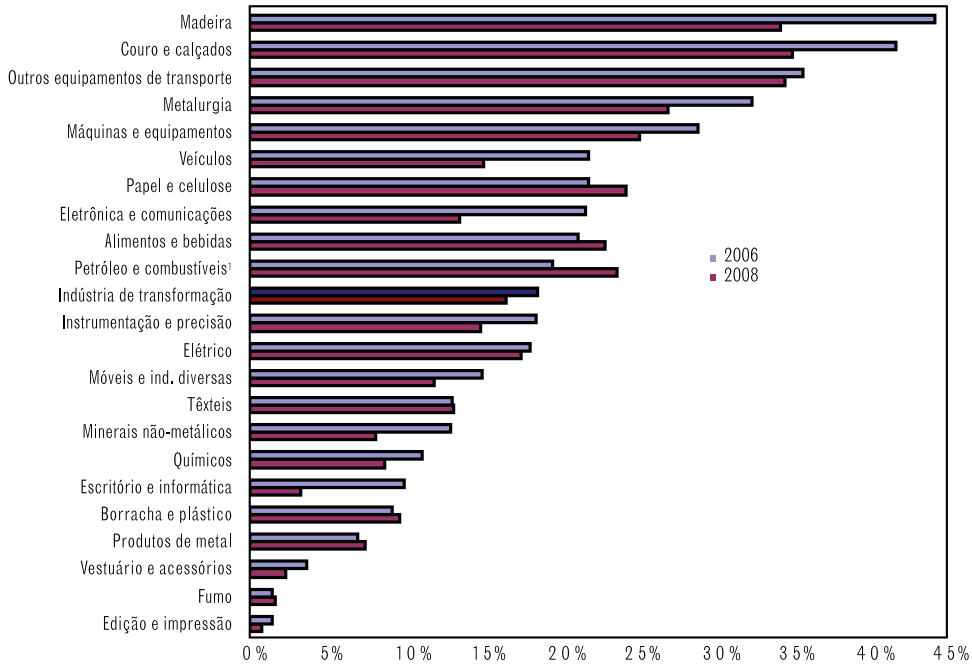
Ana Carolina Oliveira - de Brasília

Radar: Produção, Tecnologia e Comércio Exterior se propõe a analisar aspectos relevantes para o desenvolvimento brasileiro

Gustavo Granata/Ascom Ipea

Wohlers no lançamento do novo indicador: setor de máquinas e equipamentos teve desempenho agravado por falta de investimentos

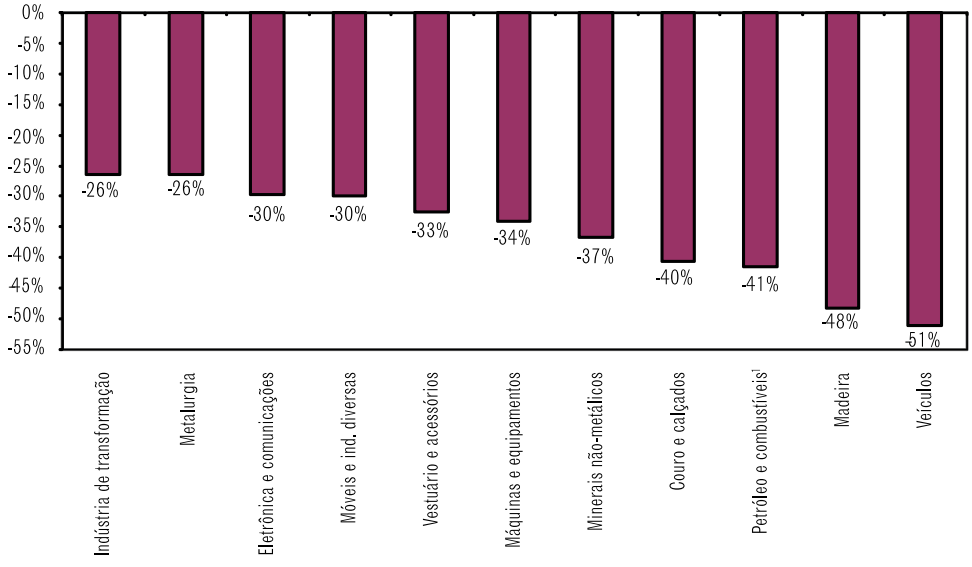
Coeficientes de exportação na indústria de transformação brasileira – 2006 e 2008



A produção industrial brasileira cresceu nos primeiros meses do ano, mas no mesmo período as exportações declinaram e isso pode provocar uma redução de 4,5% na produção de manufaturados. Para que a produção industrial do País retome os índices de 2008, o governo precisará criar estímulos que levem a demanda interna a crescer a um patamar de pelo menos 4,4% em relação ao ano passado. Esses números fazem parte do boletim *Radar: Produção, Tecnologia e Comércio Exterior*, novo periódico de análise econômica e da qualidade do desenvolvimento produzido pela Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). De acordo com o *Radar*, os setores que sofreram maior retração de vendas para o exterior foram o de veículos (-51%), madeira (-48%), petróleo e combustíveis (-41%), couro e calçados (-40%) e máquinas e equipamentos (-34%).

DEMANDA A transmissão da crise internacional para a economia brasileira está relacionada entre outros fatores com uma redução na demanda internacional. O diretor de Estudos Setoriais do **Ipea**, Márcio Wohlers, acredita que essa redução pode ser compensada com a demanda interna. "Boa parte do que é produzido no Brasil tem como destino a exportação. A partir do momento que a demanda externa diminui, seja em consequência da crise financeira internacional ou mesmo da volatilidade cambial, parte dessa produção pode ficar comprometida, causando reflexos indesejados na economia brasileira", explicou.

Redução nas exportações, por setor de atividade econômica, no primeiro trimestre de 2009 – Em comparação com o mesmo período de 2008



Segundo o *Radar*, o setor de máquinas e equipamentos tem seu desempenho agravado pelo fato de que os investimentos também estão declinando e, portanto, a pressão para reduzir a produção ocorre pela diminuição tanto da demanda externa quanto da demanda doméstica.

De acordo com Wohlers, o governo trabalha com uma expectativa de queda menor das exportações. Esta redução, acrescenta, deve ser menor nos próximos meses, uma vez que o primeiro trimestre de 2009 foi contaminado pelos números atípicos de janeiro e fevereiro. "Caso essa queda das exportações fique em 20%, como projeta o governo, a retração seria de 3,9%", disse. "No entanto, o mais importante é frisar que, mesmo sendo 3,9% ou 4,4%, este é um número que tem perfeitas condições de ser contornado graças ao mercado interno brasileiro", explicou.

A assessora econômica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Joana Mostafa, também considera possível fazer o deslocamento para o mercado interno. Segundo ela, isto pode ser feito por causa dos programas sociais criados pelo governo e pelo Brasil ter o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Outros países estão em situação muito pior, porque programas sociais e um banco como o BNDES não são criados facilmente", justificou.

CONFIANÇA O economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Renato da Fonseca atribui a queda nas exportações à falta de confiança do mercado e dos consumidores. Para ele, isso poderá fazer com que os investimentos sejam reduzidos. Fonseca também disse que ainda precisam ser calculados os impactos indiretos na economia. "A princípio a previsão da CNI é que a queda deve ficar em torno de 4,5%, mas existem outros impactos na economia, que são os efeitos indiretos que ainda devem ser calculados. Assim que isso for feito, é possível que esse número aumente", ponderou.

Para que o Brasil possa ter uma retomada após a crise, as pesquisas em inovação tecnológica podem ser uma das soluções. Esse é um consenso, tanto no corpo técnico do **Ipea**, para os representantes das indústrias e de outros setores do governo. Todos acreditam que investimentos neste setor serão importantes que o País consiga sair da crise com maior facilidade.

Segundo Márcio Wohlers, o governo precisa começar a tomar medidas neste sentido e evitar que sejam feitos mais cortes no orçamento do ministério de Ciência e Tecnologia. "A crise vai exigir que empresas e governo se reorganizem. É preciso que o governo não faça mais cortes no orçamento para ciência e tecnologia", afirmou.

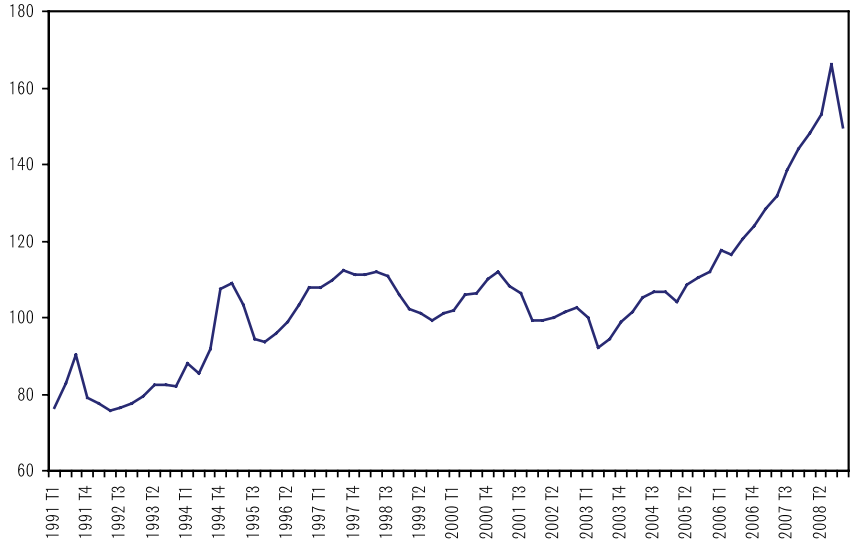
QUALIFICAÇÃO O diretor do **Ipea** disse ainda que, neste momento de crise, as empresas não podem demitir pessoas ligadas às áreas de pesquisa. Ele citou o caso da Embraer que, ao dispensar engenheiros e pesquisadores, corre o risco de ver este pessoal qualificado ser contratado por empresas concorrentes. "É fundamental que as empresas mantenham os seus núcleos de pesquisa", argumentou.

Outros setores do governo e representantes das indústrias concordam com Wohlers. Para Renato da Fonseca, o principal problema que o Brasil irá passar é como se estruturar após o fim da crise e para isso, serão necessários investimentos em novas tecnologias. "O tombo foi muito grande. Nós vamos ter um problema sério de retomada. O foco agora tem que ser a inovação e o uso de tecnologias limpas", declarou.

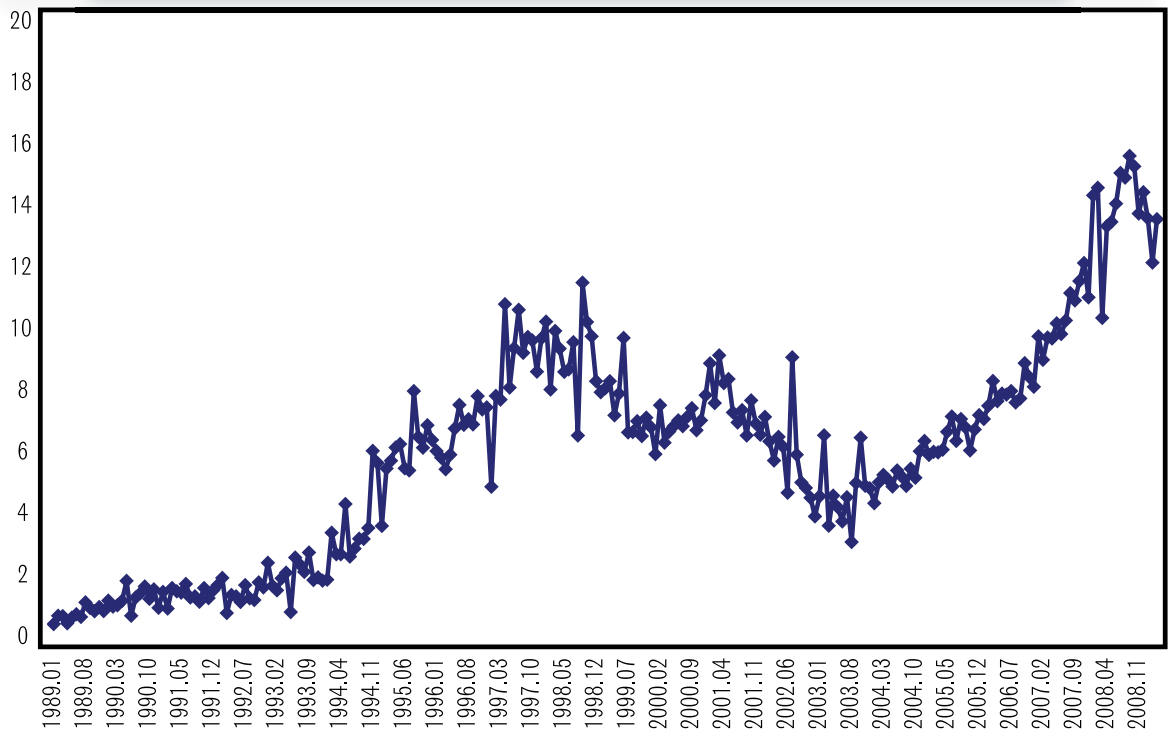
Fonseca disse ainda que, o governo precisa mudar algumas regras neste sentido para que as empresas possam começar a pensar em soluções tecnológicas. "É necessário primeiramente resolver problemas de regulamentação", salientou. Segundo ele, outros países já adotam medidas como estas. Ele citou o caso de empresas britânicas, que já estão com projetos de pesquisa em suas empresas.

Segundo Joana Mostafa, o governo estuda medidas para que o Brasil saia da crise com mais facilidade. "A ideia é se estruturar para sair da crise mais competitivo. É preciso rearranjar para conseguir sair estruturado da crise", assegurou.

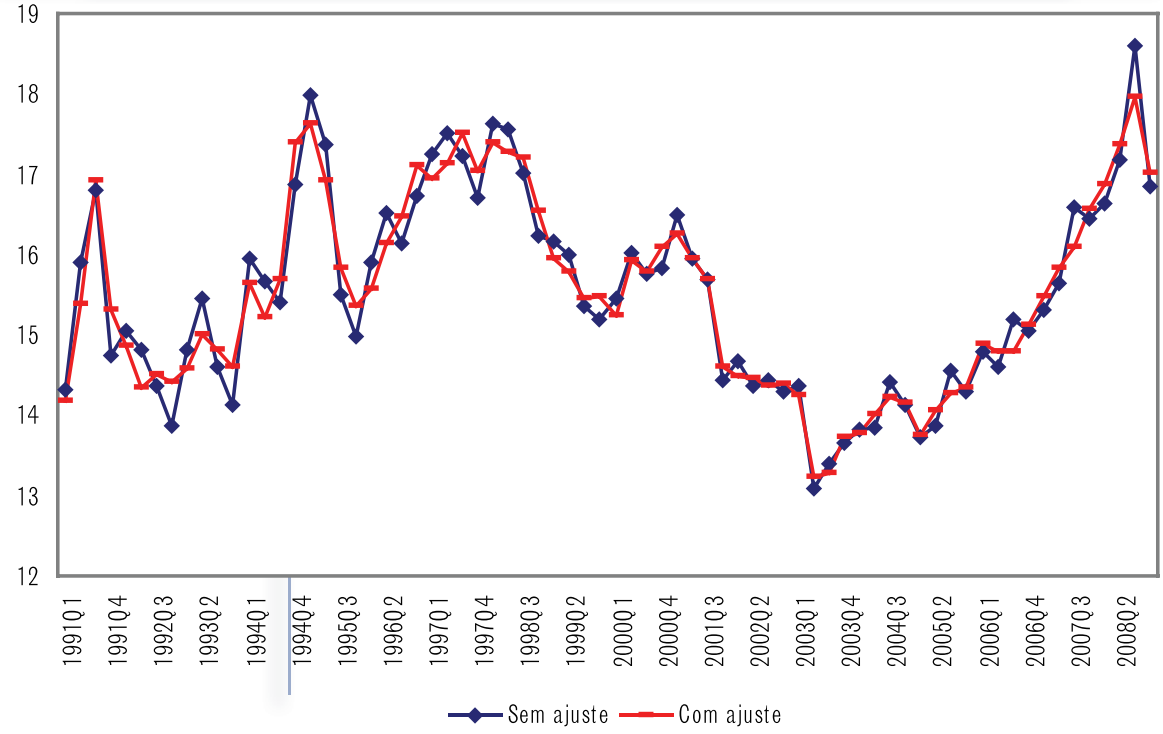
Formação Bruta de Capital Fixo – Com ajuste sazonal – média 1995=100



Importações de bens de capital – Deflacionadas e com ajuste sazonal



Participação do investimento no PIB



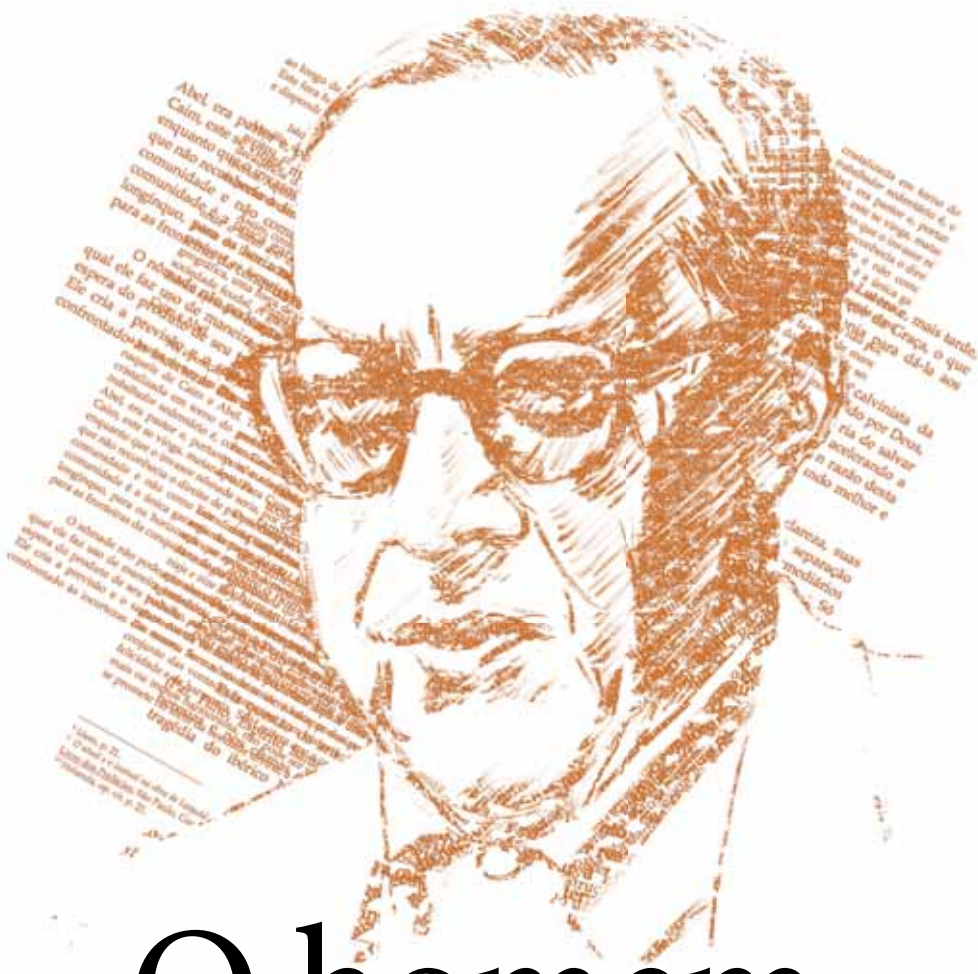
Estabilidade, sustentabilidade, oportunidades.

Confiar no Brasil é um excelente investimento.

Um país continental, com a 10ª maior economia do mundo, matrizes energéticas renováveis e limpas, agronegócio que abastece de alimentos boa parte do planeta, gigantesco mercado consumidor que só faz aumentar com os avanços sociais, democracia estável, equilíbrio fiscal e econômico, grandes recursos naturais e tecnológicos. Esse é o Brasil. Um país que se fez novo e forte para enfrentar os desafios de uma economia globalizada. Um país que se baseia em estabilidade, sustentabilidade e inovações para gerar oportunidades. E investir num país assim traz excelentes resultados. Pode confiar.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Sérgio Buarque de Holanda



O homem que explicou o Brasil

Pedro Henrique Barreto - de Brasília

O intelectual Sérgio Buarque de Holanda deixou um legado importante que ajudou a desvendar a alma do povo brasileiro.

Em 1936, o Brasil ganhava uma de suas mais incisivas análises sobre a formação da identidade nacional. Reconhecido por seu valor não apenas científico, mas também literário, *Raízes do Brasil* buscou as origens da estrutura colonial brasileira e deixou um importante legado a respeito da construção social e cultural de nosso País. O ensaio é de um dos mais aclamados historiadores do século 20: Sérgio Buarque de Holanda. Paulista, nascido em 1902, o intelectual teve por toda sua vida intensa atividade acadêmica e jornalística. Colaborou com diversos órgãos da imprensa brasileira e estrangeira e acabou se tornando referência para estudos de sociologia e política.

O primeiro passo na vida universitária foi dado em 1921, quando se matriculou em Direito na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na época, nascia a grande amizade com outro estudante: Prudente de Morais Neto, parente do terceiro presidente da República, Prudente de Morais. Neto viria a ser presidente da Associação Brasileira de Imprensa e, além do jornalismo, dedicou-se também à poesia e à política. Participou da fundação da Liga Nacionalista, em 1917, do Partido Democrático e da União Democrática Brasileira, em 1937. Companheiros de conversa e debates, ele e Holanda criariam ainda na década de 20 a revista *Estética*, que tinha o objetivo de apoiar o movimento modernista que começava a ganhar força no País.

No Rio de Janeiro, Sérgio Buarque de Holanda se desdobrava entre entrevistas, *leads* e *deadlines*. Foi colunista do *Jornal do Brasil* e escrevia para *O Jornal*, *Rio-Jornal*, *A Idéia Ilustrada* e a agência *United Press International (UPI)*. Chegou também a dirigir o jornal *O Progresso*, no Espírito Santo. Em 1929, foi morar em Berlim, na Alemanha, como correspondente dos *Diários Associados*. A experiência proporcionou contato com as obras de renomados estudiosos, como Max Weber e Thomas Mann.

RUAS E BARES "Paralela à vida de estudante e jornalista, Sérgio levava uma movimentada vida de rua e de bares (...) com Manuel Bandeira, Oswaldo Costa, Dodô Barroso do Amaral, Di Cavalcanti, Jaime Ovale, Aporelly (Aparício Torelli, barão de Itararé), Graça Aranha e, mais raramente, e precursora entre o elemento feminino, Germaninha Bittencourt, festejada por todo o grupo. Assunto nunca faltava. Era política, arte, literatura, acontecimentos mundiais e acontecimentos particulares na vida dos próprios", conta Maria Amélia Buarque de Holanda, com quem o historiador casou-se em 1936. Tiveram sete filhos, entre os quais a cantora Miúcha e o compositor Chico Buarque de Holanda.

> ***"Era um sujeito ousado, que escrevia sem se comprometer com os desdobramentos, um verdadeiro aventureiro de espírito"***
>
> **Leandro Konder,**
> doutor em Filosofia pela UFRJ e professor da PUC-RJ

O compositor, por sinal, tem a seguinte memória do pai: "Ele nunca contava para os filhos o que estava escrevendo. Preferia falar sobre o que estava lendo. Poderia ser Tolstoi ou Luluzinha. Às vezes, recordava o que tinha lido tempos atrás. Quando autografava livros de sua autoria para os netos, sempre comentava: "Não leiam, esse livro é muito chato. Ele era assim."

De volta ao Brasil, nos anos 1930, Sérgio Buarque de Holanda continuou com o jornalismo. Publicou na revista *Espelho*, em 1935, um longo estudo: *Corpo e Alma do Brasil*, que foi a base para seu primeiro e mais conhecido livro, *Raízes do Brasil*, qual mais tarde seria editado em italiano, espanhol, alemão, francês e japonês. Depois viriam outros livros, como *Cobra de vidro* (1944), *Monções* (1945), *Caminhos e fronteiras* (1957), *Visão do paraíso* (1958).

"Era um sujeito ousado, que escrevia sem se comprometer com os desdobramentos, um verdadeiro aventureiro de espírito", avalia Leandro Konder, doutor em Filosofia pela UFRJ e hoje professor pela PUC do Rio de Janeiro, que já publicou artigos sobre Sérgio Buarque de Holanda. "*Raízes* traz uma visão diferente do que já se conhecia sobre o homem brasileiro e sua excelência está na mistura das veias de sociologia e antropologia como reflexão de nós mesmos", diz.

POLÍTICA Nos anos 1940, Sérgio Buarque de Holanda assumiu o cargo de diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e tornou-se o presidente da seção do então Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores. Em 1947, filiou-se ao Partido Socialista e passou a lecionar História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política. Também foi um dos fundadores da Esquerda Democrática e, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Nos anos 1950, fixou residência na Itália, como professor convidado pela Universidade de Roma. Paralelamente, escrevia para o jornal *Folha de S. Paulo*. De volta ao Brasil, passou a lecionar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), eleito em 1962.

Recebeu diversas homenagens, como o prêmio Edgard Cavalheiro, do Instituto Nacional do Livro, e os prêmios Juca Pato, da União Brasileira de Escritores, e Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro. Desde 1983, a Unicamp abriga o Acervo Sérgio Buarque de Holanda, composto por livros, documentos, móveis e objetos. Sérgio Buarque de Holanda faleceu em São Paulo, em 1982.

Babaçu: O tesouro do Maranhão

Pedro Henrique Barreto – de Brasília

Por meio de cooperativa, famílias de baixa renda conseguem sobreviver com dignidade e recebem prêmio da Caixa Econômica Federal

Verena Glass/Repórter Brasil

Na estética, cremes, sabonetes, xampus. Para limpeza, detergentes. Quando o assunto é decoração e moda, artesanatos, brincos, pulseiras. Na cozinha, farinha, azeite, leite, temperos. Muita gente desconhece, mas tudo isso pode ser extraído de um único produto, abundante em regiões do Nordeste brasileiro: o babaçu.

No Maranhão, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado (Assema) percebeu o potencial e iniciou um grande processo de organização entre as famílias da região do Médio Mearim. Em 2002, foi criada a "Embaixada Babaçu Livre", com o objetivo de estimular e prestar assistência aos pequenos produtores do Estado.

A iniciativa baseou-se na formação de sistemas cooperativistas por oito municípios. Um dos projetos, "Babaçu é Vida", de Itapecuru Mirim, foi um dos vencedores do Prêmio Caixa – Melhores Práticas em Gestão Local 2007/2008. "A embaixada acabou sendo fechada no ano passado por falta de recursos financeiros, mas apenas fisicamente. Todo o trabalho entre famílias e associações continua. A idéia é termos uma comercialização cada vez mais organizada, que não dependa de atravessadores. Temos obtido grandes avanços", conta o presidente da Assema, João Pereira de Souza.

Fotos: Verena Glass/Repórter Brasil

Integrantes de cooperativa trabalham na quebra do coco babaçu

MOEDA Ele explica que o babaçu funciona na região como uma moeda. Há pequenas cantinas em cada comunidade na qual se pode trocar o coco, de onde o babaçu é extraído, por mercadorias como café, açúcar, óleo, calçados, materiais elétricos. As famílias que não querem trocar, vendem o coco. O extrativismo da palmeira de babaçu é hoje a terceira maior força produtiva do Maranhão, atrás da pecuária e da agricultura.

Três grupos do Médio Mearim têm sido os responsáveis por liderar uma rede de 4 mil famílias nessa cadeia produtiva. Em Lago do Junco, estão as cooperativas dos pequenos produtores agroextrativistas (Coppalj); em Esperantinópolis, a Coppaesp; e em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Juntas, coordenam uma produção média de 1,5 mil toneladas de amêndoas de babaçu por ano, que tem sido fundamental na valorização do trabalho familiar e garantia de renda no campo maranhense.

A sede da embaixada fechou as portas, mas a bandeira "Babaçu Livre" segue sendo o lema do trabalho diário na região. Diversas organizações estão se fortalecendo a partir desse tipo de produção alternativa, como o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Hoje, é também um espaço para discussões políticas e de valorização à mulher em todo o Nordeste brasileiro.

A partir do coco, as famílias produzem óleo vegetal, sabonete, carvão vegetal, farinha de babaçu. Produzem também produtos orgânicos, como arroz, milho e feijão. Além disso, o lenho é usado como esteio para construção de casas e as folhas da planta como cobertura e material para confecção de portas e janelas, bastante resistentes às chuvas.

"A embaixada acabou sendo fechada no ano passado por falta de recursos financeiros, mas apenas fisicamente. Todo o trabalho entre famílias e associações continua. Temos obtido grandes avanços"

João Pereira de Souza,
presidente da Assema

As cooperativas, com assessoria da Assema, também têm contrato com a Conab: parte do produto é distribuída na merenda das escolas da região, já há três anos.

A qualidade do babaçu acabou chamando a atenção de outros países. As

Maranhão tem cerca de 10 milhões de hectares de palmeira de babaçu

cooperativas de Lago do Junco, por exemplo, exportam o produto há mais de dez anos, uma média de 60 toneladas anuais. Os compradores são empresas de cosméticos dos Estados Unidos, Inglaterra e, mais recentemente, Itália e Alemanha. Para os próximos anos, já há contratos fechados com esses países. A americana Body Shop, uma das maiores empresas de cosméticos do mundo, é uma das que adquirem regularmente o babaçu da região.

O diretor financeiro da Assema, Raimundo Ermino, conta que a associação vem participando de feiras internacionais nos últimos anos e dando visibilidade ao "tesouro" das famílias maranhenses. "As exportações vem crescendo e temos a perspectiva de novos compradores na Europa. É de extrema importância porque valoriza o esforço das comunidades rurais e estimula a produção do babaçu aqui na região", diz. Em 2008, 58% da produção total das cooperativas coordenadas pela Assema foram para exportação. Em 2009, a meta é chegar a 60%.

Ermino explica que o próximo passo da Assema é recuperar a embaixada e criar redes de comercialização e apoio à produção que se estendam a outras regiões do Maranhão. "Batalhamos desde a década de 1990 para conseguir um preço justo para o babaçu. Nossa grande missão é conseguir políticas públicas de proteção, que consigam manter as famílias na terra, incentivá-las e que também possam tornar os babaçuais pontos turísticos da região. Há desafios grandes, mas estamos prontos para superá-los e fazer com que essa cadeia de produção seja um modelo para todo o País", acrescenta.

Como funciona a cadeia do babaçu

No Maranhão, há cerca de 10 milhões de hectares de palmeira de babaçu. As comunidades rurais, ao quebrar o coco, ficam com a amêndoa. Ela é vendida às cooperativas, que possuem unidades de processamento para triturar o produto e extrair o óleo de babaçu. Isso é feito por meio de vaporização, com temperaturas que variam de 50^0 C a 60^0 C. O subproduto serve para a alimentação de animais. Em cada unidade de processamento, geralmente controladas por dois operários, 90 kg de óleo são processados por hora. Deste modo, 1 kg de óleo é obtido para cada 2 kg de amêndoa.

O babaçu é na verdade o mesocarpo do coco: a massa entre a primeira camada do coco in natura (fibra) e o endocarpo. Rico em amido, ele pertence à família das palmáceas e é encontrado em solos específicos em áreas de floresta semidecídua equatorial. As amêndoas são brancas, recobertas por uma película de cor castanha. Em geral, obtém-se três ou quatro amêndoas em cada fruto.

Sitio Tribess, em Pomerode, onde foi lançado o projeto Roteiros Nacionais de Imigração em 27 de agosto de 2007, com a presença do então ministro da Cultura Gilberto Gil

Uma herança a ser preservada

Pedro Henrique Barreto – de Brasília

As viagens de férias quase sempre são para o litoral de sol e praias. Mas quem decide reservar um tempo para conhecer o interior de Santa Catarina se surpreende. A diversidade cultural presenteada pelos imigrantes que se estabeleceram na região desde o século 19 é de encher os olhos. Arquitetura, música, culinária, festividades e costumes singulares desenham um Brasil ainda mais rico do que aquele imaginado pelos turistas que visitam o Estado.

Para preservar e valorizar essa herança cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional (Iphan) desenvolve ações em parceria com o governo federal e prefeituras municipais. Uma delas é o projeto "Roteiros Nacionais de Imigração". Ele reúne pesquisas, inventários e mapeamento de restauração e conservação, com o objetivo de abrir caminho para planos de gestão em áreas onde o processo migratório foi determinante para a formação da paisagem e da identidade cultural e histórica.

Santa Catarina foi o primeiro Estado escolhido para receber a iniciativa. Foi lançada em agosto de 2007, no município de Pomerode, com a assinatura de termo de cooperação técnica entre os ministérios da Cultura, do Turismo, do Desenvolvimento Agrário, Iphan, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC) e 16 prefeituras catarinenses. Maria Regina Weissheimer, técnica do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan é uma das coordenadoras do projeto e explica que o principal objetivo é viabilizar a sobrevivência deste legado cultural que nasceu com a chegada dos imigrantes.

"São igrejas, escolas, clubes, pequenas indústrias artesanais, além de hábitos e tradições que moldaram o arranjo social no Estado e que significam um testemunho importante da história do nosso País. Queremos tornar esse patrimônio conhecido e valorizado para as gerações futuras, a partir da cooperação entre instituições federais, estaduais e municipais", conta.

INVENTÁRIO "Roteiros" começou a ser idealizado há mais de duas décadas. Após as enchentes do Rio Itajaí em 1983 e 1984, o Iphan organizou um amplo estudo em diversas áreas de Santa Catarina. Foram inventariadas 1.143 edificações, com pesquisa bibliográfica, entrevistas com a população local, obras de restauro e levantamentos fotográficos. Iniciou-se um processo de tombamento deste patrimônio, com a elaboração de um dossiê com dois volumes de 340 páginas cada.

Interior da casa Bez Fontana,em Urussanga, Sul de SC, de descendentes de italianos.

Já foram tombadas 45 edificações, um núcleo urbano e um núcleo rural representativos da imigração alemã, italiana, polonesa e ucraniana. Outras 14 edificações estão em processo de tombamento. O trabalho pode, inclusive, receber a chancela do Patrimônio Mundial da Unesco. A cada 10 anos, a lista é revista. Para 2009, entre as paisagens culturais indicadas pelo Iphan, estão cartões postais do interior catarinense com grande influência arquitetônica europeia.

TURISMO Uma das ideias que devem ser incorporadas ao projeto é o desenvolvimento de rotas turísticas capazes de dinamizar a economia dos municípios envolvidos no "Roteiros Nacionais de Imigração". Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Sebrae/SC deram a largada em um plano, no valor de R$ 800 mil, que buscará estruturar o turismo produtivo em nove municípios do Vale do Itajaí. O objetivo é preservar não só o patrimônio cultural local, mas também a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades baseadas na produção familiar.

Maria Regina Weissheimer explica que serão organizados canais para estruturar a comercialização dos produtos desses minifúndios, a partir da certificação e escoamento da produção. "Santa Catarina tem hoje apelo turístico muito grande no litoral, mas há um potencial enorme para ser aproveitado no interior também. Vamos buscar escolas, hotéis, pousadas, restaurantes, tudo para fomentar projetos de gestão cada vez mais integrados, que possam agir pela preservação dessas nossas paisagens culturais", afirma.

Outros Estados devem receber o projeto em breve. São Paulo concluiu em 2008 um inventário sobre a imigração japonesa no Vale do Ribeira. No Paraná, o Iphan realiza trabalho semelhante sobre a imigração polonesa e ucraniana. "É uma reflexão sobre 'quem somos', que nos mostra a importância de valorizar a pluralidade, a mistura de povos e de cultura que ajudou a construir o nosso País", assinala a técnica.

Santa Catarina e a influência de quem veio de fora

A colonização europeia que ganhou força no século 19 foi preponderante para a multiculturalidade que hoje é uma das principais características de Santa Catarina. O clima subtropical ajudou. Portugueses, italianos, alemães, espanhóis, poloneses, e mesmo japoneses, chineses e árabes trouxeram costumes e tradições que até hoje se mantém vivos no dia-a-dia catarinense.

O surgimento de algumas das principais cidades do Estado tem origem na fixação de um grande contingente de imigrantes que povoaram a região, que também significou o nascimento de um novo modelo de produção nessa época colonial: as pequenas propriedades rurais familiares. Mais tarde, elas seriam a base das transformações sociais, econômicas e culturais do Sul do Brasil.

Uma das presenças mais marcantes é a do imigrante alemão, especialmente nas regiões do Vale do Itajaí e no nordeste do Estado. Nessas áreas, a expressão da cultura germânica não encontra similar em nenhuma outra parte do mundo. Arquitetura, hábitos, culinária e língua alemãs iniciaram sua influência em diversas colônias: São Pedro, Blumenau, Dona Francisca, Hansa, São Bento do Sul, Itajahy-Brusque. Italianos e poloneses também tiveram destaque no sul e norte do Estado.

A arquitetura, aliás, é um capítulo à parte. Santa Catarina se deparou com soluções construtivas que se adaptaram às condições geográficas e climáticas, desde o formato das casas até detalhes como tijolos, esquadrias e pinturas. O cuidado do imigrante com seu lar e a estrutura familiar também foi uma das importantes heranças deixadas para as gerações futuras.

Projetando o século 21

Em *Desafios do desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do* ***Ipea*** (José Celso Cardoso Jr., organizador, Brasília, **Ipea**, 2009) produz-se rica e multifacetada reflexão sobre o estado atual, as perspectivas e os desafios do desenvolvimento brasileiro no século 21.

Assinam-na nomes respeitados: Rubens Ricupero, que examina a inserção internacional do País; João Paulo de Almeida Magalhães, que aborda a macroeconomia e o emprego; Carlos Lessa, que versa sobre infraestrutura e logística no Brasil; João Paulo dos Reis Velloso, que propõe uma visão moderna da sustentabilidade ambiental; Dércio Garcia Munhoz, que avalia os obstáculos ambientais e não ambientais ao desenvolvimento; Pedro Demo, que discute o desafio de gerar oportunidades; Wanderley Guilherme dos Santos, que se debruça sobre o tema Estado, instituições e democracia; Cândido Mendes, que analisa a questão do poder e do modelo político; Raphael de Almeida Magalhães, que vê o desenvolvimento econômico como escolha política, e não técnica.

Esses ensaios enquadram-se em esforço estruturado de planejamento estratégico desencadeado em 2007 pelo **Ipea**. Ele se desdobra em sete "eixos estruturantes" do desenvolvimento nacional: inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; infraestrutura econômica, social e urbana; estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; sustentabilidade ambiental; proteção social, direitos e oportunidades; e fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia. Revelando, portanto, visão do desenvolvimento como processo global: econômico, social, ambiental e político-institucional.

Ao solicitar esses estudos, o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann, buscou no Conselho de Orientação da entidade, órgão independente e de natureza consultiva, faróis, rumos, cursos de ação que pudessem iluminar, guiar, concretizar a louvável iniciativa de pensar prospectivamente o Brasil, assim contribuindo para futuro melhor para todos. Obteve como resposta textos capazes de referenciar e balizar a tarefa que o **Ipea** se propõe a realizar – num louvável retorno à missão institucional que marcou, há mais de 40 anos, sua fundação.

Rubens Ricupero, a despeito de reconhecer que a ideia de soberania está desgastada em tempos de globalização, postula para os governos nacionais a capacidade de formular suas políticas macroeconômicas a partir da definição dos objetivos do desenvolvimento. João Paulo dos Reis Velloso examina as grandes oportunidades abertas pela biodiversidade em todo o País, em especial na Amazônia, no contexto de aproveitamento produtivo ambientalmente responsável e tecnicamente inovador. João Paulo de Almeida Magalhães examina a questão do emprego a partir de estratégia de desenvolvimento que reduza a dependência das exportações de *commodities* e das grandes poten-

cialidades do mercado interno de gerar empregos em maior número e melhor qualificados. Em três importantes ensaios (de Wanderley Guilherme dos Santos, Cândido Mendes e Raphael de Almeida Magalhães), o livro envereda por temas pouco frequentados no passado pelo **Ipea**: os relativos ao Estado, às instituições, ao modelo político e à democracia.

Pena que os estudos de *Desafios do desenvolvimento brasileiro*, escritos em meados de 2008, não abordem os prováveis impactos sobre o País da crise global, que viria a agravar-se meses depois.

Esse fato, contudo, sobre privar o leitor de opiniões abalizadas a respeito da crise mundial, não desabona o livro, nem lhe retira os méritos. De um lado, a visão de longo prazo adotada por seus autores continuará contribuindo para novos modos de pensar o desenvolvimento e de aproveitar as oportunidades emergentes – mesmo que a crise comprometa, no curto e médio prazos, o crescimento da economia. De outro lado, o **Ipea** tem produzido importantes estudos que medem e avaliam os impactos da crise sobre o Brasil, suas regiões e Estados e reexaminam periodicamente as tendências do crescimento e do desenvolvimento nacionais.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque é membro do Conselho de Orientação do Ipea, tendo participado do livro *Desafios do desenvolvimento brasileiro* com o estudo "Proteção social e geração de oportunidades

Outros lançamentos

Além do livro resenhado, o Ipea está lançando uma coleção de três volumes voltada para o crescimento econômico.

O primeiro volume traz ideias de quatro autores para o debate sobre crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

O segundo reúne quatro artigos sobre produto potencial e investimento, duas variáveis macroeconômicas importantes para o crescimento econômico no longo prazo.

O terceiro volume é composto por quatro capítulos que refletem sobre os rumos do Brasil para o crescimento sustentável.

O livro oferece ideias de autores de diferentes escolas sobre o papel do Estado na economia.

Mais informações: livraria@ipea.gov.br

A bomba d'água e seu ralo

Em tempos de nova crise geral do assim chamado "sistema capitalista", é recomendável que, mais uma vez, se remeta à leitura daquela que é praticamente a bíblia da análise do capitalismo que vem se instaurando desde a década de 1970. Editado originalmente em 1989, o livro *Condição Pós-Moderna* tem como subtítulo "Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural", o que deixa claro que David Harvey (geógrafo de formação) investiga o mundo atual como "nova cultura" geral.

Acredito que o grande escopo de estudo de Harvey é a única forma de refletirmos radicalmente sobre o mundo em que vivemos. Só mesmo numa cultura muito específica parece fazer sentido que instituições financeiras especulem em atividades bilionárias e que, ao desmoronarem e levarem junto as bases de operação de todo sistema de acumulação, recebam bilhões dos governos para se restabelecerem à custa apenas de alguns tímidos sermões moralistas – e não de uma séria imposição de limites para suas atividades.

Para os interessados mais exatamente no entendimento da atual crise econômica, Harvey, fiel à reflexão marxista, oferece muitos *insights*: o capitalismo é um sistema de produção de riqueza que produz *superacumulação* de forma natural – assim como o fígado secreta bile. Isso quer dizer que, em um cenário competitivo onde cada agente individual procura lucrar o máximo, sempre haverá em certos momentos e certos lugares, mercadorias demais, em alguns casos, lucros sem um lugar para serem investidos ou ainda, produção excessiva de bens ou serviços. A feitiçaria dos operadores desse sistema consiste em inventar formas de escoar esses excessos para que a dinâmica interna normal seja preservada, algo como a arte de decidir o que fazer com milhões de litros d'água puxados por uma bomba de tal forma que o em torno dessa bomba nunca alague e ela nunca pare de puxar água.

Harvey aponta três grandes procedimentos. Um deles seria a produção social da desvalorização das formas atuais sociais de produção e circulação de mercadorias. Ainda com a metáfora da bomba d'água, essa estratégia seria convencer as pessoas de que a água que elas têm é pouca ou ruim e fazê-las comprar mais (e assim, a bomba nunca puxaria água *demais*).

O procedimento especificamente pós-moderno (ou seja, atuante apenas nas últimas três décadas) é a absorção da superacumulação pelo deslocamento tempo e espaço. Se estamos falando de um montante de lucros sem tempo e espaço reais para serem investidos, por exemplo, uma localidade rural a ser industrializada, o setor financeiro faz essa tarefa criando um tempo-espaço fictícios de remuneração desse capital. A Enron, como se sabe, remunerava acionistas que investiam em usinas que a Enron dizia que seriam construídas.

Harvey diz que quando esse procedimento financeiro deixa de ser acessório e passa a ser o pólo mais dinâmico da economia em detrimentos dos demais, tem-se uma verdadeira virada cultural pós-moderna que se reflete nos procedimentos fabris (o pós-fordismo), nas estratégias publicitárias, na arquitetura das cidades e, portanto, na mentalidade social. Cada uma dessas "aparições" pós-modernas é exaustivamente estudada pelo livro de Harvey.

Há ainda um terceiro procedimento: os ajustes macroeconômicos operados por agências internacionais (como FMI e Banco Mundial) e, no caso da atual crise, pelos bancos centrais dos países. O procedimento é o menos recomendável, do ponto de vista ideológico, pelo fato de que ele expõe o ridículo da situação. No exemplo que criamos, ele consiste nas próprias pessoas atingidas pela água que jorra da bomba sendo incumbidas de pagar a construção de um ralo gigante. Tal procedimento é acionado geralmente quando já existe água sufocando a bomba e impedindo seu pleno funcionamento. É onde estamos agora.

Augusto César de Oliveira
Professor da Pós-Graduação em Economia da Universidade de Pernambuco

Energia

Economia sem risco de choque

O novo padrão de tomadas elétricas adotado pelo Brasil oferece ao consumidor mais segurança contra choques elétricos e economia de energia. O modelo começou a ser fabricado obrigatoriamente desde o dia 1º de janeiro e já está sendo comercializado. O superintendente do Comitê Brasileiro de Eletricidade, José Sebastião Viel, disse que a nova tomada possui três entradas, em vez de duas. Com isso, é praticamente nulo o risco de mau contato.

"Significa que vamos economizar muita energia. Existem estatísticas que provam que nós perdemos uma quantidade muito grande de energia devido a esses maus contatos", afirmou Viel. A mudança atende norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e lei promulgada em 2006, que exige instalação de fio terra em casas construídas a partir daquele ano.

Com a obrigatoriedade de que as tomadas já saiam de fábrica com o novo formato, a previsão de Viel é que o estoque de modelos antigos disponíveis no comércio dure aproximadamente seis meses. Legalmente, o prazo para a extinção das vendas das tomadas de modelos antigos é de um ano.

Meio ambiente

Veículos econômicos terão etiqueta

Na hora de comprar um carro novo, o consumidor saberá, de forma detalhada e segura, dados sobre desempenho do veículo e seu consumo médio de combustível, tanto na cidade como na estrada. Isso será possível graças a uma parceria entre a Petrobras e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), que lançaram, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence).

Durante lançamento, foram etiquetados os primeiros modelos das empresas fabricantes de automóveis que aderiram voluntariamente ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular). Coordenada pelo Inmetro com o apoio do Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), a iniciativa tem, ainda, a participação do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) e montadoras.

Software

Software para o campo

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aproveitou a 16ª edição da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), realizada em Ribeirão Preto (SP), para lançar três dos 14 softwares destinados aos pesquisadores e produtores rurais.

Desenvolvidos pelo pesquisador Lúcio André de Castro Jorge, o pacote faz parte de uma série de ações programadas para marcar o aniversário de 25 anos da Embrapa Instrumentação Agropecuária, que acontece no dia 8 de dezembro de 2009. Ao longo do ano, os demais softwares serão lançados em eventos específicos, de acordo com a finalidade de cada um. Na Agrishow, os visitantes conheceram os sistemas para análise de troncos de madeira, de cobertura vegetal do solo e de folhas.

Informática

Internet via rede elétrica é regulamentada

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentou o acesso à Internet banda larga por meio da rede elétrica. Mas estabeleceu uma série de normas para que o sistema não cause interferência em outros serviços, como o de radioamador e o de radiodifusão de sons e imagens. O sistema *Power Line Communications (PLC)* só poderá operar em faixas de frequência pré-determinadas. Os sistemas deverão dispor de mecanismo que possibilite o desligamento remoto, a partir de uma central de controle, da unidade causadora de interferência.

A Anatel também determinou algumas faixas de exclusão, que abrangem faixas de radiofrequências atribuídas aos serviços Móvel Aeronáutico e de Radioamador. As operações de PLC não poderão provocar radiações indesejadas nessas faixas. A prestadora que quiser oferecer o acesso à Internet por meio da rede elétrica deve apresentar à Anatel, em até 30 dias antes do início da operação, as informações necessárias para a criação e manutenção de uma base de dados pública, que deverá estar disponível a qualquer interessado.

Os equipamentos que compõem o sistema PLC devem possuir certificação expedida ou aceita pela Anatel e atender às normas referentes ao sistema elétrico expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os sistemas existentes até a publicação do regulamento que estiverem em desacordo com as normas podem continuar em operação até 30 de junho de 2010, quando deverão ser desativados.

Documentação

Inpe tem acervo preservado

Estudo sobre a preservação de documentos científicos no Brasil revela que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é o único órgão que possui um sistema eficiente para o gerenciamento digital de seu acervo. A constatação é do professor Miguel Arellano, doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), que avaliou o trabalho de documentação em 24 unidades de pesquisa vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Brasil negligencia a informação científica, de acordo com o estudo. Seis critérios foram elaborados para avaliar os órgãos de pesquisa nacionais e o Inpe foi o único a atender a todos, graças ao software livre criado por seu pesquisador e presidente do Conselho de Editoração e Preservação, Gerald Jean Francis Banon.

Por meio deste sistema de acesso livre e compatível com protocolos internacionais, o Inpe armazena toda a sua produção científica, o que corresponde atualmente a 24 mil registros e 10 mil documentos completos.

Dreamstime

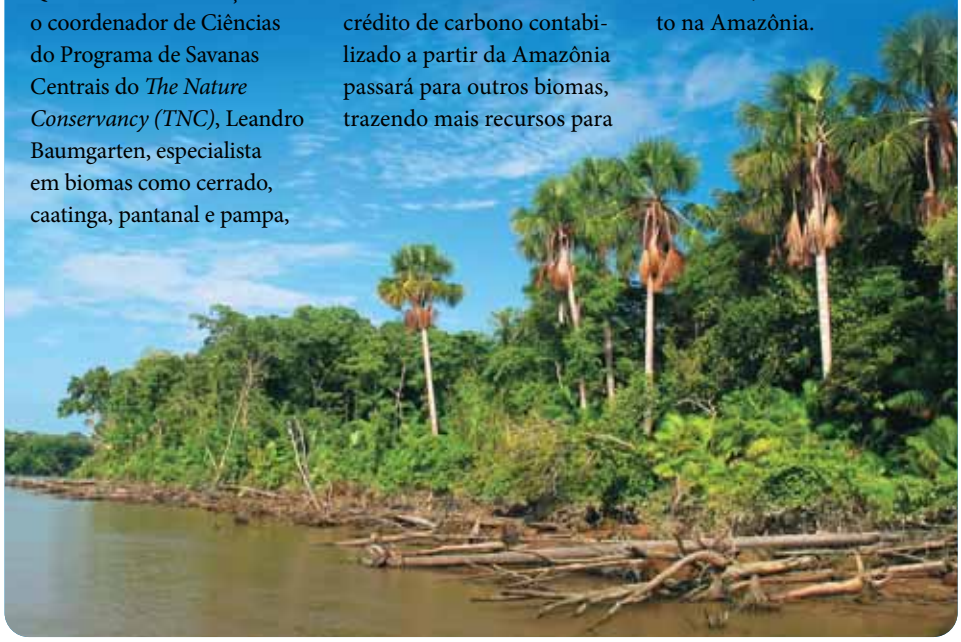
Carbono

Mais bilhões para o Brasil

A decisão do governo brasileiro de utilizar satélites para monitorar o desmatamento em outros biomas, além do amazônico, pode causar expressivo aumento de repasses para o Brasil por meio de crédito de carbono. Quem faz esta afirmação é o coordenador de Ciências do Programa de Savanas Centrais do *The Nature Conservancy (TNC)*, Leandro Baumgarten, especialista em biomas como cerrado, caatinga, pantanal e pampa, no Brasil, além dos chacos argentino, boliviano e paraguaio.

"A partir das informações coletadas, teremos melhores condições de coordenar as ações de combate ao desmatamento. Além disso, o mesmo mecanismo de crédito de carbono contabilizado a partir da Amazônia passará para outros biomas, trazendo mais recursos para o País por meio da *Redd [Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação]*", explica Baumgarten.

O índice, explica, leva em consideração a atividade humana, calculando o carbono despejado por carros e indústrias, e o desmatamento na Amazônia.



Aquecimento global

Brasil lança painel sobre clima

Os ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Meio Ambiente (MMA) lançaram o Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas (PBMC). Inspirada no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), a versão nacional se propõe a elaborar relatórios de avaliação nacional, sumários para tomadores de decisão sobre mudanças climáticas e relatórios especiais sobres temas, visando à atualização das bases técnicas e científicas sobre a situação do Brasil frente às mudanças climáticas, seus riscos, efeitos e impactos sobre o desenvolvimento do País.

O PBMC disponibilizará aos tomadores de decisão e à sociedade em geral informações técnico-científicas sobre mudanças climáticas, por meio do uso de conhecimento produzido no Brasil ou no exterior, sobre causas, efeitos e projeções relacionadas às mudanças climáticas que tenha foco ou relevância para o País. O Painel vai reunir pesquisadores e cientistas das principais universidades e institutos do País, que estarão empenhados em produzir, até 2012, um relatório com a atualização completa das bases técnicas e científicas sobre a situação do Brasil frente às mudanças do clima.

AGENDA

Inovação nas economias em desenvolvimento

As pesquisas em desenvolvimento e inovação feitas pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (**Ipea**) e de outras instituições fizeram com que o Brasil marcasse uma posição de liderança entre os países em desenvolvimento. Por causa deste desempenho, o Rio de Janeiro sediará a 3ª Conferência Internacional sobre Inovação nas Economias em Desenvolvimento (Meide), que será realizada entre os dias 10 e 12 de maio.

O evento é realizado pelo **Ipea** em colaboração com o *Maastricht Economic and Social Research and Training Center on Innovation and Technology (UNU-Merit)* e tem o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Ao todo, participarão do encontro pesquisadores de 23 países que irão apresentar artigos sobre inovação e seus diferentes aspectos em países em desenvolvimento. O evento deste ano dará ênfase aos impactos da inovação sobre os países latinoamericanos, mas foram aceitas contribuições sobre outros países, em especial países em desenvolvimento.

Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** e um dos organizadores do evento Bruno César Araújo, a escolha do Brasil é importante para mostrar a liderança do país em pesquisas na área de inovação. "A escolha é um reconhecimento da liderança em temas de inovação, como a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", disse.

COMPLEXIDADE "Um evento destes é sem dúvida uma oportunidade para projetarmos uma imagem diferente do Brasil para o resto do mundo, em especial na dimensão da inovação. O Brasil é um país muito complexo, sobre o qual existem muitos estereótipos. Da mesma forma que o Brasil tem problemas sociais seculares, é o país líder de inovação na América Latina, aquele que investe mais em P&D e que tem mais empresas de base tecnológica", acrescentou Araújo.

A primeira edição do Meide foi em Maastricht, na Holanda – sede do Merit, o instituto das Nações Unidas e da Universidade de Maastricht, que idealizou a primeira conferência. A segunda foi em Pequim, na China, na Remnin University. O **Ipea** participou das duas edições, com a apresentação de artigos e em debates.

O objetivo da conferência é a discussão da importância e as diferentes dimensões da inovação pelo mundo e a sua relação com o crescimento econômico e o desenvolvimento. As contribuições que serão dadas foram feitas com base em análise de microdados de empresas ou de famílias, estudos de caso e comparações com outros países.

No encontro, serão debatidos assuntos como o impacto dos produtos inovadores no emprego industrial, na produtividade dos exportadores e a motivação que os empresários têm para inovar. Também será feita uma análise das comparações internacionais de desempenho da inovação, eficácia das políticas de inovação, métrica da inovação, inovações não-tecnológicas e a relação da inovação com diversos temas, como produtividade, educação, saúde e capital humano.

O evento contará com a participação de pesquisadores de universidades nacionais e internacionais, como Mario Cimoli (Cepal/ECLAC e Universidade of Veneza), Xiaolan Fu (Universidade de Cambridge), Antonio Barros de Castro (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Luc Soete (ONU-Merit), Benjamin Coriat (Universidade de Paris XIII) e Jorge Ávila (presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI).

PARTICIPAÇÃO Os pesquisadores do **Ipea** Bruno César Araújo, Fernanda De Negri, João De Negri, Lenita Turchi, José Mauro de Morais, Luis Kubota e a consultora Dea Fioravante apresentarão sete estudos. Os artigos foram escritos pelos servidores do instituto sozinhos ou em co-autoria com pesquisadores de outras universidades. A maioria destes artigos nunca foi apresentada em outros encontros.

O **Ipea** começou a realizar pesquisas em inovação em 1997, por iniciativa individual de alguns pesquisadores que começaram a trabalhar com dados de pesquisas industriais na Diretoria de Estudos Setoriais (Diset). Porém, somente a partir de 2003 esta linha de pesquisa passou a receber recursos, novos pesquisadores e projetos estruturantes. Em seis anos já foram lançados seis livros sobre o tema. O primeiro deles foi *Inovação, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*, lançado em 2005.

As outras publicações sobre pesquisas em inovação são: *Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil* (2006), *Tecnologia, Exportação e Emprego* (2006), *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional* (2007), *Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms* (2007) e *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica* (2008). "Todos estes livros contam com um sólido *background* teórico aplicado aos dados sobre inovação ao Brasil, que creio ser a nossa expertise fundamental", afirmou Bruno Araújo.

Os sete temas que serão levados para a conferência pelos pesquisadores do **Ipea** são: O papel que os serviços intensivos em conhecimento podem ter sobre a inovação das firmas de serviços que os contratam no Brasil; O aprendizado tecnológico vivenciado pelas firmas brasileiras que começam a exportar, o qual resulta no aumento da produtividade e do tamanho destas firmas; O papel da tecnologia incorporada em bens de capital importados sobre a demanda de trabalho qualificado no Brasil; Os impactos da inovação tecnológica sobre o emprego na indústria brasileira; As motivações para a inovação por parte das empresas brasileiras mais inovadoras; Perspectiva comparada acerca do papel das companhias transnacionais sobre o sistema nacional de inovação nos três principais países latino-americanos; e O papel do BNDES no estímulo aos esforços de inovação e seus resultados nas firmas industriais brasileiras.

Mathis Wackernagel
Alessandro Galli

Recursos de um planeta finito

Ao longo dos últimos 200 anos, a humanidade tornou-se altamente eficiente em retirar e utilizar os generosos recursos da natureza. Hoje, infelizmente, o uso dos recursos naturais ultrapassa significativamente o que a natureza pode renovar – tanto que, se continuarmos a trajetória atual, para atender às nossas demandas será necessária a utilização de recursos equivalentes a dois planetas Terra já no início de 2030.

Com o uso de medidas robustas que nos indiquem o quanto ainda resta da natureza, o quanto usamos e quem usa o quê, poderemos entender melhor a pressão antrópica sobre o planeta e tomar os passos necessários para equilibrar o orçamento da Terra. A Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*) é um instrumento de aferição de recursos que mede a produtividade biológica da terra e do mar, necessária para a produção de todos os recursos consumidos e absorvidos por uma população utilizando a tecnologia existente.

A Pegada compara a demanda humana por serviços ecológicos e a disponibilidade do planeta Terra de atender a essa demanda, da mesma forma que a contabilidade financeira confronta dispêndios e renda. Esse instrumento também nos mostra como a estrutura e o funcionamento de nossas economias e sociedades afetam os recursos naturais. Da mesma forma que o PIB, por exemplo, rastreia os fluxos monetários, revelando um quadro do status monetário de um país, a Pegada segue a pista dos fluxos de recursos e resíduos e fornece um quadro do quanto um país depende de recursos naturais e serviços ecológicos.

Globalmente, o uso humano dos recursos naturais é feito de maneira 31% mais rápida do que a velocidade com que a natureza consegue se regenerar. Ou seja, estamos tomando um empréstimo com nosso planeta e, hoje, a biosfera precisa de quase um ano e quatro meses para repor os recursos que usamos (e absorver os resíduos que produzimos) em um ano.

Os resultados dessa dívida ecológica podem ser menos óbvios do que os resultados da bolha financeira que provocou uma crise econômica mundial, mas não são menos sombrios: as mudanças climáticas, os cardumes ameaçados, o esgotamento do solo, a poluição atmosférica, o declínio da biodiversidade e a escassez de água e alimentos são todos sintomas da crescente pressão da humanidade sobre os recursos naturais.

A demanda humana superou a oferta pela primeira vez nos anos 1980, e esse déficit vem crescendo desde então, principalmente por causa do rápido crescimento da pegada de carbono, que afere o uso da eletricidade e dos combustíveis fósseis.

Três quartos da população humana vivem hoje em países que são devedores ecológicos, demandando uma biocapacidade maior que a existente dentro de suas fronteiras. Porém, a demanda relativa de recursos entre esses países varia muito. A pegada de um indivíduo médio nos Estados Unidos é de 9,4 hectares globais (equivalente a cerca de dez campos de futebol); nos países da União Européia é de 4,7 hectares globais, embora o país com a maior pegada *per capita* seja os Emirados Árabes Unidos (9,5 hectares globais). A pegada média *per capita* no Brasil é de 2,4 hectares globais, mais baixa que a média mundial, embora mais alta que a cota mundial compartilhada de 2,1 hectares globais por pessoa.

O Haiti, o Afeganistão e o Malavi são os países que ostentam as menores pegadas, abaixo de 0,5 hectares globais e, na maioria dos casos, muito pequenas para atender aos requisitos mínimos de alimentação, habitação, infra-estrutura e saneamento. Em muitos países pobres com pegadas menores, o crescimento populacional está provocando o aumento no consumo geral de recursos, mesmo que isso signifique a redução do consumo *per capita*. A China e os EUA são os países que exercem a maior pressão total sobre os recursos mundiais, cada um consumindo 21% da biocapacidade global – representando juntos quase a metade da demanda humana por serviços da natureza.

É óbvio que a economia humana não poderá continuar a operar como se os recursos ecológicos fossem ilimitados. Não é apenas a saúde do meio-ambiente natural que está em jogo. Se isso continuar, o gasto ecológico deficitário provocará graves consequências econômicas e sociais. A escassez de recursos naturais e a destruição dos ecossistemas deverão disparar os preços dos alimentos e da energia, ao mesmo tempo em que o valor dos investimentos de longo prazo entrará em colapso.

Num mundo globalizado de 6,7 bilhões de pessoas, precisamos de instrumentos precisos e eficazes de aferição de recursos que nos capacitem a gerenciar o nosso capital natural e tomar decisões que caibam no nosso orçamento ecológico. Embora os dados possam parecer chocantes, ainda existem chances de reverter as atuais tendências: a criação de cidades e infraestrutura eficientes no manejo de recursos naturais; a promoção de boas práticas de tecnologia verde e inovação, colocando a limitação dos recursos como ponto central na tomada de decisões – da qual a aferição ecológica desempenhe um papel fundamental.

Ao nos aproximarmos de um futuro com limitações crescentes de recursos naturais, as sociedades mais bem sucedidas serão aquelas que investirem na economia verde. Esse esforço não apenas favorecerá as nações que a adotarem, mas podem dar início ao processo decisivo de redução da pegada global, assegurando os recursos naturais dos quais depende o bem-estar da humanidade.

---

* Traduzido do original em inglês por Emmanuel Cavalcanti Porto, do Ipea/Dirur

Mathis Wackernagel, Ph.D, é fundador e diretor-executivo da **Global Footprint Network**

Alessandro Galli é PhD em Ciências Químicas pela Universidade de Siena University e pesquisador do Programa de Contabilidade Nacional da **Global Footprint Network**

Para mais informações sobre a Pegada Ecológica visite o *site* *www.footprintnetwork.org*

Pegada Ecológica

A demanda e a oferta do capital natural renovável

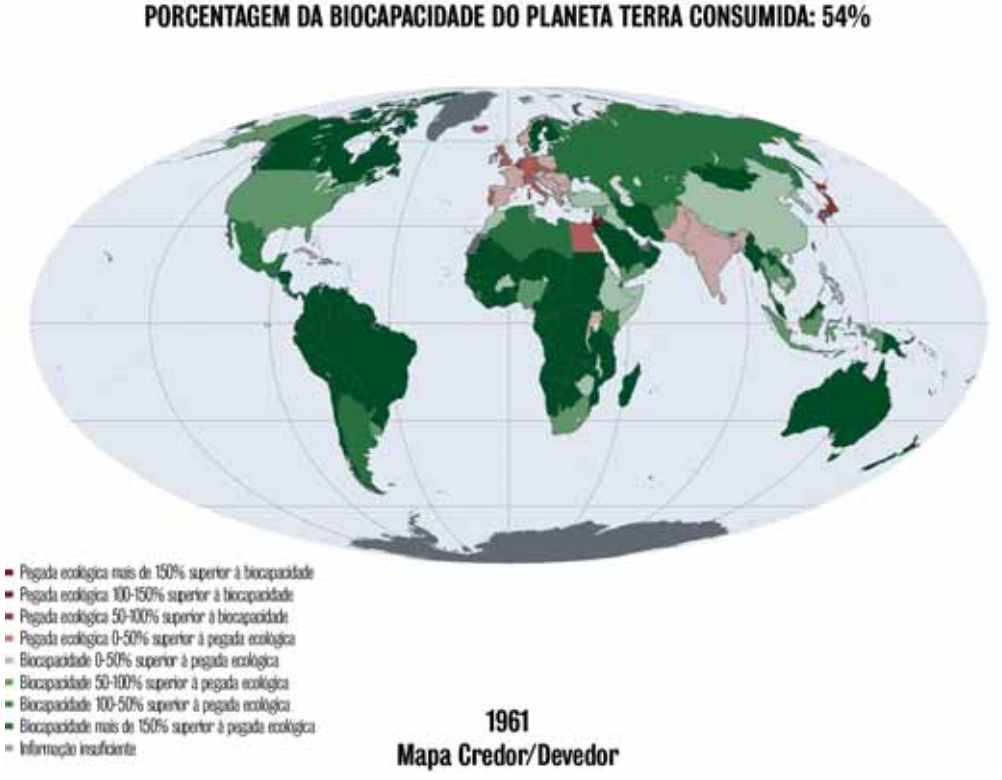
A Pegada Ecológica é uma ferramenta de monitoramento ecológico que avalia a demanda e a oferta de capital natural renovável. O lado da demanda é definido como o uso humano da capacidade regenerativa anual da Biosfera (Pegada Ecológica). Isto é expresso em hectares de áreas biologicamente produtivas de terra e mar (denominados *hectares globais*) que são necessários para renovar os recursos naturais e absorver a produção de resíduos de uma população definida, num determinado ano. As contas da Pegada Ecológica e da Biocapacidade incluem seis grandes categorias de áreas bioprodutivas utilizadas para sustentar as economias humanas: terras agrícolas, terras de pasto, florestas, áreas de pesca, áreas de consumo de carbono e solo construído.

A ferramenta avalia o consumo de recursos e produção de resíduos, final/aparente, (consumo = produção + importações – exportações) e então atribui a responsabilidade pelo uso dos recursos e geração de resíduos aos consumidores finais, independente de onde os produtos consumidos são produzidos.

O lado da oferta é representado pela biocapacidade, que é definida como a taxa de oferta de recursos e disposição de resíduos que pode ser tolerada num determinado território ou em escala global.

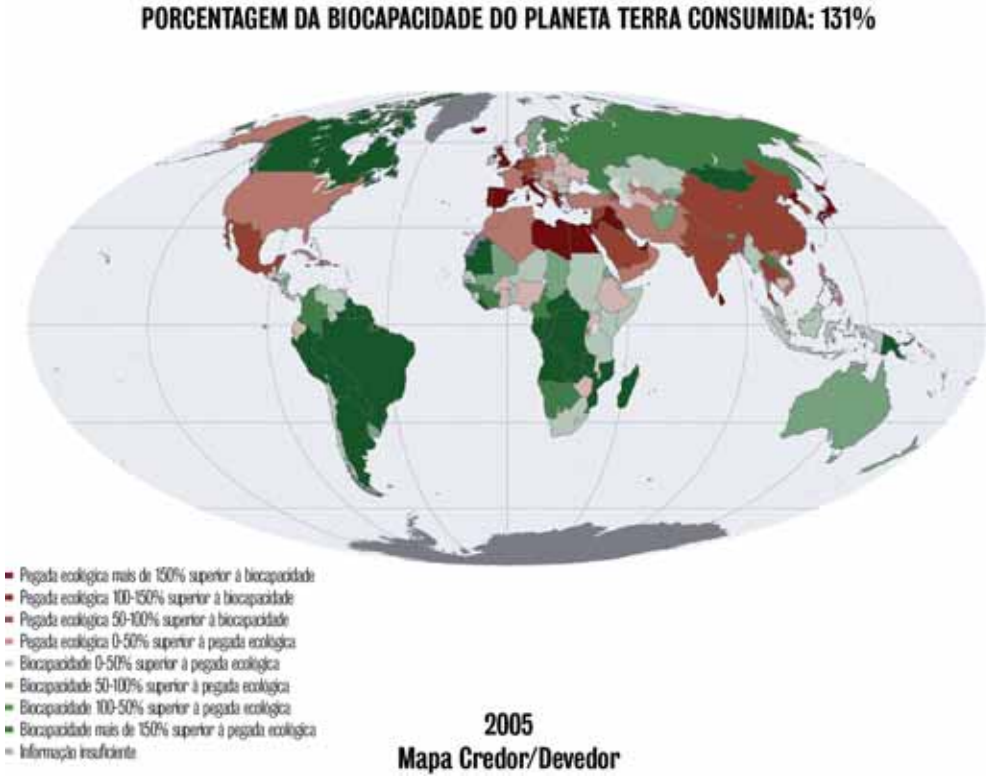
A Pegada Ecológica de uma população pode então ser comparada à biocapacidade que está disponível para sustentar aquela população, da mesma forma que, em termos financeiros, o gasto é comparado à renda.

Os países com reserva ecológica (biocapacidade superior à Pegada Ecológica) podem utilizar sua biocapacidade disponível para satisfazer seu próprio consumo, ou exportar recursos ecológicos para outras nações. O déficit ecológico (Pegada Ecológica superior à biocapacidade), por outro lado, indica que o país dependerá da biocapacidade de além fronteira ou reduzirá o seu próprio capital natural.

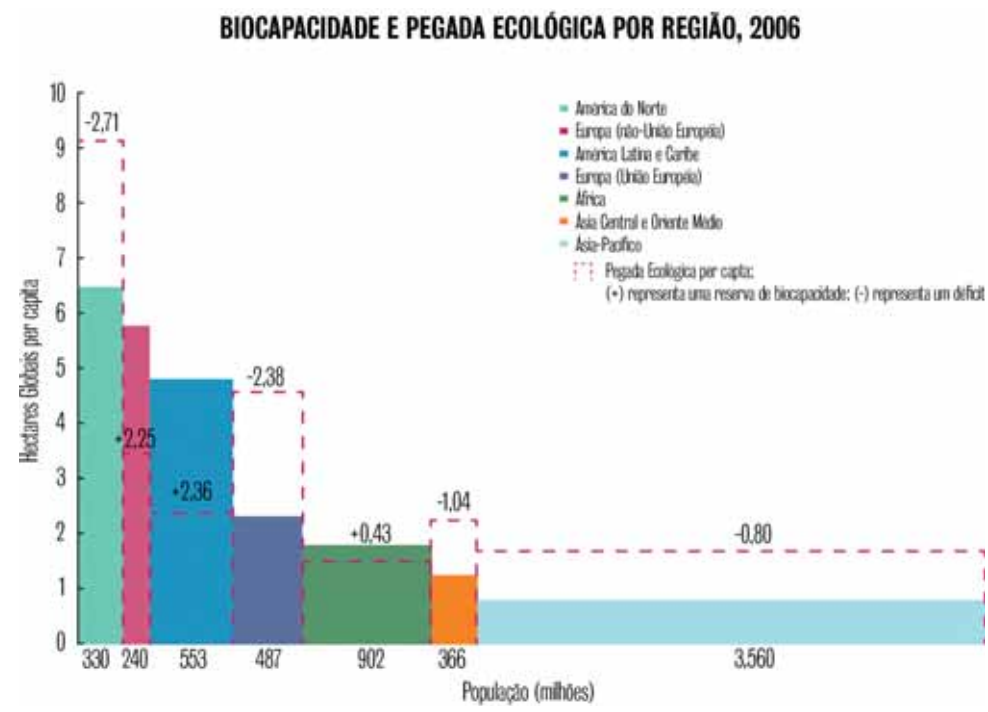


A seguir uma breve explicação sobre os gráficos:

Mapas Mundiais Credor/Devedor (1961 e 2005)
"Os países devedores possuem uma pegada ecológica superior à sua própria biocapacidade. Os países credores possuem uma pegada ecológica inferior a sua própria biocapacidade. O numero de países devedores aumentou desde 1961"



Pegada Ecológica por país, 1961–2005 (10 primeiros)
"Este gráfico ilustra o crescimento da pegada ecológica ao longo do tempo para aqueles países com as maiores pegadas ecológicas totais em 2005"



Pegada Ecológica e Biocapacidade, países selecionados (Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Reino Unido, Itália, Venezuela, Mundo, Brasil, Costa Rica, Equador, China, Guatemala, Índia, Haiti)
"Este gráfico ilustra a pegada ecológica e a biocapacidade dos países selecionados, em termos per capita. A média global de bio-capacidade disponível por indivíduo era 2,1 hectares globais em 2005, enquanto que a média global da Pegada Ecológica por indivíduo foi de 2.7 hectares globais. Isto revela uma situação que não é sustentável a longo prazo."

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 906 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF

POLÍTICA ANTICÍCLICA

Muito boa a explicação e o conceito de política anticíclica. Serviu para entender que o governo não está seguindo os ensinamentos do mestre Keynes. No lugar de investir em obras de infraestrutura para combater a volta do desemprego promovendo um *new deal* brasileiro, nosso governo se preocupa em salvar bancos e a indústria automobilística, seguindo o mesmo receituário daqueles que criaram as condições e que são na verdade os grandes responsáveis pela atual crise econômica mundial.

Gustavo Miranda, de Recife (PE)

WALTER BARELLI

Excelente a entrevista com o professor Walter Barelli. Com sua costumeira lucidez, e a autoridade de quem já foi ministro do Trabalho e um é dos maiores conhecedores de Direito do Trabalho, ele corajosamente desaconselha uma reforma da legislação trabalhista neste momento de crise. Tal reforma, mais uma vez vem sendo defendida pela classe patronal da indústria e da agricultura – agora sob o argumento de que seria remédio para combater a crise – em seu afã de reduzir direitos trabalhistas tão duramente conquistados pela classe trabalhadora. Nessa entrevista, Barelli deixou claro o quanto estão equivocados aqueles que defendem a reforma trabalhista.

Frederico Santana, de Diadema (SP)

REINO DO MARROCOS

Agradeço o envio da edição nº 48 da revista Desafios do Desenvolvimento. Trata-se de uma publicação de muito valor informativo, razão pela qual gostaríamos que fosse enviada regularmente a esta Embaixada.

Embaixador Mohamed Loufa, de Brasília (DF)

BUY AMERICAN

A reportagem de capa colocou o dedo na ferida. Aqui no Brasil ficamos todos torcendo pela vitória do Barack Obama, e nos esquecemos de que era o Partido Democrata que estava voltando ao poder. O *Buy American Act* é a mais profunda manifestação do sentimento de proteção do mercado interno norte-americano que sempre foi a marca das administrações democratas. Primeiro eles, depois eles, e em terceiro eles. Nossa diplomacia vai ter trabalho extra para tentar derrubar essa política comercial do venha a nós e ao vosso reino nada, implantada por Obama.

José de Ribamar, de Londrina (PR)

EVASÃO ESCOLAR

A universalização do ensino fundamental, ainda que de qualidade duvidosa, foi um salto importante no quadro educacional brasileiro. Sem dúvida é mais fácil dar-lhe qualidade, ajustá-lo, do que não termos nada em seu lugar. Precisamos agora vencer esse novo desafio não apenas de universalizar como também atrair e manter na escola os nossos jovens, vencendo a evasão escolar tão bem documentada pela reportagem da Desafios. Parabéns à revista por ter aberto a discussão de tema tão importante.

Dércio Alvarenga, de Porto Alegre (RS)

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderam à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.

Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

Agora o prêmio vai para o leitor

O Ipea e a Caixa apresentam o livro com as monografias da quarta edição do Prêmio IPEA-CAIXA, realizada em 2007. A iniciativa estimula a pesquisa sobre desenvolvimento econômico, social e financeiro e divulga trabalhos de reconhecida qualidade nessas áreas. Os três temas selecionados para o concurso em 2007 foram: Mecanismos para a Redução das Desigualdades no Brasil; Determinantes do Crescimento de Longo Prazo no Brasil; e Sistema Financeiro e Desenvolvimento Econômico Brasileiro.
Conheça e divulgue as novas ideias.

Acesse no **www.ipea.gov.br**

CAIXA ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Secretaria de Assuntos Estratégicos BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Prêmio

João Paulo dos Reis Velloso

Concurso de artigos publicados na revista Planejamento e Políticas Públicas no período de 2009 a 2010

A revista Planejamento e Políticas Públicas comemora seu 20º aniversário com o lançamento do Prêmio ao melhor artigo científico publicado no período entre 2009 e 2010.

O Ipea, no ano da comemoração de seus 45 anos, lança o Prêmio da Revista PPP em homenagem a **João Paulo dos Reis Velloso**, por sua contribuição no planejamento de políticas públicas.

É com satisfação que nos dirigimos aos pesquisadores em políticas públicas para convidá-los a participar dessas comemorações com suas reflexões e propostas para a Revista PPP.

"O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidade perdidas."

ipea 45 anos
Por um Brasil desenvolvido

Editorial do Ipea